

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ROBERTA CARNELOS RESENDE

UM MODELO TEÓRICO PARA O ESTUDO DAS ALIANÇAS ELEITORAIS

Porto Alegre

2018

ROBERTA CARNELOS RESENDE

UM MODELO TEÓRICO PARA O ESTUDO DAS ALIANÇAS ELEITORAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Silvana Krause

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Resende, Roberta Carnelos
UM MODELO TEÓRICO PARA O ESTUDO DAS ALIANÇAS
ELEITORAIS / Roberta Carnelos Resende. -- 2018.
104 f.
Orientadora: Silvana Krause.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. modelo formal. 2. estratégias partidárias. 3.
alianças eleitorais. I. Krause, Silvana, orient. II.
Título.

ROBERTA CARNELOS RESENDE

Um modelo teórico para o estudo das alianças eleitorais

Esta Tese de Doutorado foi analisada e julgada adequada para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dra. Silvana Krause (Orientadora)

Prof. Dr. Eduardo Svartman (Coordenador)

Aprovado em: 16 /03/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Peres (UFRGS) _____

Prof. Dr. Marcelo Griebeler (UFRGS) _____

Prof. Dr. Carlos Machado (UNB) _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Capes, que deu suporte a esta pesquisa, com a bolsa no Brasil, e o financiamento do doutorado-sanduiche na Inglaterra.

Em segundo lugar, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pelo ensino público e gratuito. Obrigada Silvana Krause, por ter me apresentado os estudos sobre coligações no Brasil e pela oportunidade de participar do seu livro, e professores Rodrigo Stumpf, Marcelo Baquero, Paulo Peres, Jussara Prá, Isabel Noll e Eduardo Svartman, que contribuíram para a minha formação e para o aumento das minhas dúvidas. Agradeço ao Bruno e ao Lucas, sempre muito solícitos na resolução dos assuntos burocráticos.

Muito obrigada ao co-orientador da tese, professor Anthony Pereira, que abriu as portas do King's College London e do King's Brazil Institute para mim. Sua cordialidade, simplicidade e disponibilidade fizeram esta estada ainda mais enriquecedora. Agradeço ainda ao Iain Hannah, que me auxiliou com as questões burocráticas, e aos demais colegas deste Instituto, pelos debates constantes.

Agradeço muito a generosidade, disponibilidade e paciência de Marcelo Griebeler, professor de Economia da UFRGS, que me apresentou um universo de possibilidades de análise da política no campo dos jogos, e me auxiliou na construção dos modelos formais sobre alianças eleitorais e “fidelidade aliancista”. Muito obrigada pela parceria.

Agradeço muito aos meus amigos de Porto Alegre, não necessariamente gaúchos. Pedro, meu músico preferido, obrigada pelas conversas, pela amizade e por compartilhar comigo sua forma leve de ver o mundo; Cris, mulher forte de voz doce, obrigada pelo apoio e amizade, e por compartilhar comigo sua força, sensibilidade e otimismo. Pedro e Cris, agradeço imensamente pela “Janta”. Obrigada Bianca Ruskowski, e Ícaro Engler, pelos momentos felizes, pelas conversas e pela companhia. Enfim, obrigada “medo bobo”. Agradeço ao Enzo, pelo carinho, pela amizade e pelas angústias compartilhadas ao longo desses anos, e Melina, pela meiguice. Bruno Conceição, Marcus Rocha, Tahi Mattos, Bruno Mello, Joyce Miranda, Carlos Arthur, Ricardo Osago, Diego Santos, Rodrigo Mayer, Luiz Garcia, Juliane Bento, Camila Vidal, Rodrigo Bordignon e

Marcelino Lisboa, obrigada pelas conversas e pelos bons momentos. Agradeço ainda à Dona Vânia, colorada inveterada, pelo carinho e companhia na fronteira.

Aos meus amigos de Curitiba: Carlos Eduardo, obrigada pelo carinho, pelo apoio, pelas descobertas e momentos compartilhados nesses mais de vinte anos de convivência; Carol Tempel, agradeço sua amizade e seu companheirismo, e por não deixar a “felicidade ir embora”; Maria Clara, obrigada pelo carinho e por tantas risadas; Erick Russ, muito obrigada pelo seu carinho, pela força e pelo apoio ao longo de tantos anos; Maria Alejandra, agradeço sua generosidade, seu apoio e as parcerias acadêmicas no Mestrado; e Daiane Oliveira, agradeço a amizade e companhia desde o ensino médio. Obrigada pelos bons momentos, e pelas boas conversas: Emerson Barco, Marcela Cogo, Tiago Possati, João Ross, Vânia Abrão, Anna Lançoni, Bruno Gasparini, e Josmar. Um agradecimento especial ao amigo de todas as horas e para todas as ocasiões, Rodrigo Cantu: companheiro de graduação, parceiro em produções acadêmicas, colega de trabalho e amigo do bar. Obrigada pelas longas conversas que me ajudaram a pensar a tese, por estar sempre presente, e por ser quem você é.

Agradeço ainda a minha vó, Maria do Carmo, fazedora dos melhores doces e coxinhas do mundo, que tantos ensinamentos e saudades deixou. Obrigada Michele, pela companhia e pelas risadas. Tia Dálgima, obrigada pela amizade e por ter me auxiliado, com a Sonia Padilha, no meu primeiro trabalho no ensino superior. Obrigada vó Chica e parentes “Carnelos”, pelo carinho.

Muito obrigada a minha família, por apoiar incondicionalmente as minhas escolhas. Agradeço imensamente às mulheres da minha vida: minha mãe, Dalva, e minha irmã, Daiane. Obrigada pelo esforço que fizeram para que eu conquistasse meus objetivos, pelos ensinamentos, pelo amor e amizade, e por acreditarem muito em mim. Sem vocês, eu não conseguiria. Mãe, o seu modo de olhar o mundo e sua positividade sempre renovada me orientam nesta caminhada. Daiane, puro sangue da Sociologia, obrigada por ter me levado às Ciências Sociais, por ter cuidado de mim, e por todo seu amor e amizade. Ao meu pai, Paulo, pelo apoio, pelo carinho e por sua alegria contagiante, além das várias garrafas de cafés feitas para a elaboração desta tese. Ao meu irmão, Paulinho, por ter me ensinado muito, pelo seu sorriso e por suas mágicas, que extrapolam o seu ofício. Ao Demétrio, meu cunhado e amigo, por todo o carinho e companhia ao longo desses anos, e por me ensinar sobre Cervejas Artesanais. À Sofia,

minha sobrinha, meu amor, que com poucos anos de vida, já me ensinou tanto, e que, mesmo morando longe de mim, me traz momentos quase que diários de muita felicidade e esperança no futuro.

Por fim, um agradecimento muito especial à minha companheira e amiga Sara Epitácio. Agradeço ao Rio Grande do Sul, via UFRGS, pelo nosso encontro. Minha inspiração do que é ser uma pessoa comprometida com o conhecimento: cientista política e professora dedicada, profunda conhecedora de partidos políticos, meu orgulho. Agradeço por ter me apresentado estes estudos, por me ensinar tanto, e pelo apoio incondicional para a conclusão desta tese. Obrigada pelo amor, pelo companheirismo, por compartilhar comigo seus valores, pelo Nick e pelo aprendizado ao longo desses anos. Por tudo isso, dedico este trabalho a você.

“[o homem político] aborda cada situação com um olho nos ganhos a ser obtidos, o outro olho nos custos, uma capacidade delicada de equilibrá-los e um forte desejo de ir aonde quer que a racionalidade o leve” (Anthony Downs)

RESUMO

O objetivo desta tese é apresentar um modelo formal para a análise das alianças eleitorais com base na abordagem da teoria da escolha racional. Enfatiza-se as estratégias utilizadas pelos partidos na formação das alianças, e a forma pela qual uma decisão tomada em uma eleição pode afetar nas alianças da eleição seguinte. Por aliança eleitoral entende-se os pares de partidos que compõe uma coligação eleitoral. Considerando uma estrutura simples de três partidos, em que nenhum deles possui, de maneira isolada, número de votos suficientes para ganhar as eleições, constatou-se que o grau de favoritismo e o quanto os partidos valorizam estar no poder são determinantes da decisão do partido menor. Embora apresente hipóteses simplificadoras, acredita-se que este modelo é suficientemente robusto para gerar *insights* sobre o fenômeno das coligações, em particular no Brasil, onde as abordagens recorrentes nesta literatura parecem não serem suficientes.

Palavras-chave: modelo formal; estratégias partidárias; alianças eleitorais.

ABSTRACT

This thesis aims to present a rational choice model of electoral alliances. We focus on the strategies used by political parties in their forming of alliances, and how certain decisions may affect the prospects for maintaining or disrupting the alliance in the subsequent election. By party alliance we mean the pair of parties that compose an electoral alliance. Departing from a three-party structure, where no single party holds enough votes to win the election, the model's main finding is that the degree of favoritism and of a party's preference for being in power are determined by the decision of the smallest party. Despite its simplifying assumptions, we believe the model is sufficiently robust in terms of its outcomes, providing invaluable insights about electoral alliances, particularly in the Brazilian context, where classical approaches to this phenomenon seem to be insufficient.

Keywords: formal model; party strategies; electoral alliances.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Síntese das estratégias metodológicas e abordagens dos estudos sobre coligações no Brasil.....	47
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DEM - Democratas

FA - Fidelidade aliancista

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

HGPE - Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

IGF - Índice de Governismo Federal

IVI - Índice de Viés Ideológico

MAX - Maximização

PAN - Partido dos Aposentados da Nação

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCN - Partido Comunitário Nacional

PCO - Partido da Causa Operária

PD - Partido Democrata

PDC - Partido Democrata Cristão

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEB - Partido Esportista Brasileiro

PEN - Partido Ecológico Nacional

PFL - Partido da Frente Liberal

PGT- Partido Geral dos Trabalhadores

PHS - Partido Socialista da Solidariedade

PL - Partido Liberal

PLH - Partido Liberal Humanista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PP - Partido Progressista

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PPL - Partido Pátria Livre

PPR - Partido Progressista Reformador

PPS - Partido Popular Socialista
PR - Partido Republicano
PR - Partido da República
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PROB - Probabilidade
PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PRP - Partido Republicano Progressista
PRS - Partido das Reformas Sociais
PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PS - Partido Socialista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia
PSDC - Partido Social Democrata Cristão
PSL - Partido Social Liberal
PSN - Partido da Solidariedade Nacional
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSP - Partido Social Progressista
PST - Partido Social Trabalhista
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT - Partido dos Trabalhadores
PT do B - Partido Trabalhista do Brasil
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTC - Partido Trabalhista Cristão
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PTR - Partido Trabalhista Renovador
PTRB - Partido Trabalhista Renovador Brasileiro
PV - Partido Verde

RCT - Rational Choice Theory

SD - Solidariedade

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO BRASIL	21
Introdução.....	21
1.1 Estudos pioneiros sobre coligações e suas contribuições teórico-metodológicas: o Brasil de 1946 a 1964.....	22
1.1.1 Teorias da resistência ideológica e do esforço mínimo.....	24
1.1.2 Racionalidade contextual e outras contribuições.....	29
1.2 Coligações eleitorais na nova democracia.....	36
1.2.1 As coligações na perspectiva ideológica.....	37
1.2.2 As coligações na perspectiva pragmática.....	42
Considerações finais do capítulo.....	47
2 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CIÊNCIA POLÍTICA	50
Introdução.....	50
2.1 Ciência Política: uma incursão aos seus paradigmas.....	52
2.2 Teoria da escolha racional: conceitos gerais e utilização na Ciência Política.....	60
2.2.1 A controvérsia da racionalidade	60
2.2.2 Metas e comportamento racional.....	63
2.2.3 Tomada de decisão em ambiente de incerteza: o papel das informações e da ideologia.....	65
2.2.4 Os jogos como paradigmas.....	69
Considerações finais do capítulo.....	71
3 UM MODELO TEÓRICO DE ALIANÇA PARTIDÁRIA.....	75
Introdução.....	75

3.1 O modelo de um período: o efeito do “pragmatismo”.....	79
3.2 Introduzindo dinâmica: como surge a “fidelidade aliancista”.....	86
Considerações finais do capítulo.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

INTRODUÇÃO

As coligações eleitorais constituem-se em um tema pulsante da Ciência Política brasileira, e fornecem instrumentos para pensar, por exemplo, as organizações partidárias, o sistema partidário, o impacto do executivo sobre os partidos e o sistema político, a classe política do país, a relação partido-eleitor e partido-partido. Embora os estudos sobre coligações no país ainda não sejam tão numerosos, os avanços desta agenda de pesquisa nos últimos anos são notórios, e hoje temos à disposição uma ampla gama de informações sobre os perfis das coligações nos diferentes níveis eleitorais, que perpassa pelas questões ideológicas, pelos resultados eleitorais, pelo alinhamento em relação ao eixo governo/oposição, pela influência da Lei da Verticalização, além de algumas categorias e indicadores elaborados.

Duas abordagens são utilizadas constantemente nos estudos da área: a pragmática e a ideológica. Estas derivam do trabalho inaugural de Soares (1964) e foram nomeadas “teoria da economia de esforços” e “teoria da resistência ideológica”. Na primeira, os partidos tentam maximizar seus ganhos com o menor esforço possível, e na segunda estes preferem aliar-se com outros de ideologia próxima. Cabe salientar que estas dimensões não são mutuamente excludentes, já que uma coligação pode ser ideológica e pragmática ao mesmo tempo, caso seja, por exemplo, uma estratégia que levou em conta a relação entre custos e benefícios. Um outro estudo seminal para os estudos sobre coligações no Brasil é o de Lima Júnior (1983). Este autor defende a ideia da existência de diferentes dinâmicas nos subsistemas partidários estaduais que influenciariam mais na decisão dos partidos de formar alianças do que a dinâmica partidária nacional, ou seja, tais decisões seriam orientadas por uma racionalidade contextual.

O debate sobre coligações eleitorais retorna na década de 1990, com a nova democracia, e os estudos de Soares (1964) e Lima Jr (1983) são frequentemente revisitados. Um novo contexto, marcado pela ampliação do número de partidos, universalização do sufrágio, e reconfiguração do papel das unidades federativas, influenciou na retomada e intensificação destes estudos. Recentemente, a dimensão governo/oposição (governismo) têm sido bastante explorada: trata-se do estudo sobre a relação entre as alianças formadas em torno do governo federal (coalizão de governo *versus* partidos de oposição) e as coligações realizadas no âmbito estadual (Machado, A.,

2012; Krause, 2005) ou municipal (Ribeiro, 2005; Dantas, 2007; Machado, C. 2012; Miguel e Machado, 2007 e 2010). As formas de abordagens e os achados destes trabalhos variam, em certo grau, sendo possível observar pesos diferentes atribuídos à influência da dinâmica política nacional na construção das coligações eleitorais.

A literatura atual sobre coligações tem se debruçado especialmente a estudar a dimensão ideológica desses arranjos. Estes estudos apontam para o crescimento de acordos não ideológicos (pragmáticos) em detrimento dos ideológicos, nas diversas esferas da competição política (Krause e Godoi, 2010; Borges, Carreirão e Nascimento, 2017; Machado, 2012; Miguel e Machado, 2007 e 2010). No entanto, a dimensão pragmática das coligações não tem sido objeto de estudo sistemático, embora muitos trabalhos¹ enfatizem que a decisão de se coligar seria, em certo grau, resultado de uma análise de custos e benefícios. É neste ponto que a presente tese pretende contribuir, já que visa preencher a lacuna da literatura referente à ausência de modelos teóricos sobre alianças políticas.

É preciso destacar que, comumente, as coligações são apreendidas em sua totalidade. Os ganhos deste tipo de abordagem são inegáveis, e hoje temos à disposição um amplo panorama a respeito desses agrupamentos. Porém, esta forma de abordar as coligações também possui alguns problemas, dentre os quais dois merecem destaque. Primeiro, o fato de que as coligações dificilmente serão reproduzidas em sua totalidade em diferentes eleições e estados, por exemplo, e isso se deve, sobretudo, a um fator probabilístico, já que as chances de ocorrências deste evento reduzem na medida em que aumenta o número de partidos que compõe a coligação. Tendo em vista o grande número de partidos no país, é intuitivo pensar que as coligações sejam voláteis no tempo e no espaço, e isto fora constatado por grande parte desta literatura. Segundo, se olharmos para as questões ideológica, os estudos têm apontado para a redução de proximidades identitárias ideológicas, a partir de meados da década de 1990. No entanto, a presença de um único partido de espectro ideológico oposto em uma coligação de tamanho variado, por exemplo, levaria o observador, de acordo com as categorias usuais de Schmitt e

¹ Soares, 1964 1973a; 1973b; 2001; Lima Jr., 1983; Santos, 1987; Machado, A. 2012; Machado, C. 2012; Machado e Miguel, 2008; Miguel e Machado, 2010; Miranda, 2012, 2013 e 2017; Resende e Eptácio, 2017. Cabe salientar que os autores atribuem pesos diferentes a esta questão: uns acreditam que o principal motivo para a formação das coligações é o aumento das chances de vitória, outros acreditam que este seria apenas um dos motivos para a formação desses arranjos.

Krause (2005), a classificar esta coligação como inconsistente ideologicamente. Neste caso, a variável ideologia perde poder explicativo devido a própria escolha metodológica.

Neste trabalho, as coligações são estudadas em pares, ou de modo desagregado, que aqui são nomeadas alianças ou parcerias. Esta escolha se deve a duas razões: primeiramente porque o estudo das alianças possibilitará observar como os partidos se relacionam entre si, sendo possível desvendar elementos não captados pelas análises agregadas; e segundo em função do pressuposto assumido nesta tese, de que as negociações partidárias são, antes de mais nada, acordos bilaterais, de forma que o partido líder, potencial cabeça de chapa, trabalhará na articulação com cada um demais partidos de interesse². Além disso, cabe salientar que a análise da decisão bilateral permite entender melhor a microeconomia da escolha.

Dito isso, o objetivo desta tese é apresentar um modelo formal para a análise das alianças eleitorais em eleições majoritárias, com base na abordagem da teoria da escolha racional e da teoria dos jogos. Enfatiza-se as estratégias utilizadas pelos partidos na formação das alianças, e a forma pela qual uma decisão tomada em uma eleição pode afetar nas alianças da eleição seguinte. Dentre as razões para a formação de aliança entre partidos, será dada atenção especial ao pragmatismo à fidelidade. O primeiro explora a vitória eleitoral como única motivação para a união entre dois partidos, e o segundo explora o fato de que se no passado dois partidos formaram uma aliança, então há uma probabilidade alta de que essa união continue no presente. Assim, o objetivo geral desta tese é construir um modelo matemático que seja geral o bastante para entender como essas razões para se aliar agem sobre o comportamento individual de partidos.

Os objetivos específicos deste trabalho são: a) resgatar os principais trabalhos sobre coligações eleitorais no Brasil, buscando observar os elementos teórico-metodológicos mobilizados; b) revisitar as ideias e conceitos-chave da teoria escolha racional que fora incorporado pela Ciência Política, a fim de captar instrumentos para a análise das coligações eleitorais, ou seja, para a construção do modelo matemático proposto.

Por fim, esta tese está organizada em três capítulos: no primeiro, será apresentado o estado da arte dos estudos sobre coligações eleitorais no Brasil; no segundo, serão

² Logicamente, no jogo político real, os acordos podem ser realizados em blocos, porém, acredita-se que o retorno à forma elementar da ação traria significativas revelações em torno do comportamento partidário na decisão de se coligar.

revisitadas algumas ideias e conceitos da teoria da escolha racional, e seus desdobramentos na Ciência Política; e no terceiro, é apresentado um modelo formal de aliança partidária. Acredita-se que o instrumental teórico-metodológico da teoria dos jogos possa contribuir com os estudos sobre coligações no Brasil.

1 AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO BRASIL

Introdução

A agenda de estudos de coligações no Brasil³ iniciou-se com o debate sobre seus efeitos no regime político de 1945-1964. De forma geral, buscava-se compreender como estas impactaram no fortalecimento ou enfraquecimento do sistema político, que culminou com a quebra do regime democrático em 1964. Indagavam-se sobre as razões que levavam os partidos a participarem de alianças; as lógicas aliancistas à nível federal, estadual e municipal, e nas eleições majoritárias e proporcionais; as implicações das alianças para a representação política nos pleitos proporcionais; seu impacto para a fragmentação do sistema partidário; além da verificação de tendências.

A discussão retorna na década de 1990, com a nova democracia. A questão central que norteou o debate neste momento referia-se ao comportamento que os novos partidos e os remanescentes do regime de exceção teriam diante da possibilidade de formar alianças eleitorais. Apesar dos objetivos desta agenda de pesquisa serem semelhantes ao do período anterior, um novo contexto marcado pela ampliação do número de partidos, universalização do sufrágio, e reconfiguração do papel das unidades federativas, influenciou na retomada e intensificação dos estudos sobre coligações, ainda mais focado no debate em torno das questões teóricas e metodológicas.

O objetivo deste capítulo é resgatar os principais estudos sobre coligação no Brasil, buscando observar como as coligações foram apreendidas, o debate teórico por trás dessa discussão, e as categorias e indicadores construídos. Para tanto, o texto está organizado em duas seções: na primeira seção serão abordados os trabalhos sobre alianças

³ A maioria da produção bibliográfica que aborda as alianças entre partidos se refere à formação de coalizões de governo. Neste tipo de arranjo, os resultados eleitorais já são conhecidos, diferentemente do que ocorre nas coligações, o que torna a dinâmica totalmente diferente. Se por um lado, as pesquisas sobre coalizões foram recorrentes ainda na década de 1960, por outro, os estudos sobre coligações, na literatura internacional, constituem-se em um fenômeno recente. Um desses exemplares é o trabalho de Golder (2006), que analisou os acordos pré-eleitorais em 20 países parlamentaristas, pretendendo encontrar explicações para a aproximação dos partidos nas disputas eleitorais. Constatou que as alianças mais comuns são as ocorridas entre partidos ideologicamente compatíveis e que as coligações são mais frequentes em sistemas desproporcionais. No entanto, conforme salientou Dantas (2007, p.23), não é possível afirmar com certeza se a autora está se referindo às coligações eleitorais, tais como são entendidas no Brasil, ou seja, como acordos que devem ser registrados formalmente.

eleitorais na democracia de 1945⁴-1964, com destaque às contribuições ímpares de Gláucio Soares e Lima Júnior, e aos estudos de Isabel Oliveira, Maria Capello Souza, Wanderley Guilherme dos Santos, e Antonio Lavareda; na segunda seção serão apresentados os estudos sobre coligações na democracia recente, que dialogam, sobretudo, com as duas dimensões pensadas por Gláucio Soares (ideológica e pragmática), e têm nos trabalhos de Silvana Krause, Rogério Schmitt, Luis Felipe Miguel, Carlos Machado e Aline Machado, suas principais referências. Por fim, nas considerações finais do capítulo, elabora-se um quadro síntese desses estudos, destacando as principais abordagens desta agenda de pesquisa.

1.1 Estudos pioneiros sobre coligações e suas contribuições teórico-metodológicas: o Brasil de 1946 a 1964

As alianças partidárias passaram a fazer parte da realidade brasileira durante a democracia de 1945-1964, sendo centrais para a organização da competição política partidária naquele momento, e ainda hoje⁵. No entanto, até o estudo de Gláucio Soares (1964), não havia sido formulada nenhuma teoria explicativa sobre coligações, sendo as análises anteriores de cunho ensaístico, que, com frequência, viam as alianças como

⁴ O ano de 1945 foi caracterizado pela retomada de medidas democratizantes no país. Apesar de algumas análises apontarem para a fragilidade do enraizamento social, e ausência de substância do sistema partidário-eleitoral brasileiro (Mainwaring, 1999), foi a partir deste momento que os partidos mantiveram o monopólio da representação, e tornaram-se competitivos em todos os níveis. Não se tratava mais do bipartidarismo do Segundo Império, nem dos partidos únicos estaduais da República Velha, mas de duas décadas em que os partidos disputaram regularmente as eleições nos níveis federal, estadual e municipal (Lavareda, 1991, p.20).

⁵ As eleições e o sistema eleitoral no período de 1946 a 1964 foram regulamentados pela Lei Eleitoral de 1945 e pela Constituição Federal de 1946. Os candidatos deveriam ter filiação partidária, podendo ser pelo próprio partido ou por aliança eleitoral. No entanto, as alianças foram permitidas pela primeira vez em nível nacional apenas nas eleições de 1950, vigorando até 1962. Em 1971, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos proibiu as coligações, sendo liberadas em 1986. Até 1998, as alianças para a Câmara dos Deputados teriam de ser congruentes com as formadas nas eleições para os Governos dos Estados. De 2002 a 2006, vigorou a chamada Lei da Verticalização (Artigo 4º da Resolução nº2.993, de 26 de fevereiro de 2002), na qual os partidos que integrassem coligações presidenciais ficavam proibidos de se coligarem com partidos adversários nas disputas para os demais pleitos, conforme segue: “os partidos políticos que lançarem, isoladamente ou em coligação, candidato/a à eleição de presidente da República não poderão formar coligações para eleição de governador/a de Estado ou do Distrito Federal, senador/a, deputado/a federal e deputado/a estadual ou distrital com partido político que tenha, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato/a à eleição presidencial” (Consulta n.715, de 26-02-2002). Porém, o descontentamento com a Lei foi evidente e, ainda em 2006, os parlamentares aprovaram uma Emenda (nº 52 de 2006) garantindo a liberdade na formação das alianças.

indicador da falência dos partidos, da ausência de ideologia partidária, e ainda como atestado da irracionalidade do sistema político (Soares, 1973a). Nesse sentido, o seu trabalho visava preencher esta lacuna, apresentando as coligações como um fenômeno racional, previsível e explicável, dentro do contexto da perspectiva de classes.

Este autor formulou o que chamou de “teoria da resistência ideológica” e “teoria do esforço mínimo”. A teoria da resistência ideológica baseia-se nas suposições de que cada partido possui suas raízes sociais, e uma plataforma ideológica suficientemente clara. Tais elementos são critérios de diferenciação deste partido em relação aos demais. Soma-se a isso as diferenças socioeconômicas entre as regiões brasileiras, o que corrobora com o argumento do autor de que a população urbana seria mais orientada ideologicamente do que a rural. Afirma ainda que os grandes partidos possuíam uma composição social mais heterogênea, sendo por isso menos ideológicos do que os pequenos. A teoria do esforço mínimo diz respeito à tentativa dos partidos em maximizar o seu desempenho eleitoral, ou seja, maximizar os ganhos com o menor esforço possível (Soares, 1973a).

Outro estudo central para esta agenda de pesquisa foi o de Lima Júnior (1983). Para o autor, a teoria do esforço mínimo de Soares não conseguiria explicar toda a evidência disponível, ou os dados eleitorais de 1945-64. A interpretação desta teoria considera implicitamente que o tamanho do partido é invariante no tempo, e independe em relação aos níveis federal e estadual. Nas análises de Lima Júnior, tamanho do partido passa a ser uma variável extremamente relevante para a compreensão das alianças. Ser grande ou pequeno não seria uma definição apriorística, pois caberia percebê-lo ao longo do tempo, nos diferentes estados e níveis da competição. Segundo o autor, os partidos seguiriam uma estratégia de *racionalidade política contextual*, em que as decisões partidárias de formar coligações seriam:

(...) racionais porque tinham como principal objetivo maximizar o apoio eleitoral e foram contextuais porque tomadas localmente, à luz dos resultados da eleição prévia, e não de acordo com uma estratégia partidária nacional. A força local relativa de um partido constitui-se assim, no determinante principal de qualquer decisão sobre formação de alianças (Lima Jr., 1983, p.77)

As contribuições de Soares e Lima Júnior serão fundamentais para o debate em torno das coligações na democracia de 1945-1964, como poderá ser observado nos

estudos de Isabel Oliveira (1973), Maria Capello Souza (1983), Wanderley Guilherme dos Santos (1987), e Antonio Lavareda (1991).

1.1.1 Teorias da resistência ideológica e do esforço mínimo

O estudo inaugural de Soares, publicado em 1964, sobre o comportamento coligacionista dos partidos brasileiros foi desenvolvido em um contexto em que as teorias da modernização influenciavam a intelectualidade brasileira, em particular, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da ciência política, sociologia e economia. Tratava-se, em linhas gerais, de buscar compreender de que forma o processo de modernização das estruturas produtivas do país, e sua conseqüente urbanização, incidiram sobre a organização da vida partidária e do eleitorado, ou, dito de outra forma, de que maneira o comportamento político havia sido alterado pelo advento da modernização e a nítida clivagem estabelecida entre o mundo urbano e mundo rural.

Transposta à realidade brasileira, a região nordeste representava as sociedades pouco modernizadas, onde práticas informais e uma relação clientelista e personalista entre as oligarquias rurais e o eleitorado com baixa escolaridade eram replicadas continuamente. Tratava-se de uma sociedade apática e não participante que dedicava a maior parte do seu tempo com a satisfação de necessidades básicas, sobrando pouco tempo para atividades “amadorísticas”, tais como a política (Soares, 1973b, p.178). Desse modo, a região era *locus* indispensável para a manutenção de partidos conservadores, em particular a UDN (União Democrática Nacional), o PR (Partido Republicano), e o PSD (Partido Social Democrático), sendo este último composto por ex-interventores getulistas. A região sudeste, por sua vez, era em tese a base de representação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido populista reformista que, apesar da sua origem sob os auspícios do governo de Getúlio Vargas, havia construído uma base ideológica respaldada no trabalhismo e crescia continuamente nos principais centros urbanos do sudeste brasileiro.

O mundo urbano e industrializado foi caracterizado como uma sociedade em que as necessidades primárias e secundárias estavam satisfeitas, havendo tempo e energia para o jogo político. Olhando para o Brasil, segundo Soares (1973b, p.179-180), as teorias do desenvolvimento político e modernização perdem aplicabilidade, pois tomam como ponto

de destino uma trajetória retilínea e irreversível, ou seja, não levariam em conta as particularidades históricas, regionais e culturais do país, o que poderia produzir resultados diferentes e não uniformes. Tal teoria só seria aplicável caso houvesse uma “etapa” conflitiva entre a política tradicional (ponto de partida) e a política de “dollars and cents” (ponto de chegada).

Este debate constitui-se o pano de fundo das discussões de Gláucio Soares sobre as coligações no Brasil. A legislação partidária de 1945 permitiu que os partidos políticos se coligassem, e isto pôde ser observado em termos práticos. O cenário ideal respaldado na clivagem urbano/rural, considerando a permissividade legal, levaria a crer que os partidos que possuíam bases eleitorais mais urbanas e conseqüentemente mais escolarizadas aderissem menos às estratégias coligacionistas, e, quando as utilizassem, buscariam preservar certa coerência ideológica na construção de tais parcerias. Por outro lado, partidos que possuíam bases eleitorais menos desenvolvidas formariam alianças sem considerar os aspectos ideológicos no momento de sua composição⁶.

Partindo desta observação, Soares (1973a) analisou os dados eleitorais da Câmara Federal e das Assembleias Estaduais, de 1950 a 1962, com ênfase nos maiores partidos, formulando suas duas teorias. A forma pela qual o autor compreende a interação entre essas duas teorias é exemplificada na afirmação abaixo:

A aplicação da teoria dos jogos ao processo eleitoral, divorciada do conteúdo ideológico dos partidos e da estrutura dos interesses, pode levar a paradoxos. Podemos imaginar um partido trabalhista que, para vencer as eleições, se alia a um grupo conservador que é majoritário na coligação, comprometendo-se assim a abandonar a defesa dos interesses da classe trabalhadora. O eleitoralismo puro e simples seria exatamente isto. Mas o processo político não se reduz ao processo eleitoral: não começa nele e não termina com as eleições. A ideologia introduz na racionalidade política uma perspectiva temporal que inclui a própria racionalidade eleitoral. É uma racionalidade de meios a partir de fins. Os fins são ideologicamente definidos (Soares, 1973b, p.169).

⁶ Mudanças quantitativas na infraestrutura econômica, sobretudo no nível do desenvolvimento, poderiam provocar alterações qualitativas na cultura política (Inglehart e Welsel, 2009), tornando-a mais ideológica e alicerçada nas classes sociais.

Nesta passagem, fica evidente a influência do que ficou conhecido como *rational choice theory* (RCT⁷) no argumento de Gláucio Soares. Cabe salientar que a emergência desta escola se deu nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, tratava-se de um debate efervescente quando da publicação de seu artigo em 1964, e o mesmo ocorrera com as teorias da modernização. Feita esta ressalva, o autor atenta para o fato de que o processo político é muito mais amplo do que o processo eleitoral, e que por isso seria razoável supor que aplicação pura e simples da racionalidade eleitoral geraria paradoxos, tendo em vista o peso da ideologia neste processo. A racionalidade seria de meios (o que já apontava a RCT), mas os fins seriam ideologicamente definidos.

No entanto, o autor ressalta que a racionalidade eleitoral não chegou a caracterizar totalmente a política brasileira, e que o sistema político-eleitoral se encontrava em um processo de transformação: de um esquema de poder e dominação fundado no latifúndio político, em que os partidos eram utilizados instrumentalmente (política oligárquica, resíduo da política dos estados), para um outro esquema fundado na representação de interesses socioeconômicos diversos, com a utilização instrumental das eleições, cujo objetivo não era a preservação de uma estrutura socioeconômica, mas sim a obtenção do poder pelo poder (Soares, 1973a, p.460).

O crescimento da participação eleitoral mudou a configuração política do país, passando a ter de ser levado em conta os interesses socioeconômicos desta variada massa de votantes, tais como o crescente proletariado urbano e a classe média urbana. O caráter fragmentário da estratificação socioeconômica da população e o impedimento legal dos votos dos analfabetos contribuíram para que nenhuma classe social tivesse poder eleitoral absoluto, capaz de vencer as eleições sem recorrer às alianças eleitorais. A redução do poder econômico das oligarquias rurais e o esgotamento do esquema de manipulação política levou-as a buscar alianças com outros setores para manter-se no poder. Porém, este processo se deu muito mais no nível federal e estadual, já que nos municípios as oligarquias reinavam quase que absolutas. (Soares, 1973b)

Desse modo, as organizações partidárias tenderiam a adotar, como estratégia de sobrevivência e/ou desenvolvimento, plataformas mais amplas que pudessem contemplar a variedade socioeconômica e cultural do eleitorado. A emergência da classe proletária

⁷ Esta teoria constitui-se em uma estrutura para compreensão de fenômenos econômicos e sociais, a partir da qual os determinantes das escolhas individuais são fundamentais. Parte da premissa de que o comportamento social agregado resulta do comportamento de atores individuais (Tsebelis, 1998).

nos grandes centros urbanos, e a permissão do voto feminino em 1932 foram elementos a serem ponderados em suas estratégias políticas. Diante deste cenário, os resultados empíricos observados por Soares (1973b, p.186) apontam para o fato de que a política dos estados “subdesenvolvidos” foi dominada por um número pequeno de partidos, enquanto que nos estados do sudeste houve maior dispersão eleitoral, e vários partidos conseguiram representação na Câmara Federal. Tais diferenças apontam para efeitos diferentes nas duas regiões para o mesmo conjunto de regras, pois quanto maior a dispersão eleitoral, maior a tendência a formar coligações eleitorais, e este seria um dos fatores que influenciam na formação de alianças.

A afirmação de que os partidos se coligam para obter representação política ou para ganhar eleições majoritárias repousa sobre o princípio da racionalidade eleitoral, que, para Soares, pode ser vista como um caso de aplicação particular da teoria dos jogos. A decisão dos partidos de se coligar ou não, e com quais partidos fazê-lo, é uma decisão da cúpula partidária⁸. Tal racionalidade eleitoral supõe informações sobre a força eleitoral do partido e sobre as estimativas dos resultados eleitorais, e, é a partir disto que se aplica a teoria dos jogos. No entanto, o conhecimento que os tomadores de decisão possuem sobre a força eleitoral dos partidos é incompleto, o que os força a utilizar estimativas, e isto passa a ser um problema para a aplicação da teoria dos jogos. Por isso, as informações e os métodos utilizados nestas estimativas passariam a ser centrais para as análises das alianças⁹ (Soares, 1973a).

Quando um partido acredita na sua vitória sem quaisquer alianças nas eleições majoritárias, este se apresentará sozinho, pensando que qualquer coligação traria o ônus de uma parcela do poder (usualmente via cargos públicos). Se os cálculos deste partido estiverem errados, poderá perder as eleições, a depender do comportamento dos demais partidos. Cabe destacar que se o objetivo do partido não for a hegemonia eleitoral, os objetivos subsidiários, tais como aumentar a representação ou no limite conseguir representação, no caso das eleições proporcionais, ganham relevância. É comum, nestas

⁸ Soares salienta que a racionalidade individual e partidária nem sempre coincidem, e que os partidos também se diferenciam quanto ao comportamento frente a esta questão, pois dependeria da capacidade dos membros partidários para colocar a racionalidade partidária acima da individual. Atenta também para o fato de que uma coligação pode prejudicar um partido em favor de outro, e cita o caso do PT em 1994, que fora prejudicado pelas coligações, e PSB e PCdoB beneficiados. (Soares, 2001, p.148-149).

⁹ Soares (1973a) salienta que este é um grande problema no caso das alianças e coligações, porém, são quase inexistentes no caso das alianças políticas pós-eleitorais (coalizões), quando a distribuição de forças é conhecida.

eleições, as alianças entre partidos pequenos, pois, na suposição de que dois partidos não atinjam o quociente eleitoral¹⁰ sozinho, não haveria razão para não uni-los, já que, sob a perspectiva da contabilidade eleitoral, nenhum partido teria a perder entrando na aliança. Outro benefício das coligações é a divisão das sobras, pois as alianças teriam maior probabilidade de obter deputados adicionais do que outro partido isoladamente (idem, 1973a).

Como nas eleições para governo do estado, apenas um ganha, aparece com toda força a teoria dos jogos e a análise de custo-benefício. Os partidos pequenos tentam “vender” seus votos aos candidatos dos partidos com real chance de vitória pelo maior preço possível (secretarias, apoio nas eleições para prefeituras etc.). Neste tipo de eleição, maior é o número de partidos que, se concorrerem sozinhos, não obterão qualquer benefício eleitoral, e, diante disso, os partidos estariam mais dispostos a formar alianças. Nos estados em que nenhum partido tiver condição majoritária, o esquema se aproxima de um jogo de soma zero, sendo altamente provável a formação de alianças. Assim, a importância relativa das alianças é maior nas eleições majoritárias do que nas proporcionais. (Soares, 1973a, p.469)

Sobre os efeitos da variável “tamanho do partido”, o autor salienta que esta influencia tanto a coesão ideológica quanto a necessidade de se coligar para conseguir representação política. No primeiro caso, o efeito sobre a propensão a coligar-se é negativo: a coesão ideológica diminui com o crescimento do tamanho do partido, em função de maior heterogeneidade socioeconômica de suas bases e, conseqüentemente, de interesses que o partido representa. Os partidos grandes, portanto, tendem a adotar ideologias mais flexíveis e mais amplas para cobrir toda a extensão destes interesses. No segundo caso, o efeito é positivo: quanto menor o partido, menor a probabilidade de conseguir representação de maneira independente, e, conseqüentemente, maior a necessidade de aliar-se. O fato de que, no cômputo final, os partidos pequenos se aliam

¹⁰ O quociente eleitoral no Brasil é determinado pela divisão dos votos válidos (exclui-se aqui, os votos nulos e brancos) pelos lugares a preencher (após a Lei das Eleições - Lei nº 9.504/97-, os votos brancos deixaram de ser parte dos cálculos eleitorais para definição das eleições proporcionais, passando, conseqüentemente, a ter a mesma destinação do voto nulo). Os quocientes partidários são obtidos pela divisão da votação de cada partido (votos nominas e na legenda) pelo quociente eleitoral. Em ambos os cálculos, as frações são desprezadas, e os valores são arredondados. Assim, os partidos que não alcançaram o quociente eleitoral não participam da divisão das sobras dos lugares não preenchidos pelo quociente partidário. Esta será feita da seguinte forma: a votação de cada partido é dividida pelo número de lugares por ele conquistados + 1, e a primeira cadeira vaga é destinada ao partido que alcançou a maior média; este cálculo é repetido até o preenchimento de todas as vagas ociosas (TSE).

mais do que os grandes sugere que a racionalidade eleitoral foi um fator de maior peso do que a resistência ideológica. (idem, p.474)

Gláucio Soares atenta ainda para o fato de que, embora a racionalidade eleitoral explique parcialmente a propensão de um partido coligar-se, não se deve concluir que diferentes eleições representam soluções exclusivamente conjunturais, que resolve problemas daquele partido, naquele lugar e naquela eleição. As coligações possuem certas estruturas que se repetem ao longo do tempo, tendo em vista que a) as opiniões políticas de um estado não são voláteis, havendo uma tendência a repetição das condições consideradas satisfatórias, b) há lealdades na política, o que facilita a reprodução das combinações anteriores, c) há uma base ideológica na política (Soares, 2001, p.166). Desse modo, segundo o autor, os partidos estruturados tendem a aliar-se com mais frequência nos estados onde se aliaram anteriormente¹¹.

Em síntese, os achados de Soares (1973a, 2001) podem ser resumidos da seguinte forma: os partidos pequenos se coligam mais que os grandes; em situação hegemônica – quando um partido acredita na sua vitória eleitoral, ou acredita ter votos suficientes para ganhar - , um partido não necessita aliar-se; as alianças são eleitoralmente mais significativas no nível federal do que estadual, e nas eleições majoritárias do que nas proporcionais; os partidos com bases amplas sofrem menos entraves para aliar-se; os partidos em regiões mais desenvolvidas tendem a coligar-se menos do que os das áreas menos desenvolvidas, sendo mais fiéis à composição de classe do eleitorado e mais preocupados com uma plataforma ideológica; o comportamento dos indivíduos é determinado pelo seu contexto social e econômico, ou seja, está sujeito à regularidades, do mesmo modo que as coligações eleitorais, que são produto de decisões humanas.

1.1.2 Racionalidade contextual e outras contribuições

¹¹ Soares (1973a, p.482-483), ao abordar as coligações como estruturas estáveis, utiliza o termo “estrutura nas coligações eleitorais” para se referir aos partidos que fizeram alianças em determinados estados em t, e tornaram a fazê-las em t+1, ao invés de concorrerem isoladamente. O autor trata de “casos inconsistentes”, a situação oposta: partidos que formaram alianças em determinados estados em t, mas não o fizeram em t+1. Conforme poderá ser observado adiante, a terminologia consistente e inconsistente dos estudos recentes sobre coligações possui outro significado, atrelado à ideologia partidária. Já Soares utilizou o termo “coesão ideológica” (idem, p.474) para abordar os arranjos ideológicos das alianças. Para a discussão sobre os conceitos de consistência, coesão e coerência aplicado aos estudos coligacionistas, ver Machado e Miguel (2008).

O argumento de Soares possibilitou um importante debate em torno do fenômeno coligacionista, com muito mais dissensos do que consensos, e neste sentido, os trabalhos de Isabel de Oliveira (1973), Olavo Brasil de Lima Júnior (1983), Maria do Carmo Campello de Souza (1983), Wanderley Guilherme dos Santos (1987), e Antônio Lavareda (1991) merecem ser destacados¹². Passa-se ao debate obedecendo à cronologia dos estudos.

Isabel de Oliveira (1973) pretendeu verificar se o estágio de diferenciação estrutural dos estados no Brasil influenciou no comportamento das coligações para deputado federal de 1950 a 1962. No entanto, ao invés de utilizar o índice de alfabetização como indicador de urbanização, como havia sido feito por Soares, utilizou-se do número da população urbana e suburbana, chegando a resultados bastante diferentes: as regiões urbanizadas para Soares seriam Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Guanabara; já o conjunto de Isabel se difere do autor por excluir Mato Grosso, e incluir Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco (idem, p.170). Os resultados encontrados levam-na a refutar a proposição de Gláucio, afirmando que o crescimento do número de coligações na Câmara Federal de 1950-1962 ocorreu efetivamente na região mais industrializada e urbanizada. No entanto, faz uma importante ressalva, pois o que poderia explicar o crescimento das coligações na região mais urbanizada seria o grande número de pequenos partidos, uma vez que esse simples fato possibilita um maior número de coligações, pois é maior o número de arranjos possíveis entre os partidos (Oliveira, 1973, p.174).

Em resumo, a autora conclui que as diferenças estruturais entre os estados não podem ser aceitas como fator explicativo da distribuição de alianças, uma vez que, a partir de um teste de correlação entre grau de urbanização e número de alianças, houve mudança de sentido ao longo do período analisado. Assim, as constatações de Oliveira (1973) sinalizam para o fato de que a estrutura socioeconômica “estaria perdendo poder

¹² Cabe citar ainda o trabalho de Sousa (2005), no qual analisou o impacto sobre as coligações quando há coincidência entre eleições majoritárias e proporcionais nas eleições de 1954, 1958 e 1962, tendo como pano de fundo as constatações de Lavareda (1991). Afirma que a intensidade dos deputados eleitos por coligações é maior quando as eleições majoritárias e proporcionais ocorrem ao mesmo tempo. A hipótese do autor é de que isso ocorre porque a coligação é formada a partir do candidato a governador, salientando que as eleições majoritárias influenciam fortemente na formação de coligações das disputas para os cargos proporcionais num sistema multipartidário.

discriminatório enquanto variável independente”, e como explicação alternativa enfatiza a própria estrutura do sistema partidário brasileiro (Schmitt, 2005, p.14).

A autora analisa ainda se existe um padrão recorrente na formação das coligações ou se a aleatoriedade seria predominante:

(...) se fixarmos os anos e correremos os dados em sentido vertical, veremos que raramente uma coligação envolvendo os partidos A e B se faz em mais de um Estado. Se fixarmos os Estados e correremos os dados horizontalmente, veremos também que as coligações não se mantêm no tempo, na sua grande maioria. Assim aparentemente, cada coligação seria específica a cada eleição e a cada Estado” (Oliveira, 1973, p.174).

No entanto, Oliveira (1973) centra sua análise apenas nos três maiores partidos do período: PSD (ao centro ideologicamente e de base rural), PTB (esquerda e de base urbana), e UDN (direita e também de base urbana)¹³. As coligações ideologicamente inconsistentes seriam compostas por arranjos da UDN com o PTB, e constatou ser muito pequena a diferença entre as alianças ideológicas e não ideológicas. Ao analisar as alianças conforme o tamanho das agremiações, a autora apontou para tendência a formação de parcerias contendo um partido grande com um ou mais partidos pequenos.

Compartilhando do argumento de Oliveira, de que as coligações seriam específicas, aparentemente, a cada eleição e a cada estado, Lima Júnior (1983) discute os diversos sistemas partidários a nível nacional e estadual. Defende o argumento de que o sistema multipartidário excessivamente fragmentado, uma das variáveis explicativas mais importantes para a explicação da quebra do regime democrático, não se sustentava, tendo em vista o número de partidos efetivamente existentes. As alianças eleitorais são utilizadas pelo autor como variável para comprovar este argumento. Observa a prevalência de três subsistemas partidários: bipartidário, multipartidário moderadamente fragmentado e multipartidário altamente fragmentado.

O autor centrou-se no debate das diferenciações que deveriam haver no cálculo coligacionista no que se refere ao nível eleitoral (estadual x federal) e ao tipo de eleição (majoritária x proporcional). Defende a ideia da existência de diferentes dinâmicas nos subsistemas partidários estaduais que influenciariam mais na decisão dos partidos de

¹³Este recorte lhe rendeu críticas, entre elas a de Santos (1987, p.112), ao ressaltar que apesar da força eleitoral desses três partidos, as coligações permitiram que partidos inexpressivos eleitoralmente tivessem representação, de modo que essa “licença democrática” foi significativa para a sobrevivência de pequenos partidos.

formar alianças do que a dinâmica partidária nacional, ou seja, tais decisões seriam orientadas por uma racionalidade contextual¹⁴:

(...) as decisões de formar alianças foram racionais, em determinada conjuntura, porque tinham como principal objetivo maximizar o apoio eleitoral, e foram contextuais porque tomadas localmente à luz dos resultados da eleição prévia, e não de acordo com uma estratégia partidária nacional. Sendo assim, a força local relativa de um partido seria o determinante principal da decisão sobre formação de alianças (Lima Jr., 1983, p.77).

Para ele, as teorias de Soares não seriam adequadas, pois assumira uma premissa de racionalidade política invariante, o que seria um equívoco já que o tamanho do partido não seria fixo no tempo, nem os níveis federal e estadual fariam parte do mesmo jogo (Lima Jr., 1983, p.45). O autor destaca que, quando Soares uniformizou os partidos em análise, não considerou o fato de que alguns destes sempre foram grandes, porém apenas no âmbito estadual. Como exemplos, cita o PR-mineiro, o PSP-paulista, e o PDC- São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Por isso, uma análise adequada exigiria a incorporação destes elementos, ou seja, deveria ser contextualizada. Somam-se às críticas, o fato de que Soares também deixou de lado em suas análises os pequenos partidos.

A força relativa dos partidos constitui-se em um conceito central na argumentação de Lima Júnior. O autor ordena os partidos pelo número de votos recebidos, e os classifica em dois grandes grupos, de modo que os 5 primeiros partidos do ranking, que receberam mais votos em t-1, foram considerados “grandes”, e o restante “pequenos”. Como resultado, foi constatado que quase 50% das alianças ocorridas de 1950 a 1962 (48 do total de 91) na Câmara Federal se deram entre pelo menos um dos 5 primeiros partidos e um dos menores partidos; 18 parcerias foram entre o 1º e 2º maiores partidos¹⁵; e apenas 6 alianças ocorreram entre pequenos partidos (Lima Jr., 1973, p.80,81).

¹⁴ “É de se entender, portanto, por racionalidade política contextual, que os partidos adversários, dada sua força local relativa, buscariam maximizar seu apoio eleitoral. E, sendo este objetivo o lado positivo da racionalidade, é importante que se explicita seu aspecto negativo: ganhar eleições não significa apenas maximizar o apoio eleitoral do partido, mas também minimizar o apoio do oponente” (Lima Jr., 1973, p.77). No entanto, o autor não confirma a segunda hipótese com os dados da Câmara Federal, já que constatou aproximadamente 15% de alianças entre partidos grandes.

¹⁵ Este dado não corrobora uma das hipóteses que Lima Júnior (1973) levantou, de que os partidos formam alianças para derrotar o principal adversário.

No entanto, a forma em que o conceito “força relativa dos partidos” foi operacionalizado, assim como a não especificação de seu universo empírico podem ter enviesado a análise. Quanto ao primeiro ponto, Lima Jr. criticou Soares quanto à racionalidade política invariante, apresentando a racionalidade contextual como uma proposta alternativa. Os partidos podem ter tamanhos distintos de acordo com os diferentes níveis de competição, os Estados, e ao longo do tempo, mas a mensuração dessas diferenças via ranking (1º a 5º como maiores partidos, e os demais como pequenos), e as análises de interação a partir deste critério, parecem não ir ao encontro do poder heurístico de seu conceito. Quanto ao segundo ponto, não foi apresentado detalhadamente o universo empírico de sua pesquisa, de forma que não é possível identificar quantos e quais seriam os partidos menores. Como sinaliza Nicolau (2004), o número de partidos que disputaram as eleições de 1945 a 1962 foi 20, sendo que o total de partidos em cada eleição variou de 12 a 14. Assim, Lima Jr. estaria se referindo a algo em torno de 7 a 9 partidos pequenos em cada disputa. Cabe ainda salientar que as alianças realizadas entre o 5º e o 6º colocados seriam classificadas como uma união de um grande partido com pequeno, independentemente do tamanho da diferença dos votos recebidos por estes.

Conforme salienta Lavareda (1991), Lima Jr. observou corretamente a necessidade de contextualizar a classificação do tamanho dos partidos, diferentemente de Soares que chamou de grande apenas as siglas PSD, UDN e PTB. No entanto, o autor destaca que Lima Jr.:

(...) ao tentar fazê-lo, acabou por definir como ‘grandes’ todos os cinco partidos mais votados em cada estado nos pleitos proporcionais, procedimento que receberia a réplica adequada de Soares (1984), quanto ao fato de que tal definição fazia com que, em muitos casos, ‘houvesse mais partidos grandes do que pequenos, e, em alguns, só houvesse partidos grandes’, o que teria prejudicado as inferências do trabalho acerca das tendências à formação de coligações eleitorais segundo tamanho dos atores. Na verdade, a dimensão ‘tamanho’ necessitaria ser contextualizada em cada nível de disputa (federal, estadual e municipal) e, também, o que não foi lembrado por esses autores, em cada plano, definido por distintas regras eleitorais (majoritária e proporcional). (Lavareda, 1991, p.66-67)

Em seu livro, “Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)”, publicado pela primeira vez em 1976, Maria Campello de Souza traz também importantes contribuições ao estudo sobre coligações. Pretende identificar as tendências, a médio prazo, dos padrões de articulação política expressos no aumento das alianças e coligações,

defendendo a hipótese do realinhamento e fortalecimento do sistema partidário no período de 1930 a 1964, em contraposição à tese da inviabilidade congênita, recorrente principalmente nos textos jornalísticos do período. Se para Gláucio Soares o comportamento aliancista significava, pela ótica dos partidos tomados individualmente, crescente racionalidade eleitoral, o que revelava ao nível do sistema partidário como um todo?

A autora destaca os fatores nos quais o suposto da racionalidade, trabalhada por Soares, se aplicaria: a) situação majoritária – o partido não se aliará, pois acredita na vitória isolada; b) situação minoritária – o partido acredita que não obterá maioria, definindo objetivos subsidiários, como por exemplo obter ao menos um representante; c) efeito do número de cadeiras a ser preenchido – há mais alianças para a Câmara Federal do que para Assembleias Estaduais; d) efeito do tamanho dos partidos – os pequenos partidos tendem a aliar-se mais do que os grandes (Souza, 1983, p.156). Em suma, a decisão de formar aliança dependeria da força relativa do partido, argumento que fora defendido por Lima Jr.

Campello de Souza (1983) salienta ainda que, embora Soares tenha demonstrado o aliancismo bastante superior nas regiões subdesenvolvidas, haveria um aliancismo crescente no país, tendo em vista que nas regiões desenvolvidas este recurso também se elevava. Atenta ainda que, ao olhar para a rentabilidade do comportamento aliancista, medido como a diferença entre a porcentagem de votos dados a alianças e a porcentagem de deputados eleitos via alianças para a Câmara Federal, o aliancismo já não era rentável em 1962, sendo provável que este declinasse nos pleitos subsequentes, caso houvessem.

Wanderley Guilherme dos Santos (1987), ao analisar os motivos da paralisia decisória do sistema partidário brasileiro antes da ruptura de 1964, argumenta que a permissividade para a formação de alianças seria uma dessas causas endógenas¹⁶ à dinâmica eleitoral. As alianças inconsistentes sob a ótica da ideologia partidária comporiam a grande maioria dos arranjos nas eleições proporcionais de 1950 a 1962. Para esta verificação, os partidos foram divididos em dois grupos - partidos de inclinação

¹⁶ Os outros fatores seriam a ausência de um mecanismo que excluísse os partidos com pouca representatividade nacional, e, em menor grau, a impunidade dos ‘trânsfugas’ - daqueles que eleitos por legendas menores, via alianças com partidos maiores, “registravam-se no Parlamento sob legenda diferente daquela pela qual concorreram, e não necessariamente ingressando no parceiro maior da coligação que os elegeram” (Santos, 1987, p.100).

conservadora (PSD, UDN, PR, PL, PDC e PRP) e de inclinação progressista (PTB, PSP, PSB, PST, PTN, PRT, MTR) – sendo que as alianças inconsistentes seriam compostas por partidos de grupos distintos.

Para Santos (1987, p. 108), “o impulso para a coligação dependeria das condições dos partidos em cada estado, em cada eleição, buscando eles as aproximações com legendas que oferecessem perspectivas de retorno eleitoral mais favorável”, ou seja, as alianças teriam o objetivo de maximizar votos. Acrescenta ainda que do total de 87 coligações, em apenas 20 casos ao menos dois partidos repetiram a coligação no mesmo estado, ao longo das eleições de 1950 a 1962, o que o leva a afirmar que os partidos buscariam em cada eleição os parceiros que lhes oferecessem os maiores benefícios, corroborando o argumento downsiano de que o comportamento partidário seria orientado exclusivamente para o objetivo de maximizar votos¹⁷.

Se os partidos buscavam alianças para maximizar votos, tal mecanismo deveria ser compensador, o que pôde ser observado pela percentagem de cadeiras na câmara federal ocupada via coligações: 18% em 1950, 34% em 1954, 41% em 1958 e 47% em 1962. Em suma, Wanderley defende a ideia de que as coligações seriam atraentes pelo simples fato de que todos os partidos ganhariam com elas, logicamente que de maneira desigual, além de assegurarem representação aos partidos pequenos, que, de outro modo, possivelmente não conseguiriam. Porém, atenta para o efeito inevitável das alianças, qual seja a descaracterização da representação, tendo em vista a alta probabilidade de que um voto conservador contribuísse para eleger um representante progressista, ou o contrário (Santos, 1987, p.108-112).

Por fim, a pesquisa de Antônio Lavareda, “A Democracia nas Urnas”, publicada em 1991, tinha como objetivo elaborar um novo e abrangente diagnóstico sobre o sistema partidário-eleitoral do Brasil, de 1945 a 1964, tomando como base uma grande massa de dados nas esferas municipal, estadual e federal, nos pleitos majoritário e proporcional, aliados à dados de opinião pública do período. O autor analisou as principais interpretações deste período, constatando que nenhuma delas seria capaz de explicar satisfatoriamente as principais características do sistema. Assim, apresenta uma hipótese alternativa, de que o sistema “estaria em processo de implantação ou consolidação, isto é, cumprindo de modo cada vez mais efetivo o primeiro papel básico de qualquer sistema

¹⁷ Conforme atenta Wanderley na nota 3 do capítulo 6 (Santos, 1987, p.202).

partidário democrático, que é o de imprimir organização e regularidade a parcelas significativas das escolhas eleitorais” (Lavareda, 1991, p.97).

Sobre as coligações eleitorais, o autor salienta que a utilidade eleitoral destas seriam, em certa medida, óbvias do ponto de vista das pequenas agremiações, mas não das grandes:

Na verdade, os grandes partidos aceitavam, tal como nos dias atuais, as coligações proporcionais, frequentemente por motivos rigorosamente estranhos aos pleitos proporcionais. As coligações nesses pleitos funcionavam como instrumento de barganha para amealhar apoio de pequenas legendas nas eleições de soma zero – os pleitos majoritários de turno único para executivos estaduais –, aqueles em que mesmo um pequeno contingente de votos orientados por uma pequena legenda ou liderança isolada podia ser vital nas urnas, ou mesmo antes, à medida que emprestavam aparência de maior força e ajudavam a viabilizar candidaturas (Lavareda, 1991, p.115-116)

Assim, a principal contribuição de Lavareda (1991) aos estudos sobre coligações eleitorais, diz respeito à constatação de que estes arranjos nas eleições proporcionais seriam organizados a partir das eleições de governadores, realizadas na maioria das vezes simultaneamente, a depender da duração do mandato de governador em cada estado. Os candidatos das eleições proporcionais com maiores chances de sucesso nas urnas estariam inscritos em partidos selecionados a partir da ótica da política nacional.

1.2 Coligações eleitorais na nova democracia

Com a redemocratização, os estudos sobre a atuação dos partidos políticos e arranjos coligacionistas retornaram a agenda da Ciência Política. Apesar da Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que autorizou e regulamentou a fundação e atuação de novos partidos, a permissão para realização de coligações se deu apenas no ano de 1986¹⁸. O retorno das coligações ocorre, portanto, nas eleições para governador e deputado deste ano.

Em termos conceituais, o estudo das coligações na nova democracia permanece atrelado, sobretudo, ao trabalho de Soares (1973a) e a utilização do viés ideológico e

¹⁸Art. 6º- É facultado aos Partidos Políticos celebrar Coligações para o registro de candidatos à eleição majoritária, à eleição proporcional, ou a ambas. § 1º É vedado ao Partido Político celebrar coligações diferentes para a eleição majoritária e para a eleição proporcional.

pragmático. Neste novo contexto, o elevado número de partidos e a ocorrência ininterrupta de eleições colaboraram para um promissor terreno de análise das coligações. Para contemplar esse debate, esta seção está organizada em duas partes: primeiro, serão apresentados alguns estudos que enfatizaram a perspectiva ideológica das coligações, e, na sequência, serão destacados os trabalhos mais preocupados com a questão pragmática. Cabe atentar que esta divisão é de cunho instrumental, já que muitos trabalhos abordam as duas perspectivas. Além disso, uma outra dimensão, que tem sido bastante explorada nos estudos recentes, aparecerá transversalmente no debate: trata-se do eixo governativo, ou seja, de como os partidos estariam organizados no que se refere ao apoio ou oposição ao governo federal.

1.2.1 As coligações na perspectiva ideológica

A tese de doutorado de Rogério Schmitt (1999) constitui-se em um denso trabalho sobre as coligações nas eleições proporcionais nacionais, sobre dois períodos: 1945-1964 e 1986-1994. O autor valeu-se do termo aliança para se referir ao período anterior a 1964, e do termo coligação para o período pós-ditadura militar. Isto porque, segundo o autor, no primeiro período os eleitores votavam nas alianças, não sendo possível separar os partidos que as compunham, enquanto na democracia recente, o voto centra-se no partido ou no candidato, sendo agregados apenas para cálculos eleitorais.

Para avaliar os arranjos coligacionistas conforme a ideologia dos partidos, Schmitt (2005) utiliza-se das seguintes categorias: consistentes – com partidos do mesmo espectro ideológico, meio-consistentes – entre partidos de centro e outros de um dos polos, e inconsistentes - coligações variadas, mas que contenham partidos de polos opostos¹⁹. Destaca que as coligações foram mais consistentes no período pós-democratização do que os verificados em 1946-1964, e entre os partidos de direita do que de esquerda. Por fim, o autor averigua os efeitos das alianças e coligações no formato do sistema partidário, constatando que “as coligações incrementam a fragmentação partidária, e por outro lado, diminuem a desproporcionalidade da relação entre votos e cadeiras (...), as coligações não

¹⁹ Vários autores que buscaram analisar a consistência destes arranjos utilizam-se destas categorias (ver, por exemplo, os trabalhos de Dantas, 2007, e Carreirão, 2006). Cabe salientar ainda que o termo consistente relacionado à ideologia da coligação foi primeiro empregado por Oliveira (1973, p.175)

parecem ter qualquer efeito observável sobre a volatilidade eleitoral” (Schmitt, 2005, p.24).

Krause e Godoi (2010) analisam o padrão e evolução das coligações para governadores na nova democracia, de 1986 a 2006, com destaque para o perfil das candidaturas e estratégias dos partidos, utilizando-se da perspectiva ideológica, capaz de traduzir as identidades e preferências sedimentadoras do sistema político. De um universo de 889 candidaturas observadas, 55,7% tratavam-se de coligações e 44,3% de candidaturas isoladas, denotando que a primeira estratégia seria predominante.

Quanto à classificação das coligações, são utilizadas as três categorias propostas por Schmitt (1999), com uma pequena mudança na nomenclatura, sendo as coligações meio-consistentes chamadas de semiconsistentes. As alianças inconsistentes constituem-se maioria em todos os pleitos, exceto 1990 e 1994, quando as consistentes foram predominantes²⁰.

Os autores analisam ainda as estratégias utilizadas pelos 10 principais partidos em relação à preferência pela candidatura isolada ou não, e ao comportamento partidário conforme a coloração ideológica. Quanto ao primeiro recorte, as candidaturas isoladas não ultrapassam 20% nos partidos de direita (PFL/DEM, PDS/PRP/PPB/PP, PTB E PL/PR), 30% nos partidos de centro (PMDB e PSDB), e 40% nos partidos de esquerda (PDT, PSB, PPS, PT), com exceção do PT nas eleições de 1986, que ultrapassou 80% de candidaturas isoladas. No que diz respeito à ideologia, as coligações foram majoritariamente inconsistentes nos partidos de direita a partir de 1994, e, em grande medida, o mesmo pôde ser observado dentre os partidos de esquerda. Em relação ao centro, no PMDB o perfil observado foi predominantemente de coligações semiconsistentes²¹, com exceção dos anos de 1986 e 2006, no qual as inconsistentes

²⁰ Inconsistente – 1986/52,4%, 1990/23,2%, 1994/32,5%, 1998/50,6%, 2002/62,3% e 2006/62,8%, semiconsistente – 1986/11,9%, 1990/23,2%, 1994/26%, 1998/21,7%, 2002/15,1% e 2006/8,6%, e consistente – 1986/35,7%, 1990/53,6%, 1994/41,5%, 1998/27,7%, 2002/22,6% e 2006/28,6% (Krause e Godoi, 2010, p.55).

²¹ Os autores atentam para os problemas desta classificação, pois de modo geral não levam em conta o tamanho do partido na composição das coligações, nem o número de partidos que as compõem. Destacam ainda o cuidado que se deve ter ao analisar os resultados do centro, pois o PMDB seria “o único partido considerado de centro até o surgimento do PSDB na disputa política. Isto evidentemente cria um viés diferenciado. Pelo critério classificatório, somente seria possível uma aliança consistente quando PMDB e PSDB estivessem unidos sem a presença de outros parceiros, o que restringe o leque de possibilidades de uniões consistentes” (Krause e Godoi, 2010, p.65). Além disso, os partidos de centro detêm uma categoria exclusiva (semiconsistente), o que não ocorre com os partidos de esquerda e direita. Cabe ressaltar ainda que o próprio número de partidos que compõe cada categoria (4 de direita, 2 de centro e 4 de esquerda)

foram superiores, lógica bastante similar ao caso do PSDB, no qual as inconsistentes foram maioria nas eleições de 1998 e 2006. (Krause e Godoi, 2010)

Verificando a eficácia dos perfis das candidaturas, ou seja, o sucesso eleitoral destes, descobrem que, de modo geral, as candidaturas isoladas não trouxeram bons frutos aos partidos, assim como as coligações consistentes ideologicamente. Por outro lado, as semiconsistentes foram mais bem-sucedidas em 1986, 2002 e 2006, enquanto que as inconsistentes foram mais vitoriosas nas eleições de 1990, 1994 e 1998 (idem, 2010).

Por fim, em relação aos estados, os autores salientam que, em regra geral, não configuram padrões semelhantes de comportamento de eleição para eleição, não sendo possível extrair perfis que se repetem entre as regiões/estados ao longo dos pleitos analisados. Estes dados podem indicar altos níveis de instabilidade nas articulações nas disputas dos executivos estaduais, além de confirmar a existência de dinâmicas diferenciadas de subsistemas partidários regionais/estaduais. Corroboram a tese de Lima Jr. (1983) de que para compreender as alianças “seria necessário uma noção de racionalidade que superasse a perspectiva univariada e considerasse a lógica de ‘racionalidade contextual’” (Krause e Godoi, 2010, p.90).

Em trabalho recente, Krause, Gerardi e Schaefer (2017) analisam as estratégias coligacionistas de um partido novo, o PSD, bem como seus resultados nas eleições municipais de 2012. Adentram em variáveis como perfil ideológico das coligações, posicionamento frente ao Governo Estadual, e tamanho dos municípios afim de observar como este novo partido se inseriu na dinâmica de uma disputa eleitoral local. Dentre os achados deste trabalho, destacam que o Poder Executivo é importante tanto na formulação das candidaturas como nos seus alcances eleitorais, sendo que sua influência é ainda maior em cidades de pequeno porte. No que se refere ao perfil das coligações adotadas, “o partido revela sua natureza *catch all* procurando abarcar casamentos híbridos, que não limitem as possibilidades de potencializar forças locais para enfrentar as eleições” (idem, 2017, p.296). Ou seja, 86% das coligações observadas foram inconsistentes ideologicamente, o oposto do que propunha o discurso fundacional da legenda.

Peixoto (2010), analisa o comportamento partidário e suas estratégias de coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008, dos 12 principais partidos do país.

influencia na probabilidade de ocorrência de um determinado arranjo, de forma que os dados sobre os partidos de centro devem ser olhados com cuidado.

Diferentemente da maioria dos estudos, o autor não trabalha com a coligação enquanto unidade de análise, salientando o problema da dispersão ideológica interna às coligações, recorrentes nas classificações de Schmitt (1999) por exemplo, já que não seria possível distinguir os graus de consistência ou inconsistência das coligações, pois uma aliança entre PT e PTB seria tão inconsistente como um outro entre PT e PFL. Para evitar tais questões, o autor desagrega as coligações, estudando os parceiros preferenciais dos partidos.

De maneira resumida, e para citar alguns dos resultados encontrados por Vitor Peixoto (2010, p.283-284), os parceiros preferenciais do PT nos três pleitos eleitorais foram PMDB, PDT e PSB; do PSDB foram PMDB, PFL, PP e PTB; do PFL/DEM foram PP, PSDB e PMDB; do PSB foram PT, PMDB, PDT, e também o PSDB, em menor grau, mas bastante frequente. Nas eleições proporcionais para vereador, foi encontrado o mesmo padrão de coligações verificado nas majoritárias: partidos de esquerda sendo parceiros frequentes de outros partidos de esquerda, e partidos de direita preferindo também partidos do mesmo espectro ideológico.

O autor questiona a capacidade explicativa que as coalizões no plano federal teriam sobre as coligações municipais, tendo em vista que o PT aumentou as parcerias com o PFL, por exemplo, tanto nas majoritárias como nas proporcionais, quando este partido fazia oposição ao governo Lula. Peixoto (2010) supõe, então, que a diversificação das coligações nos municípios brasileiros poderia ser explicada a partir do tamanho dos municípios. Atenta, por fim, para a flexibilização dos parceiros preferenciais das coligações na medida em que se reduz o tamanho do eleitorado, ou seja, quanto menor o município, maior a propensão dos partidos realizarem coligações com outros que não correspondem ao seu espectro ideológico.

De forma semelhante, Pedro Floriano Ribeiro (2010) buscou encontrar os parceiros preferenciais dos nove partidos mais relevantes do quadro partidário nacional, nas eleições municipais do “G79” - capitais e municípios com mais de 200 mil habitantes, em que há segundo turno - de 1996 a 2008. Assim como Peixoto (2010), o autor desagregou as coligações, apostando no encontro de certa consistência ideológica das coligações, e também consistência no eixo governativo (oposição ou apoio ao governo federal)²².

²² O autor utiliza como indicador o IVI e o IVG, de Miguel e Machado (2007).

Ribeiro (2010) destaca que todos os partidos analisados elevaram consideravelmente a quantidade de parcerias²³ com as outras grandes agremiações, e o caso mais emblemático seria o do PT, que passou de 31 acordos em 1996 para 164 em 2008. Tal modificação da estratégia eleitoral do PT constitui-se em “um dos principais fatores que impulsionaram o maior nível global de aliancismo” (Ribeiro, 2010, p.307). Embora tenha sido o partido que menos se coligou no período, esta transformação sugere que o PT tenha superado sua resistência histórica às coligações, já que lançava candidatos próprios em muitos destes municípios, de forma isolada ou em parcerias com legendas pequenas de esquerda, tais como o PSTU e PCdoB. A postura mais aliancista do partido significou, principalmente, a atração de novos aliados de outros espectros ideológicos, e não a adesão do PT às candidaturas dos aliados (Ribeiro, 2010; Miguel e Machado, 2007).

Resumidamente, Ribeiro (2010, p.311-312) encontrou os seguintes resultados quanto aos parceiros preferenciais : o PSDB manteve um padrão coligacionista mais orientado aos partidos de direita; o PMDB apresentou um comportamento mais equilibrado em relação aos três campos ideológicos, particularmente a partir de 2004; o PFL/DEM manteve predominantemente os acordos com partidos de centro/direita, embora a aproximação dos partidos de esquerda seja crescente; o PT teve parcerias frequentes com o PDT e o PSB, que não foi comprometida, sobretudo nos grandes centros urbanos, com a mudança de estratégia petista pós-eleição de Lula em 2002, que se abriu às alianças com outros partidos de direita e centro.

Carreirão e Nascimento (2010), analisam as estratégias dos partidos no lançamento de candidaturas ao Senado brasileiro, de 1990 a 2006, com enfoque na dimensão ideológica e na dimensão da polarização governo/oposição no âmbito federal. Destacam que cerca de metade das candidaturas do período foram via coligações, e a outra metade por candidaturas isoladas. As coligações ideologicamente consistentes foram maioria até o pleito de 2002, no entanto, o progressivo crescimento das inconsistentes pode ser observado a partir de 1994. Salientam ainda que se a coligação com partidos de polos ideológicos diferentes for percebida como tendo um custo relevante no sentido de perda de votos, simpatizantes ou militantes, os dirigentes podem evitá-la.

²³ O aumento no número de parcerias também fora constatado em trabalhos como Krause e Godoi (2010), Miguel e Machado (2007 e 2010), Carlos Machado (2012) e Miranda, (2013).

Se, por outro lado, avaliarem que a perda de militantes ou simpatizantes pode ser compensada pelo ganho de votos, a cúpula pode preferir coligados diversos. (idem, p.102)

Em relação à dimensão governo/oposição, 42% do total de candidaturas do período foram isoladas e lançadas por partidos que não fazem parte da coalizão governista; 24% envolviam coligações com apenas partidos da oposição, 23% eram compostas de coligações de partidos da base governista e da oposição, 9% representavam as candidaturas isoladas dos partidos da base governista, e apenas 2% eram coligações apenas com partidos da base. Por fim, os autores salientam que a taxa de sucesso eleitoral de candidaturas via coligações foi quatro vezes maior do que das candidaturas isoladas, e que as coligações inconsistentes ideologicamente foram mais bem-sucedidas eleitoralmente, da mesma forma que as coligações mistas em relação à dimensão governo/oposição (Carreirão e Nascimento, 2010).

Na mesma linha do trabalho anterior, Borges, Carreirão e Nascimento (2017) analisam as coligações eleitorais para deputado federal em 2014, observando a consistência ideológica dos partidos, a coalizão do governo federal e as coligações lançadas na eleição para Presidente. Salientam a importância do tamanho dos partidos que compõem uma coligação, e agrupa-os em partidos relevantes e micropartidos (Miranda, 2012 e 2017; Carreirão e Nascimento, 2010). A estratégia dominante encontrada foi de alianças inconsistentes ideologicamente, compreendendo 66,7% quando todos os partidos são considerados, e 45,7% quando apenas os partidos relevantes foram observados. Coligações consistentes 7,6% (estratégia menos utilizada) com todos os partidos, e 23,8% quando apenas os partidos relevantes são considerados (passa a ser a segunda estratégia mais utilizada). Por fim, os autores confirmam a tendência apontada por grande parte da literatura sobre as eleições recentes, de que os partidos relevantes mantêm um padrão de candidaturas com predomínio de coligações ideologicamente inconsistentes.

1.2.2 As coligações na perspectiva pragmática

Miguel e Machado (2010) analisam as coligações realizadas pelo PT nas eleições municipais de 2000 a 2008, identificando-as como um processo em direção ao

“pragmatismo”, mas, primeiramente, fazem uma importante ponderação em torno das abordagens “ideológicas e pragmáticas”, recorrentes na literatura sobre coligações:

(...) estas abordagens são insuficientes. Em primeiro lugar, porque “ideologia” e “pragmatismo” não explicam a variedade de comportamentos dos partidos nas disputas eleitorais. E também porque “ideologia” e “pragmatismo” não são características “naturais” de um ou outro ator político, nem opções sempre à disposição, a serem escolhidas soberanamente. O comportamento diante das possibilidades de coligação é efeito das trajetórias dos partidos no campo político; “ideologia” e “pragmatismo” não são mutuamente excludentes e, pelo contrário, por vezes se confundem (Miguel e Machado, 2010, p.348).

Para os autores, “as coligações não almejam única e exclusivamente o aumento do apoio eleitoral”, servindo ainda para que os partidos se posicionem no campo, sinalizando suas afinidades e afastamentos com determinados grupos. Tal aproximação ou afastamento são motivados pela intenção de que, no momento pós-eleitoral ou ainda no segundo turno, estes partidos possam se aproximar de grupos que tenham acesso à máquina estatal (Machado e Miguel, 2008, p.5).

Uma das principais contribuições dos autores aos estudos coligacionistas reside na formulação de indicadores sobre ideologia (IVI²⁴- Índice de Viés Ideológico das Coligações) e governismo (IGF- Índice de Governismo Federal): o primeiro permite analisar as coligações no espectro esquerda-direita, na qual é atribuído +1 para cada coligação feita com partidos de direita, 0 para as realizadas com partidos de centro, e -1 para cada coligação com partidos de esquerda, sendo o índice o resultado do somatório desses valores dividido pelo número total de coligações realizadas; o segundo possibilita a análise das coligações conforme alinhamento governo-oposição, sendo atribuído o valor +1 para os partidos que compunham a base de sustentação do governo federal em um dado período, e -1 para os partidos de oposição ao governo federal (Miguel e Machado, 2010).

Em relação aos parceiros frequentes do PT, o PMDB aparece em primeiro nas três eleições analisadas – partido com maior capilaridade no país –, seguidos pelo PDT e PSB. Quanto ao IVI, o índice geral passou de -0,28 em 2000 para -0,02 em 2004, indicando que a média das coligações petistas se colocava ligeiramente à esquerda do centro, e

²⁴ Para elaboração deste indicador, ver MIGUEL, L. F. Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto. In: II Congresso da ALACIP. Cidade do México, 29 de setembro a 02 de outubro, 2004.

chegou a 0,08 em 2008. O Rio Grande do Sul apresentou, em 2000 por exemplo, IVI de -0,93, sugerindo que quase a totalidade das coligações do PT foram à esquerda, e, no extremo oposto, Goiás, com IVI de +0,17, indicando um perfil mais próximo do centro-direita. Quanto ao IGF, a média nacional em 2000 foi -0,22 (um oposicionismo moderado a FHC), passando para 0,47 em 2004 e 0,53 em 2008 (forte prevalência de coligações com parceiros do governo Lula). (idem, 2010)

Destacam ainda que a variável mais importante nas três eleições analisadas é o tamanho do município, pois quanto maiores, maior é a preocupação com a coerência ideológica e maior o peso do alinhamento na política nacional para a formação das coligações, corroborando o argumento de Soares (1973a), conforme visto anteriormente. De acordo com os dados, quanto mais o PT flexibilizou as alianças, melhores foram seus resultados²⁵. Em suma, diante dos incentivos que as regras eleitorais dão à formação das alianças, o PT procurou manter um “equilíbrio delicado, ampliando sua força eleitoral, elegendo mais candidatos, mas mantendo sua identidade” (Miguel e Machado, 2010, p.367).

Em sua tese de doutorado, Carlos Machado (2012) analisou os condicionantes sociais, econômicos e políticos que interferem na composição de coligações em sistemas multiníveis, como é o caso do Brasil. Para tanto, parte da “premissa de que os diferentes ambientes eleitorais geram incentivos para cursos de ação partidária distintos, devendo o partido político, a princípio, optar ou não pelo recurso à coligação, e, em caso positivo, decidir sobre quais parceiros serão buscados” (idem, p.14). Seu estudo foca-se na análise das eleições para prefeito, de 2000 a 2008, nos casos do PT, PFL/DEM, PSDB e PMDB.

O autor, utilizando-se dos indicadores IVI e IGF, salienta que ideologia e governismo são analisados como posicionamentos políticos relevantes no que tange à atalhos informacionais sobre opções políticas. Dentre os achados do trabalho, destacam-se: há estímulos diferentes entre os partidos; a existência de efeitos específicos para cada partido na explicação das coligações aponta para a necessidade de estudos de caso; partidos de centro se posicionam de maneira diferente, a depender do contexto; no PT, os efeitos das condições do ambiente foram mais duradouros, resistindo até à mudança de posicionamento político. (Machado, 2012)

²⁵ Esta característica não é específica ao caso do PT. Para detalhes, ver Krause, Dantas e Miguel (2010) e Krause, Machado e Miguel (2017).

Com a preocupação direcionada à interferência da mudança das regras eleitorais na formação de coligações, Aline Machado (2012) apostou na tese de “que a verticalização representou uma limitação adicional, estimulando os partidos a formarem coligações eleitorais minimamente vitoriosas”, ou seja, alianças que deixam de ser vitoriosas caso um partido seja subtraído²⁶, considerando o acesso à informação completa e perfeita. Com base na teoria das coalizões de Riker (1962) e no conceito de coalizões minimamente vitoriosas, a autora mobiliza o referencial teórico utilizado para estudar o comportamento dos partidos em regimes parlamentaristas, com a finalidade de compreender a dinâmica das coligações nas eleições proporcionais brasileiras. Contudo, faz algumas ponderações, entre elas a de que as coligações minimamente vitoriosas precisariam ser tratadas em termos de expectativas, e não de resultados, já que os acordos são estabelecidos antes da ocorrência das eleições. Soma-se a isso a importância de se analisar as coligações a partir de jogos de múltiplas arenas²⁷, pois a decisão de se coligar ou não na “disputa proporcional pode parecer irracional se o observador ignorar que as eleições são ocultas” (Machado, 2012, p.3).

Defende o argumento de que as regras institucionais se combinam com variáveis partidárias, tais como a ideologia, para explicar o que chama de cartéis eleitorais - coligações eleitorais (Machado, 2012, p.3). A autora destaca que os líderes partidários levariam em conta três variáveis ao avaliar se participam ou não de coligações: magnitude distrital (quanto menor, mais difícil de se eleger representantes, e portanto, maior as probabilidades de se coligar), tamanho do partido²⁸ (quanto menor o partido maior a chance de se coligar, tendo em vista o quociente eleitoral) e ideologia do partido. As legendas grandes podem ajudar as menores nas eleições proporcionais, em troca de apoio na corrida para o governo – lembrando que a quantidade de partidos numa coligação determina o tempo no HGPE (idem, 2012, p.41-42).

Centrando-se nas eleições proporcionais de 1990 a 2006, Aline Machado (2012) destaca que mais de 70% dos partidos recorreram às coligações, sendo os cartéis eleitorais uma regra, e não a exceção. A verticalização acirrou a disputa em 2002 e 2006, e em

²⁶ Conceito de Riker, W. The theory of political coalitions. New Haven: Yale University Press, 1962.

²⁷ Nos jogos jogados em múltiplas arenas, obter resultados subótimos em uma determinada arena, não significa necessariamente que a ação tenha sido irracional, mas que os atores possam ter priorizado outras arenas (Tsebelis, 1998).

²⁸ Mensurado pelo número de votos na eleição anterior, conforme já utilizado por Nicolau (1996).

magnitudes distritais menores, os partidos não poderiam correr o risco de se abster da participação dos cartéis. Esta lei produziu resultados inesperados, pois os partidos realmente formaram mais coligações com parceiros considerados cruciais para o sucesso eleitoral. No entanto, atenta para o fato de que, depois da verticalização, as coligações se tornaram mais diversas em termos ideológicos.

Com o objetivo de analisar os perfis das alianças realizadas pelo PSB, Resende e Epitácio (2017), estudam as coligações eleitorais a partir de uma outra perspectiva, adentrando nas relações entre pares de partidos dentro da coligação. A partir do estudo de como os partidos se relacionam entre si, as autoras pretenderam explorar uma outra dimensão de análise, que buscava observar a fidelidade entre os partidos nas alianças eleitorais. Destacam que, comumente, as coligações foram apreendidas em sua totalidade, mas que neste trabalho elas seriam estudadas em pares, ou de modo desagregado, nomeadas alianças²⁹ ou parcerias. Esta escolha deveu-se a duas razões: primeiramente porque o estudo das alianças possibilita observar como os partidos se relacionam entre si, sendo possível desvendar elementos não captados pelas análises agregadas; e segundo em função do pressuposto assumido, de que as negociações partidárias são, antes de mais nada, acordos bilaterais, de forma que o partido líder, potencial cabeça de chapa, trabalhará na articulação com cada um demais partidos de interesse. Assim, para mensurar a intensidade dos vínculos entre os partidos políticos, foi elaborado um indicador (fidelidade aliancista-FA).

Dentre seus achados destacam-se: a) os principais parceiros do PSB foram o PT e o PCdoB, ambos de esquerda, e que as alianças com os partidos de direita superaram as demais a partir das eleições de 2002; b) no caso do PSB, constatou-se ocorrências consideráveis de fidelidade aliancista nos estados, sobretudo, entre os partidos pertencentes ao mesmo espectro ideológico. Salientam, por fim, a necessidade de se

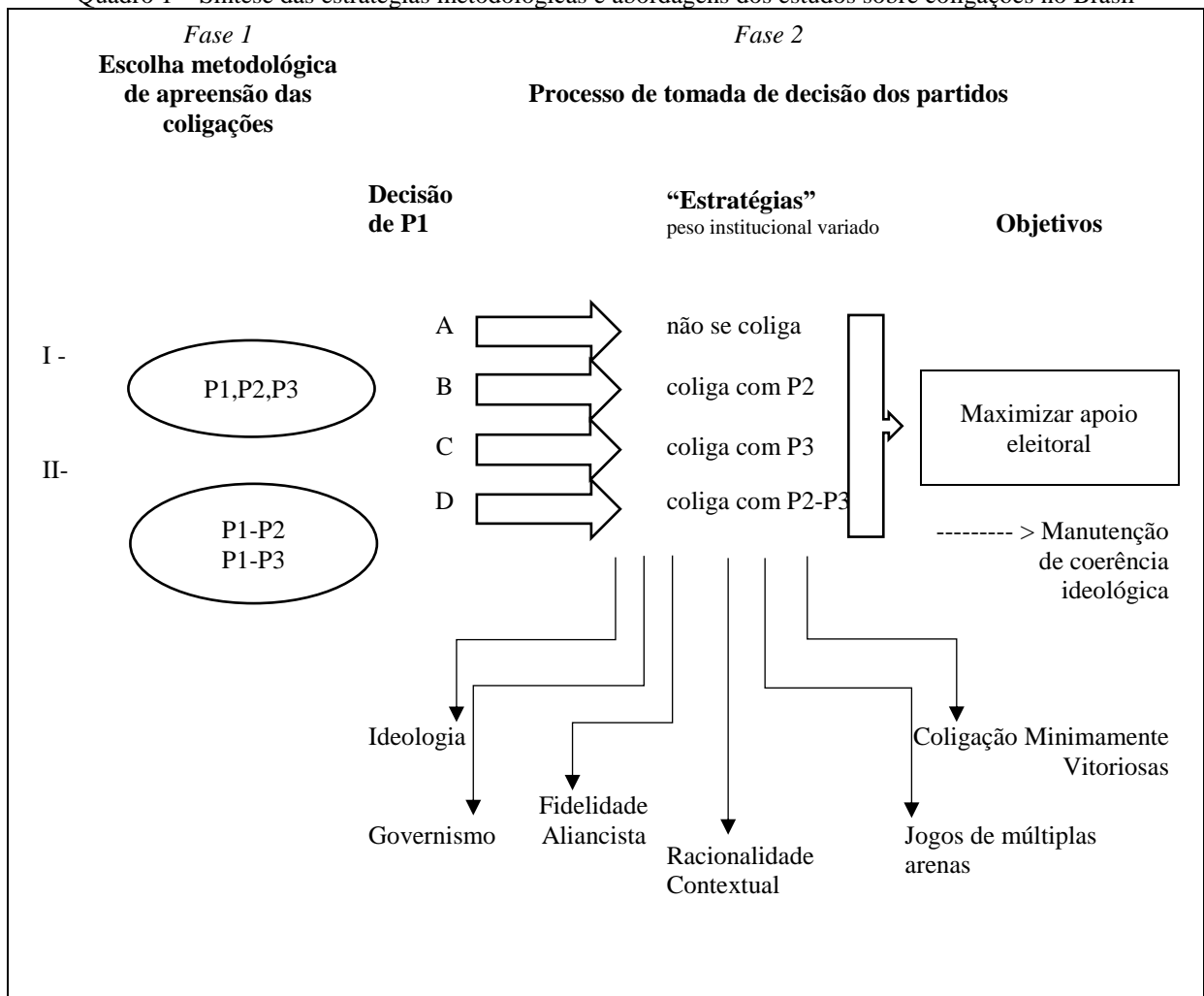
²⁹ Frequentemente, coligações e alianças são utilizadas como sinônimos. Schmitt (1999) difere os dois termos conforme critério temporal: os arranjos partidários da democracia de 1945-1964 são chamados alianças, enquanto que os da nova democracia são nomeados coligações. Dantas (2007), Ribeiro (2010) e Peixoto (2010) nomearam “parceiros preferenciais” os pares de partidos que compõe uma coligação, tendo em vista o objetivo principal de encontrar os parceiros mais comuns de determinados partidos. Nesta tese, embora também se estude os pares de partidos, optou-se por uma denominação diferente para chamar atenção ao sentido que aqui é atribuído à aliança: na fidelidade aliancista, núcleo desta tese, o elemento temporal é fundamental, mas não para estabelecer o número de ocorrência de determinadas parcerias do ano x ao ano y, mas sim para avaliar se uma aliança se manteve em relação ao período imediatamente anterior. Portanto, assim como fizera Miranda (2017), chamamos de alianças os pares de partidos de uma coligação. No entanto, cabe destacar que no capítulo primeiro deste trabalho, o da revisão bibliográfica, optou-se por utilizar os termos que foram originalmente empregados por cada um dos autores.

explorar esta dimensão em estudos futuros, ampliando o universo de partidos. (Resende e Epitácio, 2017).

Considerações finais do capítulo

O presente capítulo objetivou resgatar os principais estudos sobre coligações eleitorais no país, destacando o debate teórico-metodológico que subsidiou estas análises. O quadro abaixo apresenta uma síntese das principais abordagens e estratégias metodológicas utilizadas nestes estudos.

Quadro 1 – Síntese das estratégias metodológicas e abordagens dos estudos sobre coligações no Brasil



Fonte: Elaboração Própria

De forma geral, observou-se que grande parte dos estudos sobre coligações tiveram como unidade de análise os arranjos totais. Se, por um lado, esta opção metodológica permite observar o fenômeno de maneira ampla, sem perder de vista o número de partidos que as compõem, por outro lado, obscurece uma dimensão importante da decisão de se coligar, qual seja, como os partidos se relacionam entre si.

O fenômeno coligacionista é estudado a partir de diversas perspectivas, e os avanços desta agenda de pesquisa são inegáveis: há a disposição do pesquisador uma ampla gama de informações sobre as coligações formadas nos diferentes níveis eleitorais, que perpassam, por exemplo, por questões ideológicas, pelo alinhamento da coligação em relação ao eixo governo/oposição do executivo nacional e pelo impacto da lei da verticalização.

A literatura atual sobre coligações tem se dedicado a analisar, sobretudo, a dimensão ideológica desses arranjos. Como pano de fundo desta discussão, está a preocupação dos pesquisadores em analisar os partidos políticos enquanto atores capazes de traduzir preferências de um eleitorado diversificado. De acordo com Sartori (1982), a vitalidade democrática estaria relacionada à qualidade dos vínculos entre partidos e eleitores. Mas em novas democracias, como é o caso do Brasil, estes vínculos seriam, em geral, menos programáticos e ideológicos (Mainwaring e Torcal, 2005), e isto fora constatado pelos estudos que analisaram os perfis das coligações eleitorais no Brasil na nova democracia, pois apontaram para o crescimento de acordos não ideológicos (pragmáticos) em detrimento dos ideológicos, nas diversas esferas da competição política³⁰ (Krause e Godoi, 2010; Borges, Carreirão e Nascimento, 2017; Machado, 2012; Miguel e Machado, 2007 e 2010).

Se por um lado, vários estudos adentraram nas questões ideológicas dos arranjos coligacionistas, por outro lado, poucos tentaram explorar a dimensão pragmática desses arranjos. Embora alguns trabalhos salientem que os partidos políticos participam de coligações para aumentar suas chances de vitória, e que a decisão estratégica de se coligar

³⁰ Cabe acrescentar que, se no final da década de 1980 e início de 1990, havia um número reduzido de partidos - aqueles remanescentes do período de exceção e os novos - , sendo possível encontrar diferenças significativas entre estas organizações no que se refere a questões ideológicas, a partir de meados dos anos 90, houve um crescimento exponencial do número de partidos, o que contribuiu para que estes se aproximassem mais na escala ideológica.

seria resultado de uma análise de custos e benefícios³¹ (Soares, 1964 1973a; 1973b; 2001; Lima Jr., 1983; Santos, 1987; Machado, A. 2012; Machado, C. 2012; Machado e Miguel, 2008; Miguel e Machado, 2010; Miranda, 2012, 2013 e 2017; Resende e Epitácio, 2017), não há um estudo dedicado à explorar sistematicamente esta dimensão. Soares (1964) não foi apenas o primeiro a estudar o fenômeno coligacionista de forma não ensaística, mas também o primeiro a destacar a importância desta dimensão (“teoria do esforço mínimo”) para a compreensão das coligações eleitorais no Brasil. Soares, tal como outros autores, aponta para a teoria da escolha racional e para a teoria dos jogos como parte fundamental desta discussão, no entanto, privilegiou a análise dos dados em detrimento a um debate teórico-metodológico mais sistemático. É neste ponto que esta tese pretende dar sua contribuição: apresentar um modelo teórico que permita entender a dinâmica das alianças políticas no tempo e no espaço.

No próximo capítulo será apresentado alguns pontos do debate da escolha racional -àquele que é incorporado pela Ciência Política -, perpassando pelos conceitos centrais, tais como racionalidade, objetivos, risco, incerteza e informação, adentrando nos jogos enquanto instrumento de análise de fenômenos políticos e na incorporação das instituições nesta abordagem. Retornar aos conceitos e premissas centrais da teoria da escolha racional constitui-se em um exercício fundamental, tendo em vista que o modelo formal, a ser apresentado no terceiro capítulo da tese, buscará uma articulação com esta teoria.

³¹ Cabe salientar que os autores atribuem pesos diferentes a esta questão: uns acreditam que o principal motivo para a formação das coligações é o aumento das chances de vitória, outros acreditam que este seria apenas um dos motivos para a formação desses arranjos.

2 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CIÊNCIA POLÍTICA

Introdução

A discussão sobre o comportamento racional do qual a Ciência Política faz uso recorrente, deriva das produções clássicas da Economia desenvolvidas ainda no século XVIII (Smith, Ricardo, entre outros), e sua definição de *homo economicus*, aquele perfeitamente racional, com capacidade para reconhecer precisamente seu interesse pessoal e elaborar cálculos para efetivá-lo. As obras seminais de Downs (An Economic Theory of Democracy, 1957), Arrow (Social Choice and Individual Values, 1951), e Olson (The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups, 1965) se tornaram referência na aplicação de modelos econômicos para a compreensão do comportamento político. Enquanto Anthony Downs se ocupou da construção de um modelo de transposição do comportamento do homem econômico para o comportamento político, do maximizador dos lucros (firma) e de utilidade (consumidor) para o maximizador de apoio político (partidos) e de utilidade (eleitor), Arrow e Olson se debruçaram sobre a premissa de que racionalidades individuais poderiam não produzir racionalidade coletiva.

A teoria da escolha racional, desenvolvida em meados do século XX, pode ser entendida como uma teoria em que a ação do indivíduo é orientada para a produção dos melhores resultados possíveis. Dentre seus pressupostos destacam-se a racionalidade instrumental, a ordenação de preferências e o individualismo metodológico. Por racionalidade instrumental entende-se que o indivíduo realiza cálculos de custos e benefícios em suas ações, e escolhe aquela que mais benefícios o trará com o menor dispêndio possível. Este indivíduo ordena suas preferências, indicando da favorita até a menos desejável, de modo que seu ordenamento seja transitivo, ou seja, que tenha uma relação lógica entre esses enunciados, pois se prefere A a B e B a C, logo deverá preferir A a C. Já o individualismo metodológico é a doutrina a partir da qual todos os fenômenos sociais são explicáveis, apenas em termos de indivíduos (Elster, 1994), ou, dito de outra forma, quando se assume o pressuposto do individualismo metodológico, admite-se que a explicação das ações dos indivíduos é um caminho para explicar a realidade social.

Deslocando o centro da análise do comportamento dos homens para a dinâmica do jogo, na Teoria dos Jogos³², o homem econômico (base dos estudos da escolha racional) passa a ser um estrategista, e o processo de tomada de decisão de um agente leva em conta o comportamento do (s) outro (s). As possíveis ações e reações dos jogadores são descritas por esta teoria através de modelos formais, que expressam tais ações, os resultados por elas produzidos, e o comportamento dos demais jogadores. A teoria dos jogos ganhou visibilidade com o trabalho de John von Neumann e Oscar Morgenstern (*The Theory of Games and Economic Behaviour*, 1944), e John Nash (*Equilibrium Points in n-Person Games e Non-cooperative games*, ambos de 1950).

Willian Riker foi um dos pioneiros na tentativa de aplicar a teoria dos jogos a eventos políticos. Denominou “teoria política positiva”, os estudos dos fenômenos políticos através de modelos formais, que se utilizavam das ferramentas teórico-metodológicas da Economia³³. Sua obra mais utilizada na Ciência Política (*The Theory of Political Coalitions*, 1962), afirma que, em um ambiente com informação completa e perfeita, os partidos tenderiam a formar alianças mínimas em relação ao tamanho, para que não fosse necessário dividir os ganhos com parcerias desnecessárias. A teoria dos jogos vem ganhando espaço na Ciência Política desde então, especialmente nos Estados Unidos, sendo utilizada para tratar vários problemas, tais como voto estratégico, processo de democratização, corrupção e formação de coalizões.

Dito isto, o objetivo deste capítulo é revisitar as principais ideias e conceitos da teoria da escolha racional, bem como seus desdobramentos na Ciência Política, que perpassa pela incorporação da relação estratégica entre os indivíduos (teoria dos jogos) e das instituições (neoinstitucionalismo da escolha racional), e verificar de que maneira o retorno a este debate pode contribuir para uma melhor compreensão das coligações eleitorais, e para a elaboração do modelo formal aqui proposto. Cabe salientar que optou-se por privilegiar os estudos clássicos às análises mais recentes, já que os primeiros apresentam um aparato conceitual vasto, atendendo aos objetivos deste capítulo. Para

³² Embora na Matemática, a teoria combinatória dos jogos seja anterior, date da década de 1930, com os estudos de Sprague e Grundy. Nestas, procurou-se analisar os aspectos combinatórios de jogos de mesa, em que a ordem da jogada era importante, mas que não havia espaços para elementos imprevisíveis.

³³ Esta nova forma de abordagem dos eventos políticos ficou conhecida como “Escola de Rochester”, em alusão ao projeto que Riker implementou no Departamento de Ciência Política de Rochester, mais especificamente no curso de Doutorado, que propunha que os estudos focassem em formalizações e métodos quantitativos (Shepsle, 2003).

tanto, este capítulo está dividido em duas seções: primeiramente será apresentado como a Ciência Política se desenvolveu, a partir da incursão aos seus paradigmas (antigo institucionalismo, comportamentalismo e neoinstitucionalismo), enfatizando a forma pela qual a escolha racional foi a estes incorporada; na sequência será abordado alguns pressupostos e conceitos da escolha racional, perpassando a) pelo debate sobre as controvérsias da racionalidade, b) pela discussão de metas e comportamento racional, c) pelo processo de tomada de decisão em ambiente de incerteza, e d) pelos jogos enquanto analogias dos fenômenos políticos.

2.1 Ciência Política: uma incursão aos seus paradigmas

Segundo Kuhn (2000), o estudo dos paradigmas é o que prepara os estudantes para ser membro de uma comunidade científica, já que os indivíduos que compartilham de um paradigma estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse consenso aparente e compartilhamento são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada. Para ele, a aquisição de um paradigma constitui-se num indicativo de maturidade no desenvolvimento de qualquer campo científico. Por paradigma entende-se as realizações científicas universalmente reconhecidas, que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Um paradigma adquire tal status por ser mais bem-sucedido do que seus competidores na resolução de problemas, e, inicialmente, seu sucesso está atrelado, em grande parte, à “promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos” (idem, p.44).

A ciência normal, entendida como pesquisa firmemente baseada em realizações científicas passadas e reconhecidas por uma comunidade científica específica que fundamentaria a prática posterior, atualiza essa promessa, ampliando o conhecimento dos fatos que o paradigma apresenta como particularmente relevantes, aumentando a correlação entre tais fatos e as previsões do paradigma, e articulando ainda mais o próprio paradigma. Esse empreendimento de limpeza de que se ocupam muitos cientistas parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se nos limites pré-estabelecidos e por

vezes inflexíveis fornecidos pelo paradigma. Deste modo, a ideia de paradigma está estreitamente relacionada à ciência normal. (Kuhn, 2000)

As transformações de paradigmas são revoluções científicas, e a transição sucessiva de um paradigma a outro, por meio de uma revolução, é o padrão usual do desenvolvimento da ciência amadurecida³⁴. As revoluções científicas são episódios extraordinários nos quais ocorre alteração de compromissos profissionais, ou ainda, são os complementos desintegradores da tradição a qual a atividade da ciência normal está associada (idem, 2000).

A Ciência Política, por mais complexo e controverso que seja delimitar seu objeto de estudo, se interessa pelas ações e instituições sociais que se relacionam, diretamente ou não, com a maneira pela qual as decisões são tomadas, e por suas consequências (Easton, 1985). Pensando no desenvolvimento da Ciência Política a partir do século XIX, mais particularmente àquele ocorrido nos Estados Unidos, é possível identificar três fases ou paradigmas distintos - antigo institucionalismo, comportamentalismo e neoinstitucionalismo -, os quais serão abordados ao longo desta seção.

As análises da Ciência Política, segundo Rothstein (1996), ao emergir enquanto disciplina acadêmica, no final do século XIX, objetivava verificar o melhor modelo constitucional a ser adotado. Nesta fase formal da política, as instituições seriam compreendidas com o estabelecimento das leis que regem a distribuição do poder em um sistema político. Entre as décadas de 1920 e 1940, observou-se um deslocamento de estudos formais em virtude do desenvolvimento de instituições informais para a compreensão do fenômeno político, como os partidos políticos e grupos de pressão. Neste período, nomeado de tradicional (pré-comportamentalista), os procedimentos metodológicos mais utilizados eram coleta de dados e descrições dos processos políticos (Easton, 1985). A junção desses dois períodos descritos por Easton ficou conhecido na Ciência Política como antigo institucionalismo³⁵.

Os fenômenos políticos que surgiram a partir da década de 1930, entre eles o nazismo e a crise do liberalismo, não podiam ser explicados por análises formalistas e

³⁴ O autor exemplifica com o caso das revoluções da óptica física pós-newtoniana, porém, atenta para o fato de que a ciência se desenvolve mesmo antes de adquirir seu primeiro paradigma aceito, e que, neste caso, os trabalhos anteriores a Newton foram bastante relevantes (Kuhn, 2000, p.25).

³⁵ Rhodes (2006) afirma que os estudos formais-legais sempre estiveram presentes nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e por isso, o autor não coaduna com a nomenclatura do velho e do neoinstitucionalismo.

descritivas, e a abordagem institucionalista já não era mais suficiente. Em especial no pós-segunda guerra, tais análises passaram a focar a dinâmica real da política, com ênfase na investigação factual, hipóteses testáveis e busca de generalizações empíricas, incorporando técnicas mais avançadas de estatística e também a utilização do método comparativo. Nesse sentido, a ciência política estaria diante da “revolução comportamentalista” (Peres, 2008).

O comportamentalismo é uma designação genérica do behaviorismo. Este, por sua vez, teve como ponto inicial o artigo “A psicologia como um comportamentalista a vê” de John Watson, publicado em 1913, em que a proposta inicial era prever e controlar o comportamento, em oposição às análises da Psicologia vigente, marcada pela introspecção e análise dos processos mentais da consciência. A adoção do paradigma comportamentalista na Ciência Política ocorreu como um movimento acadêmico de rejeição ao antigo institucionalismo. Dentre os motivos desta rejeição, destacam-se: a) a desvalorização dos trabalhos de cientistas políticos institucionalistas nos EUA, motivada pela incongruência entre a prática do governo (guerra fria) e o antigo institucionalismo; b) a insuficiência na explicação dos novos fenômenos (nazismo, fascismo e socialismo), aumentando, com isso, o espaço da Sociologia, Economia e Psicologia nestas análises; c) a inaplicabilidade do modelo norte-americano de democracia nos países não-industrializados, fato este que favoreceu os estudos comparativos da escola comportamentalista; d) a influência de intelectuais europeus exilados, que se instalaram nas universidades dos EUA, nas pesquisas sociais, trazendo “maior rigor teórico, novas perspectivas analíticas, habilidades em estatística e, acima de tudo, uma visão multidisciplinar, contribuindo enormemente para que a Ciência Política se tornasse uma ciência eclética e pluralista do ponto de vista metodológico” (idem, 2008, p.57).

Easton (1985) apresenta as características do comportamentalismo: 1) regularidades do comportamento humano; 2) verificação dessas regularidades via testes empíricos; 3) maior rigor nas técnicas de aquisição de dados e nas suas análises; 4) teoria empiricamente orientada; 5) neutralidade axiológica; 6) pesquisas não descritivas, mas analíticas. Já Kirkpatrick (1962) destaca quatro características gerais para o estudo do comportamento político: 1) rejeição das instituições políticas como unidade de análise, privilegiando o comportamento do indivíduo; 2) identificação das ciências sociais como ciências comportamentais; 3) metodologia de pesquisa por técnicas objetivas que

observam, classificam e mensuram dados e se valem de formulações estatísticas e quantitativas quando possível; 4) construção de uma teoria empírica e sistemática na Ciência Política. Para este autor, as pesquisas do comportamento político têm enfatizado as atitudes e motivações dos indivíduos no esforço de descobrir os efeitos da personalidade no comportamento político. Entrevistas são utilizadas abrangentemente como fonte de dados, o que exige um estudo aprofundado de técnicas. Não se deve confundir as técnicas como o fim do comportamentalismo, mas sim como o instrumento para compreender o comportamento humano relacionado ao sistema político.

Quanto à multidisciplinaridade do empreendimento comportamentalista, é possível perceber que, em virtude desta, houve a proliferação de estudos culturais e do desenvolvimento político na política comparada, e de análises econômicas da política, com as primeiras abordagens da teoria da escolha racional. É interessante destacar que os teóricos da escolha racional podem ser enquadrados tanto nas abordagens comportamentalistas como nas neoinstitucionalistas, sendo que o ponto comum entre as duas refere-se à busca dos indivíduos pela maximização da utilidade. A ineficácia da abordagem comportamentalista da escolha racional centrou-se na paralisia decisória resultante da ideia de maximização das preferências individuais. Em contrapartida, na abordagem institucional, as instituições passam a ser consideradas como variáveis independentes, que determinam o comportamento dos indivíduos. (Peres, 2008)

A retomada das instituições para a compreensão do fenômeno político, de acordo com Peres (2008), se deve especialmente a dois processos. De um lado, a uma controvérsia teórica no campo da Economia referente ao problema da tomada de decisão em um contexto de escolhas coletivas, e de outro, às consequências desta controvérsia nos estudos de congresso dos Estados Unidos de 1950 a 1970. Sobre o primeiro é importante mencionar que, a partir de 1960, os cientistas políticos começaram a se interessar pelo comportamentalismo da Economia, que já não podia resolver todos os problemas através da escolha racional individual. Economistas como Arrow (1986) e Downs (2013), utilizaram-se de modelos econômicos para a compreensão do comportamento político, retomando o “paradoxo de Condorcet”, que, simplificando as consequências de suas demonstrações, indicava não ser possível encontrar uma única maioria num processo de escolha entre várias alternativas possíveis, visto que há várias maiorias e estas podem não ser formadas logicamente, pois um indivíduo que prefere A

a B, depois B a C, pode preferir, num outro momento, C a A. Refutando tal paradoxo, Arrow demonstrou que a racionalidade individual não produziria a racionalidade coletiva, como previa a teoria neoclássica da Economia, mas pelo contrário, a irracionalidade coletiva. Sobre o segundo processo, havia uma incoerência entre a irracionalidade coletiva de Arrow quando confrontado aos dados empíricos do Congresso norte-americano, visto que, votando por regras majoritárias, não enfrentavam os problemas dos ciclos irracionais.

Dahl (1961) destaca o fator multidisciplinaridade como sendo o principal responsável pela perda de foco da Ciência Política, visto que as teorias sociológicas, econômicas e antropológicas eram uma constante nas abordagens dessa ciência. Peres (2008), refutando os argumentos de vários autores³⁶, apresenta um quadro mais amplo de críticas ao paradigma comportamentalista: 1) a Ciência Política não é capaz de estabelecer leis como as ciências naturais; 2) o comportamento é apenas uma dimensão do fenômeno político; 3) problemas na quantificação de todos os dados relevantes à análise política; 4) discrepância entre as pretensões teóricas e os resultados da pesquisa comportamentalista; 5) necessidade de adoção de algum tipo de pesquisa aplicada; 6) importância de comprometimento moral do pesquisador com a pesquisa realizada, o que afastaria ou relaxaria a premissa comportamentalista da radical neutralidade axiológica; 7) necessidade de uma redução dos enfoques multidisciplinares, de forma a garantir a especificidade da Ciência Política; 8) excesso de rigor metodológico e teórico, que afetaria a criatividade do pesquisador e poderia levar à estagnação teórica e metodológica.

As instituições políticas retornam, com gradativa força na década de 1970 na Ciência Política, como variáveis explicativas dos processos decisórios, e as produções científicas centram-se nas regras e nos desenhos constitucionais, exogeneizando, quando considerados, os fatores econômicos e as instituições sociais. Em grande medida, o neoinstitucionalismo surgiu como um movimento de dupla rejeição: ausência de cientificidade do antigo-institucionalismo e do contexto institucional das abordagens comportamentalistas. Nesta perspectiva, pode ser entendido como uma síntese epistemológica e metodológica dessas duas abordagens, mantendo do antigo institucionalismo, a centralidade das instituições na explicação do fenômeno político, e

³⁶ Dahl, 1961; Somit e Tanenhaus, 1967; March e Olsen, 1984; Skocpol, 1985; Dryzek e Leonard, 1988; Easton, 1969, 1998; Sened, 1991; Farr, 1995; Steinmo, Thelen e Longstreth, 1997; Immergut, 1998; Miller, 1998; Riker, 1998; Simon, 2000 (Peres, 2008, p.61).

do comportamentalismo, a preocupação com o rigor teórico, com a precisão conceitual, especialmente da matemática geométrica, e com a orientação empírica da pesquisa (idem, 2008).

Cada corrente do neoinstitucionalismo define as instituições de uma maneira particular. Para Hall e Taylor (2003), este possui três abordagens distintas: o histórico, o sociológico e o da escolha racional. Para o primeiro, as instituições são procedimentos e estruturas do poder gerados pelas ideias e interesses dos atores que as constroem, e evoluem no tempo, sendo esta a preocupação analítica destes autores. Para o segundo, as instituições são um sistema de símbolos, esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem padrões de significação que guiam a ação humana. E, por fim, para o terceiro, as instituições equivalem às regras formais que constroem a ação coletiva de atores racionais³⁷.

A incorporação das instituições nos estudos da escolha racional, ou o chamado (neo) institucionalismo da escolha racional, segundo Hall e Taylor (2003), teve origem nos estudos de comportamento dentro do Congresso dos Estados Unidos. Se os teóricos clássicos da escolha racional estivessem corretos, deveria ser difícil reunir maiorias estáveis para votar leis neste Congresso, “onde as múltiplas escalas de preferências dos legisladores e o caráter multidimensional das questões deveriam rapidamente gerar ciclos, nos quais cada nova maioria invalidaria as leis propostas pela maioria precedente” (idem, p. 202³⁸). Entretanto, as decisões naquela casa são de notável estabilidade. Este paradoxo instigou os teóricos da escolha racional, no final dos anos de 1970, que buscaram respostas nas instituições³⁹.

Os trabalhos que adotam esta perspectiva se multiplicaram ao longo do tempo. Há um debate interno nesta corrente, mas, no entanto, Hall e Taylor (2003, p.205-2006), apontam quatro propriedades mais gerais que estão presentes nestes estudos: a) utilizam

³⁷ Pensando especificamente nas coligações eleitorais, cabe salientar que as instituições exercem um papel importante para a compreensão deste fenômeno, e, conseqüentemente da fidelidade aliancista. Equivalente às regras formais que constroem a ação dos atores, elas estruturam as expectativas do ator em relação ao comportamento dos demais e oferecem informações a fim de reduzir a incerteza. Alterações nas regras podem alterar o comportamento dos atores, o que fora constatado por alguns autores, tais como Fleischer (2010) e Machado, A. (2012), no que se refere ao efeito da lei da verticalização sobre as coligações eleitorais.

³⁸ Conforme já havia constatado Riker, em “Implications from the disequilibrium of majority rule for the study of institutions”. *American Political Science Review*, 74, 1980, pp.432-447.

³⁹ Hall e Taylor (2003) salientam que as explicações foram no sentido de afirmar que as instituições do Congresso reduziram os custos de transação relacionados à conclusão de acordos, propiciando o benefício das trocas aos parlamentares, permitindo a adoção de leis estáveis.

características de pressupostos comportamentais, de forma que atores pertinentes compartilham determinadas preferências e se comportam a fim de maximizá-las; b) tendem a considerar a vida política como dilemas de ação coletiva, ou seja, os indivíduos agem maximizando suas preferências, correndo o risco de produzir resultados subótimos à coletividade, e o “dilema do prisioneiro” seria o exemplar mais conhecido deste paradoxo; c) enfatizam a interação estratégica na determinação de eventos políticos, sendo o cálculo fortemente influenciado pelas expectativas do ator em relação ao comportamento dos demais, cabendo às instituições o papel de estruturar esta interação e oferecer informações que reduzam a incerteza; d) o processo de criação das instituições é geralmente centrado na ideia de acordo voluntário entre os atores interessados.

À luz dos pressupostos do institucionalismo da escolha racional, George Tsebelis⁴⁰ (1998) buscou extrapolar a polarização entre a rigidez metodológica, na qual os indivíduos promovem ao máximo a realização de seus objetivos em um contexto em que os *payoffs* são fixos, e o excessivo relaxamento do modelo direcionado para análises sistêmicas. Considera que os sistemas democráticos são compostos por múltiplas arenas, e, sendo assim, o jogo político não é jogado de forma isolada. Um comportamento irracional pode não sê-lo quando observado sob uma outra ótica/arena, e, nesse sentido, é fundamental destacar a figura do observador e do agente: o primeiro pode não observar as múltiplas arenas de atuação do segundo, e, desse modo, ao analisar apenas uma arena, não consegue perceber que ações subótimas em uma podem ser ótimas em outras. Assim, as ações subótimas decorrem de uma falha de informação do observador (a perspectiva do observador está incompleta). O ator otimiza sua ação ao ampliar as opções de escolha disponíveis, e dessa forma atua também na definição das regras do jogo (projeto institucional⁴¹), já que as instituições não são consideradas como coerções herdadas, mas possíveis objetos da atividade humana. Desse modo, questiona o pressuposto no qual as regras e os *payoffs* dos jogadores são fixos.

⁴⁰ A importância do trabalho de Tsebelis (1990) para o estudo sobre coligações consiste em admitir que uma ação aparentemente irracional de um partido político em uma determinada esfera, pode ser racional quando ampliado o olhar para a totalidade dos jogos. Cabe destacar ainda, que o institucionalismo da escolha racional enfatiza que o papel das instituições seria de estruturar a interação entre os atores e oferecer informações que reduzam a incerteza, além de modelar as expectativas.

⁴¹ Vários exemplos da atuação dos atores na decisão das regras do jogo podem ser encontrados. No caso brasileiro a atual discussão sobre a reforma política exemplifica essa característica.

Apesar das críticas à escolha racional⁴², o autor sustenta que esta é uma perspectiva parcimoniosa, de modo que os jogos políticos podem ser analisados a partir de cálculos racionais, e os cálculos são mais precisos à medida que os *payoffs* forem conhecidos. Com o intuito de afastar a escolha racional das críticas sobre a racionalidade instrumental, e a afirmação de que a aceitação da teoria é sinônimo de desprezo dos atributos institucionais, ressalta que a teoria em questão atenta para a análise das instituições de uma sociedade, e não a ação individual e aspectos cognitivos. Trata-se de uma abordagem que privilegia a análise sobre o equilíbrio, o raciocínio dedutivo, e a intercambialidade de indivíduos (Tsebelis, 1998, p.46)

Sobre as indagações relacionadas à noção de racionalidade e as interações instrumentais (relação de custo e benefício) derivadas dessa compreensão, o autor define cinco motivos que elucidam como o ator age de maneira racional: 1) relevância das questões da informação, pois “se as informações estiverem disponíveis, as pessoas estarão mais aptas a aproximar-se dos cálculos previstos pela escolha racional” (Tsebelis, 1998, p.46) ; 2) o aprendizado, a repetição de situações e atividades aproximam o indivíduo de um comportamento ótimo, pois a experiência adquirida com o aprendizado faz com que erros sejam detectados e acertos reforçados; 3) a heterogeneidade dos indivíduos: indivíduos mais informados tendem a conduzir o ambiente a um equilíbrio, pois agem de forma sofisticada e evitam os efeitos de saturação; 4) seleção natural: comportamentos mais bem-sucedidos são reforçados, de modo que ao longo do tempo essa ação aproxima-se de uma “escolha ótima sem qualquer cálculo consciente de meios e fins por parte das pessoas envolvidas”; 5) estatística: “ a análise da escolha racional pode ser totalmente imprecisa no que se refere a indivíduos específicos, mas bastante exata no que concerne a média individual” (idem, p.48).

Depois da exposição desse breve panorama do desenvolvimento da Ciência Política à luz de seus paradigmas, que enfatizou a forma pela qual a abordagem da escolha racional foi a estes incorporada, na próxima seção adentram-se as características gerais e particularidades desta abordagem.

⁴² Green e Shapiro (2000) acreditam que as patologias da teoria da escolha racional no campo da política derivam, sobretudo, da preocupação excessiva dos pesquisadores em justificar um certo modelo universalista, ao invés de compreender as consequências políticas reais: “a pesquisa empírica acabará por ser conduzida pela teoria antes que pelo problema estudado e seu objetivo resume-se em salvar ou justificar qualquer variante da teoria da escolha racional antes que dar conta dos fatos” (idem, p. 171).

2.2 Teoria da Escolha Racional: conceitos gerais e utilização na Ciência Política

A racionalidade tem ocupado um importante papel na discussão sobre política. O que é a racionalidade, se ela existe, como se manifesta, são questões essenciais para compreender o comportamento, e, para tanto, a Ciência Política têm recorrido com frequência aos fundamentos teórico-metodológicos da Ciência Econômica.

Com a finalidade de prever comportamento, os teóricos da Economia analisam as decisões como se elas fossem tomadas por indivíduos racionais. Para simplificar a análise, grande parte desses teóricos consideram que os agentes se movem em direção a uma única meta, sendo possível, assim, estabelecer um caminho razoável para que se possa seguir. É necessário conhecer os objetivos que estão sendo perseguidos, para então verificar se os meios utilizados para atingi-los são eficientes, ou seja, se os custos empregados são inferiores aos ganhos obtidos.

Nesta seção serão apresentados de que maneira os fundamentos da Teoria da Escolha Racional foram incorporados à Ciência Política, e como a Teoria dos Jogos, que deslocou o centro analítico do comportamento dos indivíduos para a dinâmica do jogo, têm sido utilizada nestes estudos.

2.2.1 A controvérsia da racionalidade

De acordo com Riker e Zavoina (1970), uma controvérsia fundamental na teoria política, desde a antiguidade até os dias atuais, diz respeito à racionalidade dos atores políticos. Tal controvérsia é exemplificada pelos autores com a questão da lealdade dos políticos em relação aos partidos. Por um lado, esta pode ser entendida sob a perspectiva da expressão de afeto, ou seja, fidelidade com base no afeto. Por outro lado, pode ser compreendida sob a ótica da barganha, que satisfaçam racionalmente as preferências dos políticos, ou seja, fidelidade enquanto produto de barganha. Esta diferença é crucial para compreender o comportamento dos indivíduos.

This controversy is pervasive in political science. The controversy implicit in the notion of party loyalty as applied to legislators is equally implicit in the notion as applied to voters, and, beyond that, is implicit in such notions as class interest, national interest, alliance membership, etc., when used as variables to explain the behavior of men or nations. It is not possible, therefore, to avoid the controversy in serious political research. (Riker and Zavoina, 1970, p.48)

Para os autores, dentre a variedade de posições filosóficas em torno desta controvérsia, as mais importantes são:

a) aqueles que afirmam que os indivíduos maximizam utilidade – diferentemente das demais abordagens, os indivíduos são calculadores racionais, sendo capazes de ordenar suas preferências e se comportarem em situações que envolvem risco como se estivessem maximizando a utilidade esperada. Se se supõe que os gostos são dados, a vontade aparece como árbitro do gosto, e a razão aparece como servo eficiente da vontade (racionalidade processual). A partir da escolha, e do pressuposto de que o indivíduo maximizou utilidade, o observador infere os objetivos deste. Tal abordagem, embora tautológica, afirmará algo testável, a saber, que os homens se comportam como se fossem calculadores racionais. Em muitas aplicações econômicas e políticas, no entanto, assume-se que um objetivo específico é apropriado por todos os indivíduos em circunstâncias particulares da escolha, como por exemplo, as firmas maximizam lucro e os consumidores utilidade (racionalidade substantiva). Embora não tautológica, e passíveis de cálculo, também envolve o observador na atribuição dos objetivos, o que é passível de erro.

b) os que afirmam que a escolha se dá conforme o hábito e a descoberta, e não por análise de preferência – a teoria da aprendizagem ilustra tal abordagem, em que as decisões ocorrem como resultado de recompensas e punições, ou seja, se o indivíduo escolhe uma alternativa que resultou em recompensas no tempo anterior, então, na apresentação subsequente, diante das mesmas alternativas, ele escolhe o que o levou à recompensa. Assim como na abordagem anterior, o indivíduo possui preferências, e pode até mesmo ordená-las, mas, no entanto, a escolha não resulta de cálculos racionais, mas do recall de consequências anteriores. Portanto, não há maximização de utilidades, mas a satisfação de alguns desejos, que não necessariamente são os mais urgentes.

c) aqueles que afirmam que os indivíduos não maximizam utilidade: aqui encontra-se, entre outras, o viés psicanalítico, derivado da exaltação da vontade em detrimento da razão. Neste, a escolha é interpretada como o produto das forças sexuais modificadas pela racionalização e socialização das contra-forças de forma essencialmente desordenada. Para o psicanalista, a resposta à questão se os indivíduos escolhem ou não para maximizar utilidade é “não”, acrescido de que estes escolherão provavelmente o oposto. Esta abordagem não tem lugar para a escolha que maximize a utilidade.

Segundo Riker e Zavoina (1970), este é o confronto do racionalismo e do anti-racionalismo tal como aparece hoje nas Ciências Sociais. Os diferentes pontos de vista, embora supostamente universal, estão intimamente atrelados ao comportamento estudado: os principais expoentes do modelo do homem calculista são os Economistas, que estudam o comportamento do mercado; os principais expoentes do modelo de escolha por hábito e descoberta são os teóricos da aprendizagem, que estudam o comportamento nos laboratórios (ratos) e na sala de aula; os principais expoentes do modelo de escolha derivado das pulsões sexuais são os psicanalistas, que estudam o comportamento nos sonhos e fantasias. No entanto, conforme salientam os autores, cada teoria parece funcionar bastante bem quando aplicada ao comportamento para o qual foi criada, mas parece insuficiente quando pretende compreender o comportamento geral.

This fact creates a difficult problem for political theory. If, as we have argued, the quality of political research depends in part on the position the researcher takes on the question of rationality, he must choose among the theories in this spectrum. But to do so he needs to make some decision on the kind of behavior he is studying. Is political behavior closer to behavior in the market or to behavior in fantasy? If we could answer this question with assurance, we could adopt wholesale a theory from another discipline. But assuming politics is, in Easton's words, the authoritative allocation of values, it is uncertain whether utility theory or something quite different applies. So far as politics is allocation, it seems analogous to economics, which is often defined as the study of the allocation of scarce resources. So far as politics is authoritative, however, it seems analogous to the world where learning theory applies, with its emphasis on rewards and punishments or even to the dark and vicious world of fantasy where power is thinly-veiled sadism and authority is power with yet another veil. (idem, p.50)

Tendo em vista a natureza ambígua da política, seria necessário olhar para o comportamento caracteristicamente político com uma visão para determinar qual tipo de teoria da racionalidade se encaixa melhor. Neste ponto, os autores argumentam que “a teoria da aprendizagem apenas explica debilmente o comportamento na gama limitada de comportamento a que se aplica, enquanto a teoria da maximização da probabilidade explica o comportamento na maioria das vezes” (Riker e Zavoina, 1970, p.59). Assim, comportamento político é o tipo de comportamento para o qual a teoria da utilidade é apropriada, ou seja, na interpretação dos fenômenos políticos é mais seguro assumir que os políticos são calculadores maximizadores do que qualquer outra coisa.

Mas quais são os fatores que devem ser levados em conta no cálculo de otimização entre meios e fins? De acordo com Orenstein (1998), há duas variantes de racionalidade comumente utilizadas: racionalidade perfeita (ou acepção débil de racionalidade) – aquela em que a ação racional depende somente de condições externas –, e racionalidade imperfeita (ou acepção forte) – aquela em que a ação racional depende de condições externas e também internas, tais como crenças e desejos. Enquanto a Ciência Econômica e a Ciência Política utilizam-se, predominantemente, da primeira concepção, a Sociologia é mais adepta da segunda abordagem.

Na concepção de racionalidade perfeita existe uma separação a priori de ação racional e irracional, o que não ocorre na racionalidade imperfeita, pois dois indivíduos podem agir de forma diferente para alcançar os mesmos objetivos, sem, contudo, abrir mão da racionalidade. A utilização de acepção débil da racionalidade se justificaria no sentido de que esta reduziria “a necessidade de esclarecer as preferências controversas sobre os fins e as motivações da ação humana” (Green e Shapiro, 2000, p.174).

2.2.2 Metas e comportamento racional

Olhando para os indivíduos como maximizadores calculistas, e sob a perspectiva da racionalidade perfeita, Anthony Downs (2013) objetivou fornecer uma regra de comportamento político generalizada para o governo democrático e rastrear suas implicações. Trata-se de um estudo de racionalidade política de um ponto de vista econômico, que foi fundamental para o desenvolvimento da Ciência Política a partir de meados do século XX.

No trabalho de Downs (2013), as decisões são examinadas como se elas fossem tomadas por mentes racionais. Dessa forma, se o teórico conhece os propósitos do indivíduo que toma decisão, ele pode prever os passos que serão dados para atingi-los: “1) ele calcula o caminho mais razoável para aquele que toma decisão atingir suas metas, e 2) presume que esse caminho será realmente escolhido porque aquele que toma decisão é racional” (idem, p.26). Assim, a racionalidade se refere a processos de ação, não aos fins, de forma que o comportamento racional não pode ser testado por seus resultados, mas sim pelos seus meios.

Um homem racional seria aquele que 1) consegue sempre tomar decisão quando confrontado com várias alternativas, 2) classifica as alternativas em ordem de preferência, 3) seu ranking de preferências é transitivo, 4) ele sempre escolhe a alternativa que fica em primeiro lugar em seu ranking, 5) e sempre toma a mesma decisão quando confrontado com as mesmas alternativas (Downs, 2013, p.28)⁴³.

No entanto, se fossem permitidas múltiplas metas, o teórico teria dificuldades em estabelecer os meios apropriados para cada uma delas, além do que os meios de uma poderiam bloquear a consecução de outra. Para evitar este impasse, os pesquisadores da Ciência Econômica, geralmente, reduzem os fins de cada agente econômico a uma única meta, e a mesma lógica foi utilizada por Downs (2013, p.33), ao assumir que os partidos políticos objetivam maximizar apoio político, enquanto os eleitores visam maximizar utilidade.

Um partido político pode ser entendido como “uma equipe de homens que buscam controlar o aparato de governo, obtendo cargos numa eleição devidamente constituída” (Downs, 2013, p.47). O autor assume, portanto, que todos os membros do partido possuem as mesmas metas, e cada partido é tratado como se fosse uma única pessoa⁴⁴. O axioma do interesse pessoal permeia o modelo, sendo o comportamento racional aquele dirigido principalmente a fins egoístas. Desse modo, a hipótese fundamental de Downs (idem, p.50) seria a de que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas”.

O funcionamento do governo no modelo é ilustrado com a seguinte afirmação de Schumpeter (apud Downs, 2013, p.51):

Igualmente, o significado ou função social da atividade parlamentar é, sem dúvida, produzir legislação e, em parte, medidas administrativas. Mas a fim de entender como a política democrática atende a essa finalidade social, devemos partir da luta competitiva pelo poder e cargos e perceber que a função social é preenchida, por assim dizer, incidentalmente – no mesmo sentido que a produção é incidental à produção de lucros.

⁴³ O autor enfatiza a diferença entre erros de homens racionais e comportamento normal de homens irracionais. Um homem racional que está sistematicamente cometendo algum erro vai parar de fazê-lo se descobrir qual é o erro, e se o custo da eliminação for menor que os benefícios. Por outro lado, um homem irracional deixará de corrigi-los por possuir uma propensão não-lógica a repeti-los, e suas ações não são motivadas primordialmente por alcançar eficientemente seus fins. (Downs, 2013, p.31)

⁴⁴ Embora em algumas partes do livro, os partidos sejam tratados como se fossem coalizões imperfeitas, supondo, com isso, a existência de lutas de poder intrapartidário (Downs, 2013, p.28).

A função política das eleições numa democracia é selecionar um governo, e, assim, comportamento racional vinculado às eleições é aquele orientado para esse fim e nenhum outro: “o governo persegue seu objetivo sob três condições: uma estrutura política democrática que permite a existência de partidos de oposição, uma atmosfera de graus variáveis de incerteza e um eleitorado de eleitores racionais” (idem, p.41).

2.2.3 Tomada de decisão em ambiente de incerteza: o papel das informações e da ideologia

A incerteza⁴⁵, segundo Downs (2013, p.35), seria a força básica que afeta todas as atividades humanas, e muitos dos problemas criados por ela estariam relacionados ao custo de obtenção de informação⁴⁶.

A incerteza é qualquer falta de conhecimento seguro sobre o curso de acontecimentos passados, presentes, futuros ou hipotéticos (...). Quase toda incerteza é removível através da obtenção de informação se uma quantidade suficiente de dados estiver disponível. Entretanto, alguma incerteza é intrínseca a situações específicas. Por exemplo, o resultado de uma eleição livre é incerto antes que a eleição ocorra porque os eleitores podem mudar de ideia no último minuto (...). Portanto, nós simplesmente supomos que a intensidade da incerteza pode ser reduzida pela informação, que pode ser obtida através do gasto de recursos escassos (idem, p.97).

De acordo com Downs (2013), as pessoas continuarão investindo recursos na busca por informação até que o ganho marginal obtido não seja igual aos custos. No entanto, conforme salienta Elster (1994), esta ideia geraria um paradoxo⁴⁷, já que o indivíduo deverá estabelecer o valor de informações que ainda não estão disponíveis, para

⁴⁵ Cabe salientar a diferença entre incerteza e risco: em geral, admite-se que a incerteza é uma situação expressa por valores indeterminados e não quantificáveis, enquanto o risco é considerado como uma probabilidade mensurável. Para saber mais sobre o debate inaugural de tais conceitos, ver Knight, 1921.

⁴⁶ Downs (2013) chama atenção para a diferença entre três conceitos que utiliza no modelo: razão, conhecimento contextual e informação. A razão diz respeito a facilidade com os processos de pensamento lógico e com os princípios de análise causal, e o autor presume que todos os homens a possuem. Conhecimento contextual significa percepção das forças relevantes a algum campo dado de operações, ou compreensão das relações entre variáveis fundamentais em alguma área, sendo, portanto, mais específico do que razão, e não sendo comum a todos os homens, mas adquiridos em menor ou maior grau via educação. Informação são dados acerca do desenvolvimento corrente das variáveis que são objetos de conhecimento contextual. Por exemplo, um homem pode conhecer a estrutura monetária de seu país, sem, contudo, estar informado sobre o nível da taxa de juros, a oferta de moeda, etc. Por isso, “falta de conhecimento contextual é ignorância, que deve ser distinta de falta de informação” (idem, p.98-99).

⁴⁷ Desse paradoxo deriva o debate sobre racionalidade dos comportamentos míopes, isto é, da busca da remuneração imediata sem considerar a possibilidade de consequências indesejáveis (Austen-Smith apud Green e Shapiro, 2000). A ação míope pode ser considerada irracional quando se assume que a previsão e a estratégia sejam desprovidas de custos, e racional quando se admite custos cognitivos.

então determinar se valerá a pena ou não investir para obtê-las. Green e Shapiro (2000, p.175) salientam que os modelos neoclássicos do comportamento de mercado assumem o pressuposto de informação perfeita, assim como a habilidade do indivíduo em entender e utilizar aquela informação. Esta questão é bastante problemática em se tratando de comportamento político, o que leva muitos teóricos a assumirem que os atores fazem uso, da melhor maneira possível, das informações imperfeitas de que dispõem (McKelvey e Ordeshook apud Green e Shapiro, 2000, p.185).

A incerteza divide os eleitores em grupos com variados graus de confiança no que se refere à decisão do voto. Aqueles com menos certeza podem ser influenciados por informações adicionais, de forma que a incerteza leva a tentativas de persuasão por parte de homens que fornecem informações. A possibilidade de persuasão origina a competição pela liderança entre partidos, grupos de interesse e compradores de favor, sendo que os dois últimos agiriam como intermediários entre os eleitores e partidos. Dessa forma, a incerteza forçaria os governos racionais a considerarem alguns eleitores mais importantes do que outros, modificando, com isso, a igualdade de influência que o sufrágio universal foi criado para garantir (Downs, 2013, p.114-115).

A incerteza permite que os partidos políticos desenvolvam ideologias, entendida “como uma imagem verbal da boa sociedade e dos principais meios de construir tal sociedade”, como armas na disputa pelo poder (idem, p.117). Na moderna ciência política, a ideologia é vista comumente como meio para obter poder, e não enquanto meras representações de objetivos reais. Para Downs, a ideologia também seria um meio, ou um atalho para os eleitores. No entanto, os partidos não são agentes de classes sociais específicas ou grupos, mas equipes autônomas que visam o poder pelo poder, assumindo o apoio do grupo com a finalidade de alcançar aquela meta. Desse modo, ao invés de comparar as plataformas dos partidos, uma parte do eleitorado pode votar com base nas ideologias partidárias, mesmo não sendo leal a nenhuma dessas, e tal comportamento seria racional em duas situações:

(1) tendo se informado razoavelmente bem, o eleitor não consegue distinguir entre partidos com base numa questão, mas consegue fazê-lo com base numa ideologia; ou (2) vota por meio de ideologias a fim de poupar o custo de se tornar informado sobre questões específicas (...). O uso do diferencial de ideologia é racional somente a curto prazo. Todos os eleitores racionais votam com o intuito de influenciar as ações dos partidos políticos, não as afirmações deles. Mas as ideologias *per se* são apenas afirmações. Portanto, se um eleitor

consegue distinguir entre os partidos apenas através de suas ideologias, os partidos são, na realidade, idênticos no que diz respeito ao bem-estar do eleitor. Comportam-se da mesma maneira, mesmo que falem de modo diferente; assim, não importa qual ele apoia (Downs, 2013, p.119-120)

Dessa forma, os eleitores bem-informados que utilizam as ideologias como último recurso na tomada de decisão deixarão de votar, independentemente de seus diferenciais de ideologia, se os diferenciais partidários forem iguais a zero, eleição após eleição. Assim, as diferenças ideológicas entre os partidos políticos terão deixado de ser importantes a seus olhos. Porém, aqueles eleitores que fazem uso das ideologias com a finalidade de poupar custo, não as utilizam como último recurso, mas sim como primeiro, e esse procedimento seria racional se houver diferença real de comportamento entre os partidos, e que estejam correlacionados com suas ideologias. (Downs, 2013, p.120).

As ideologias são também relevantes aos partidos políticos, no sentido de que este recurso pode ser útil para captar um número limitado de grupos sociais, já que o apelo a um grupo antagoniza os outros. Contudo, devido à incerteza, os partidos dificilmente saberão qual combinação lhes renderiam maior número de votos⁴⁸. Além disso, a sociedade é dinâmica, de modo que uma dada combinação em uma eleição pode se tornar equivocada na eleição seguinte. Para que as ideologias sejam atalhos racionais, estas “devem ser integradas às políticas, de modo suficientemente estreito, a ponto de formar indicadores precisos do que é provável que cada partido fará no futuro” (Downs, 2013, p.123). Quando as políticas mudam de forma significativa, as ideologias também devem mudar, se quiserem continuar sendo sinais efetivos a serem utilizados pelos eleitores.

Conforme salientou Downs (2013), os partidos buscam, como finalidades últimas, poder, renda e prestígio que acompanham o cargo. As ideologias se desenvolveriam, a partir desse desejo, como atalho para se chegar ao cargo. No entanto, a manutenção de ideologias pode se tornar um objetivo subsidiário, com recompensas diretas no sentido de prestígio, especialmente se a mudança na ideologia for considerada pelos cidadãos como perda de integridade ou responsabilidade. Assim, “os meios com vistas a um fim maior se tornam um fim em si mesmos e sua consecução pode às vezes conflitar com a

⁴⁸ Conforme salientou Riker (1962), quando os partidos políticos estão negociando apoio entre si, estimam o tamanho mínimo de uma coalizão capaz de produzir o sucesso almejado, mas, devido à incerteza do ambiente político, os partidos preferem apostar em um tamanho superior ao mínimo, mesmo que, para isso, reduzam seus ganhos em função da distribuição dos recursos com parcerias adicionais.

consecução do fim maior” (idem, p.132). O autor atenta para os conflitos entre as metas maiores e menores, ou seja, manutenção ideológica e vitória eleitoral, ocorrendo casos em que as ideologias sejam fins e o cargo apenas instrumento. Contudo, Downs (2013, p.133) acredita que o desejo de obtenção e manutenção “do poder *per se* desempenha um papel maior no funcionamento prático da política democrática do que o desejo de implementar doutrinas ideológicas ou de servir grupos sociais específicos”.

Em relação à renda, Downs (2013, p.59) a define como um fluxo de benefícios, e a própria natureza de “fluxos”, remete à variável tempo, já que estes só podem ser medidos como taxas por unidade de tempo. Afirma, então, que ao menos dois períodos eleitorais entram no cálculo dos eleitores racionais: o que termina no dia das eleições (t) e o que se segue à próxima eleição ($t+1$). Sendo assim, o eleitor toma suas decisões quanto ao voto, comparando variados fluxos reais e hipotéticos de renda de benefício. Se em um sistema bipartidário, o eleitor vota no partido que prefere, em sistemas multipartidários, ele estima o que crê serem as preferências dos outros eleitores. Assim, a previsão quanto ao comportamento de outros cidadãos é uma parte importante da decisão do voto (idem, p.68).

Na ausência de qualquer informação sobre o que os outros eleitores provavelmente farão, o eleitor racional sempre vota no partido que prefere. Também o faz sempre que a informação que tem o leva a crer que seu partido favorito tem uma chance razoável de vencer (...). Entretanto, quanto menos chance de vencer ele sente que seu partido favorito tem, mais provável é que mude seu voto para um partido que tem uma boa chance (Downs, 2013, p.69).

Há também os eleitores que orientam seus votos para o futuro⁴⁹: pode votar em um partido que hoje não possui chances de ganhar, crendo que este apoio contribuirá para o crescimento do partido, vindo, no futuro, a ser um provável vencedor; pode, ainda,

⁴⁹ Se há uma parcela do eleitorado que orienta seus votos para o futuro, também deve haver partidos que se comportam da mesma forma. Isto deve explicar parte do comportamento de partidos que lançam determinados candidatos sem chances de vitória no presente, mas que são promissores no futuro: o que levaria um partido A, sem chance de vitória, a se aliar ao partido B, também sem chance, em uma eleição majoritária, ou seja, em um jogo de soma zero? Estes podem preferir melhores alternativas de escolha no futuro, do que de fato maximizar apoio eleitoral no presente. Também deve explicar, ao menos parcialmente, a permanência de determinadas alianças, mesmo diante de uma trajetória de insucesso eleitoral: os partidos podem preferir o manutenção de certas alianças, mesmo diante de uma trajetória sem sucesso eleitoral, por compartilharem de visões de mundo e de política próximas. Ou seja, em ambos os casos, poderíamos não estar diante de um comportamento irracional, mas sim de partidos orientados para o futuro ($t+1$, $t+2$, etc.), ou partidos que preferem olhar para trás ($t-1$, $t-2$, etc.), embora estas duas características não sejam mutuamente excludentes.

apoiar um partido sem chances de vitória, a fim de alertar outro partido para que mude sua plataforma se quiser seu apoio. Estas duas ações seriam racionais para as pessoas que preferem melhores alternativas de escolha no futuro, do que a participação presente na seleção de um governo (Downs, 2013, p.69).

2.2.4 Os jogos como paradigmas

De acordo com Riker (1967, p. 642), os jogos são paradigmas de muitos eventos políticos, especialmente aqueles que envolvem conflitos de interesse entre os participantes. Como paradigmas, eles apresentam em uma interação social relativamente simples as mesmas forças fundamentais encontradas nas interações mais complexas dos grandes eventos políticos cuja estrutura eles compartilham. Esta é a característica dos jogos que os tornam atraentes tanto para a teorização como para a experimentação nas Ciências Sociais. A expectativa é que estudando a interação quase-política dos jogos, na qual as variações entre componentes psicológicos, institucionais e ideológicos do comportamento são minimizadas, seria possível compreender mais profundamente as questões políticas básicas como negociação, formação de coalizões, e escolher estratégias.

Tal entendimento seria uma consequência da obtenção de respostas para as seguintes questões: a) Supondo que os indivíduos são racionais e querem maximizar utilidade, qual a quantidade de utilidade que os jogadores podem obter? b) Qual é a estratégia que irá garantir que os jogadores atinjam seus objetivos? A primeira questão está diretamente relacionada ao que pode ser antecipado como resultado dos eventos políticos, para prever o futuro com algum grau de confiança, enquanto a segunda permite “aconselhar” os políticos a delinear seus comportamentos para obter sucesso (idem, 1967).

Riker (1967) e Riker e Zavoina (1970), salientam que os jogos são analogias mais próximas da política do que outras ainda oferecidas. O que acontece nos “jogos de n-pessoa” é análogo ao que acontece na política, já que a principal atividade neste tipo de jogo é fazer coalizões, ou seja, fazer políticas que satisfaçam a maioria, assim como boa parte da política. Riker (1967) estaria preocupado com a verificação de uma teoria sobre a solução de um jogo de n-pessoa, sem soma zero, pretendendo responder às seguintes

questões: A teoria descreve o que as pessoas fazem? A estratégia utilizada para alcançar a meta é útil no mundo temporal?

Os jogos de soma zero pressupõe que o ganho de um jogador corresponde necessariamente a perda de outro jogador, ou seja, o vencedor recebe exatamente o que o perdedor perde. Parecem particularmente adequados quando se considera, por exemplo, as eleições majoritárias, já que a vitória de um implica na derrota de outro. No entanto, a política real dificilmente funciona dessa maneira. As alianças necessárias para vencer eleições, aprovar políticas, ganhar guerras, manobrar em legislaturas, etc., levam a crer que os ganhos e perdas não são iguais a todos os participantes de um dado grupo. Diferentes coalizões minimamente vitoriosas ganham diferentes montantes, e a perda para o perdedor pode não igualar o ganho para o vencedor. (Riker, 1967)

O problema principal nos jogos de n-pessoa é dividir os ganhos potenciais de uma coalizão de dois indivíduos, de forma a satisfazê-los quanto à viabilidade da coalizão (ou seja, potencialmente formável) e estabilidade da divisão (ou seja, é provável que dure). Riker e Zavoina (1970), testaram empiricamente, em alunos de classe média de uma universidade dos Estados Unidos, como os indivíduos se comportam nos jogos. As regras do jogo foram explicitadas detalhadamente, a fim de que o argumento em torno do desconhecimento destas não se sustentasse. Os jogadores negociavam, em pares, uma determinada quantia, enquanto os outros aguardavam em outro ambiente. Nos jogos, a configuração de recompensa (payoff), é entendida como o conjunto de retornos em que a soma dos pagamentos aos membros de uma coalizão é igual ao valor da coalizão.

Com base nesta análise, descobriram que o comportamento de voto dos sujeitos suporta o modelo de maximização. Quase 92% das decisões de votos estudadas (275 das 300 observações) podem ser explicadas pelo critério de maximização da probabilidade. Ao conversarem com os jogadores depois do jogo, os autores identificaram alguns casos que não utilizaram critérios de maximização da probabilidade: uns, parecem ter tentado maximizar dólares (quantidade da recompensa); outros afirmaram não terem conseguido fazê-lo, tendo em vista outro objetivo, tal como “manter minha palavra”, mesmo acreditando que o outro jogador não o faria. Destacam ainda que os indivíduos que jogaram mais de uma vez, que possuíam experiência anterior no jogo, se comportaram de maneira diferente na segunda partida: se ele votou contra e perdeu, parece uma boa indicação para mudança de comportamento na segunda partida, mas, no entanto, ele não

sabe os resultados da segunda partida, por isso, não há uma previsão realmente boa, na medida em que é razoável votar para experimentar, ou votar contra a base da experiência. (idem, 1970)

Assim, o interesse principal dos indivíduos não está na quantia que irá receber em caso de vitória, mas no fato de ganhar. Se o fato de ganhar é preocupação central, então o valor do prêmio é secundário. Um jogador propõe uma determinada divisão das recompensas porque ele sente que uma coalizão poderia se formar em torno dessa divisão, e altera uma estrutura de recompensa proposta, na tentativa de aumentar a probabilidade de formar uma coalizão vencedora. (Riker, 1967)

Considerações finais do capítulo

Embora a ideia da apreensão de uma ciência pelo estudo de paradigmas seja, por vezes, criticada, tendo em vista que a escolha por um ou outro paradigma dependeria do consenso de uma comunidade científica, e este sentimento de comunhão harmônica não se faz presente no mundo científico real⁵⁰, os estudos dos paradigmas é um instrumento legítimo para compreender o desenvolvimento histórico-epistemológico da Ciência Política, conforme pôde ser observado ao longo deste capítulo.

A teoria da escolha racional - desenvolvida em meados do século XX, ou seja, na transição do comportamentalismo para o neoinstitucionalismo - entrou na Ciência Política a partir da Ciência Econômica, sendo o trabalho de Downs (2013) um dos pioneiros. Embora se tenha várias divergências entre os autores, o ponto em comum entre eles se dá em torno da adoção do pressuposto de que os indivíduos estão interessados em maximizar alguma dimensão, tais como utilidade, riqueza e votos.

A racionalidade constitui-se, antes de um pressuposto tomado frequentemente pelos cientistas econômicos e políticos, em uma discussão filosófica recheada de peculiaridades. O estudo de Riker e Zavoina (1970) afirma que o comportamento político é o tipo de comportamento para o qual a teoria da utilidade é apropriada, sendo os políticos calculadores maximizadores. Para estabelecer um caminho razoável para a

⁵⁰ Para esta discussão, ver BOURDIEU, P. Le champ scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, vol.2, n° 2-3, pp. 88-104, 1976.

consecução de uma determinada meta, os analistas reduzem, geralmente, os fins dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos à uma única meta. Neste sentido, da mesma forma em que na (micro) Economia as firmas maximizam lucros e os consumidores utilidade, na Política a meta dos partidos é maximizar apoio político, enquanto a dos eleitores é maximizar utilidade (Downs, 2013).

A incerteza constitui-se na força básica que afeta todas as ações humanas. No entanto, ela pode ser reduzida pela obtenção de informação. A aquisição de informação possui custos, e os indivíduos estarão dispostos a investir até que seus benefícios superem os custos. As ideologias exercem um importante papel na relação entre partidos políticos e eleitores, e diante de um ambiente de incerteza, podem ser atalhos para a decisão do voto, ou ainda meios para a finalidade do partido de obter poder, prestígio e renda (ideologia como meio). A manutenção da ideologia pode ser também o próprio fim de um partido, podendo ser a conquista do cargo o atalho (ideologia como fim). No entanto, Downs (2003, p.133) acredita que o desejo de obtenção e manutenção do poder *per se* desempenha um papel maior no funcionamento da política democrática do que o desejo de implementação de ideologias.

Deslocando o centro da análise do comportamento dos indivíduos para as estratégias do jogo, na Teoria dos Jogos, o processo de tomada de decisão de um jogador passa a levar em conta o comportamento dos demais. De acordo com Riker (1967), os jogos são paradigmas de muitos eventos políticos, principalmente aqueles que envolvem conflitos de interesse, e isto os torna particularmente atraentes para a Ciência Política, tanto sob o ponto de vista teórico quanto experimental. Com os jogos é possível observar, por exemplo, quanto de utilidade os jogadores poderão obter e qual seria a melhor estratégia para atingir seus objetivos.

O estudo sobre coligações eleitorais está atrelado ao estudo do comportamento partidário. Conforme afirma Reis (2000), em contextos democráticos, o estudo da ação política dos partidos é um importante instrumento para a compreensão da interação entre instâncias representativas e a população enquanto processo de construção da legitimidade política. Assim, para compreender os jogos políticos e seus resultados é necessário interpretar a dinâmica e a racionalidade destas atividades. A discussão sobre a teoria da escolha racional feita neste capítulo tinha justamente este propósito, compreender o fenômeno das coligações eleitorais à luz dos conceitos da teoria da escolha racional. Cabe

lembrar que, no capítulo anterior foi constatado que a literatura sobre coligações no Brasil enfatizou muito mais a dimensão ideológica do que a dimensão pragmática, e que quando abordou esta última, se limitou à alguns apontamentos gerais, pouco recorrendo a um debate conceitual que pudesse contribuir para a construção de um modelo teórico que auxiliassem na compreensão deste fenômeno.

Os partidos políticos são atores racionais que visam maximizar apoio político, e as coligações são dispositivos legais que podem ser utilizados como uma estratégia para atingir este objetivo. Assim, se o objetivo dos partidos políticos for reduzido a um único - conforme fazem os teóricos da escolha racional para simplificar a análise -, que em última instância é ganhar eleições, as coligações podem ser vistas como meio para o alcance desta meta. Desse modo, o modelo teórico proposto no próximo capítulo pretende, num primeiro momento, apresentar como os partidos se comportam tendo em vista exclusivamente o objetivo de ganhar eleições. Cada partido leva em consideração o comportamento dos demais para escolher a melhor estratégia a seguir.

Em ambientes de incerteza, as informações são essenciais. Tendo em vista um dado arranjo eleitoral, quais informações seriam fundamentais aos partidos na decisão de se coligar ou não, e quais parceiros escolher? Posicionamento ideológico; plataformas eleitorais; força relativa dos partidos; resultados eleitorais anteriores, nas várias arenas da competição; posicionamento dos partidos frente ao governo federal (situação e oposição); e arranjos anteriores, devem compor este universo de possibilidades. Como os partidos desconhecem os resultados das eleições que irão competir quando tomam a decisão de se coligar, estes precisam estimar algumas variáveis para prever o futuro. Acredita-se que os partidos constroem boa parte de suas expectativas olhando para trás, ou seja, que estes possuem à disposição uma série de informações quando decidem se irão - e com quais parceiros - se coligar, dentre as quais destacam-se os arranjos anteriores (coligações feitas na eleição passada) e seus resultados. Nesse sentido, a fidelidade nas alianças pode ser um instrumento utilizado para a redução da incerteza, ou seja, uma espécie de atalho à disposição dos partidos. Tal raciocínio vai ao encontro do que afirmou Downs (2013) para a questão da ideologia, podendo ser racional uma ação orientada nesta direção.

No entanto, cabe destacar que é possível compreender a relação de fidelidade entre os partidos no que se refere às alianças de diferentes maneiras: um partido pode se manter fiel ao outro porque possui uma história de aliança com aquele parceiro; pode se manter

fiel por conta de afinidades ideológicas ou programáticas; pode ainda manter a mesma parceria porque calculou ser a mais vantajosa. Neste trabalho presume-se que a fidelidade aliancista seja melhor compreendida neste último contexto, ou seja, a partir de uma análise de custos e benefícios. Desse modo, o modelo teórico a seguir também pretende, num segundo momento, observar como os partidos se comportam tendo em vista a existência de uma eleição anterior.

3 UM MODELO TEÓRICO DE ALIANÇA PARTIDÁRIA⁵¹

Introdução

A literatura sobre coligações eleitorais no Brasil tem sido orientada, sobretudo, pelo debate em torno de questões ideológicas, pragmáticas e de governismo. A primeira busca compreender o fenômeno à luz da importância das ideologias partidárias na composição dos acordos; a segunda afirma que os partidos objetivam maximizar suas chances de vitória eleitoral; e a terceira observa o alinhamento das coligações em torno do eixo governativo (situação e oposição). Cada dimensão analítica possui suas particularidades, bem como as diferentes esferas políticas (majoritária/proporcional, nacional/estadual/municipal). De todo modo, há duas características presente na grande maioria destes estudos: analisam as coligações de forma agregada (em blocos), e apontam para a ausência de padrão nestes acordos, ou seja, que as coligações são voláteis e raramente permanecem ao longo do tempo e nas diferentes localidades.

Os estudos sobre coligações na democracia recente têm se dedicado a analisar especialmente a dimensão ideológica. Como pano de fundo deste debate está a preocupação dos estudiosos em analisar os partidos enquanto atores capazes de traduzir preferências de um eleitorado diversificado. Trabalhos como Krause e Godoi (2010), Borges, Carreirão e Nascimento (2017) e Miguel e Machado (2007 e 2010) constataram o crescimento de acordos pragmáticos em detrimento dos acordos ideológicos. Por outro lado, poucos trabalhos exploraram a dimensão pragmática desses arranjos. Nesse sentido, Soares (1964) foi o primeiro autor a estudar as coligações de maneira sistemática, e também o primeiro a destacar a importância dessa dimensão para a compreensão do fenômeno no Brasil. Este autor, assim como outros, salientou que a teoria da escolha racional e a teoria dos jogos seriam parte fundamental deste debate, mas não adentrou nesta discussão, conforme já constatado por Machado (2012) e Dantas (2007). Em síntese, quando os estudos sobre coligações se referem à perspectiva pragmática das coligações, estão muito mais atrelados a ideia dos perfis mais comuns encontrados, do que propriamente à tentativa de compreensão do fenômeno a partir de uma análise de custos e benefícios.

⁵¹ Agradeço ao Marcelo Griebeler, pelo auxílio prestado na construção deste modelo.

Neste sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar um modelo matemático da decisão de alianças feita pelos partidos políticos em eleições majoritárias. Este modelo teórico permite entender a dinâmica das alianças políticas no tempo e no espaço, além de destacar as razões pelas quais os partidos políticos decidem se aliar para disputar essas eleições. Para entender a dinâmica temporal e espacial das alianças, o modelo proposto precisará incluir uma dimensão que leve em conta várias eleições ao longo do tempo, e, assim, compreender como a aliança em uma eleição afeta a decisão de unir-se na seguinte.

Cabe acrescentar que este modelo analisa as coligações sob outra perspectiva: a relação entre partidos políticos na ação de coligação (coligação desagregada, ou pares de partidos dentro da coligação), que aqui são nomeadas alianças políticas. A análise da decisão bilateral apresenta vantagens com relação àquela feita em blocos, já que permite entender melhor a microeconomia da escolha, em particular as razões que guiam a decisão de aliança, e observar como os partidos se relacionam entre si, sendo possível desvendar elementos não captados pelas análises agregadas. Dentre os problemas constatados na abordagem agregada das coligações, dois merecem destaque. Primeiro, o fato de que as coligações dificilmente serão reproduzidas em sua totalidade em diferentes eleições e estados, por exemplo, e isso se deve, sobretudo, a um fator probabilístico, já que as chances de ocorrências deste evento reduzem na medida em que aumenta o número de partidos que compõe a coligação. Tendo em vista o grande número de partidos no país, é intuitivo pensar que as coligações sejam voláteis no tempo e no espaço, e isto fora constatado por grande parte desta literatura. Segundo, porque a presença de um único partido de espectro ideológico oposto em uma coligação de tamanho variado, levaria o observador a classificar esta coligação como inconsistente ideologicamente, o que poderia influenciar diretamente nos achados da literatura.

Dentre as razões para a aliança entre partidos, o modelo dará especial atenção ao pragmatismo e à fidelidade. O motivo “pragmatismo” explora como única motivação para a união entre dois partidos distintos – e, portanto, para concorrerem na forma de coligação – a vitória no pleito. Esse motivo explica, por exemplo, coligações entre partidos de espectros políticos muito diferentes. A aliança entre o Partido dos Trabalhadores (PT), de esquerda, e o Partido Liberal (PL), de direita, na eleição para presidente da república em 2002 talvez seja o caso mais emblemático de pragmatismo no Brasil. Por fim, uma segunda razão para partidos políticos se aliarem pode ser à fidelidade entre eles: se no

passado dois partidos formaram uma aliança, então há uma probabilidade alta de que essa união continue no presente. Essa fidelidade pode ser devida a vários fatores, tais como cumprimento de promessas dos membros da coligação (o cabeça da chapa pode prometer cargos e outros recursos para os menores), afinidade ideológica (partidos podem descobrir ao longo do tempo que suas ideologias são mais próximas do que imaginavam ser antes de se conhecerem melhor), entre outras. Cabe acrescentar ainda que, em trabalho anterior, Resende e Epitácio (2017), com o objetivo de verificar a manutenção de alianças entre partidos ao longo do tempo, apresentaram um indicador nomeado “fidelidade aliancista”, olhando para as coligações de modo desagregado. Analisando, especificamente, as coligações eleitorais realizadas pelo PSB nas eleições majoritárias estaduais de 1990 a 2014, constataram que há laços de fidelidade e lealdade entre os partidos. A literatura sobre coligações ainda não abordou esta dimensão. Assim, quando se insere dinâmica ao modelo, busca-se apresentar uma explicação formal para a “fidelidade aliancista”.

O modelo teórico apresentado tem como base a ideia microeconômica de que agentes (econômicos ou políticos) fazem escolhas de acordo com algum critério de maximização do bem-estar. Assim, com uma estrutura simples de três partidos, tenta-se explicar como um partido menor escolhe com quem se aliar, buscando a maior transferência possível⁵². Os dois partidos líderes, ao tentarem conquistar o apoio do menor, visam somente vencer a eleição e receber os benefícios de estar no poder. Nesse sentido, o modelo aborda, majoritariamente, o caráter pragmático das alianças eleitorais.

Ao permitir que a interação estratégica (jogo) se repita ao longo do tempo, incluindo uma segunda eleição, é possível conjecturar um formato para a “fidelidade aliancista”. A hipótese adotada no modelo é a de que a aliança em uma eleição tem impacto na seguinte ao fidelizar parte dos eleitores do partido menor à aliança, de modo que estes eleitores não votam em outro partido/aliança sob nenhuma circunstância. Isso permite que o partido que teve sucesso em aliar-se com o menor na primeira eleição ofereça menos transferências para buscar a aliança na segunda eleição, e, ainda sim, tenha grande chance de ser novamente o escolhido. Quando essa dinâmica se repete em mais períodos, o efeito pode ser ainda maior.

As técnicas utilizadas são relacionadas à matemática e à Teoria dos Jogos. A

⁵² Conforme Soares (1973a, p.471) salientou, “os partidos pequenos tentam ‘vender’ seus votos aos candidatos dos partidos com real possibilidade de vencer as eleições, pelo maior preço possível”.

decisão de um partido de se aliar a outro é em última instância uma decisão estratégica: em geral, uma organização recebe diversas ofertas de aliança, e precisa, de certa forma, estimar as chances de vitória em cada caso. Dessa forma, se considerarmos a decisão de um partido pequeno em se aliar com um grande, podemos ver similaridades com um leilão de primeiro preço⁵³, onde o partido pequeno é o objeto a ser disputado, e os partidos grandes, os licitantes disputando-o. O partido que fizer a melhor oferta (em termos de transferências de recursos e de probabilidade de vitória) será capaz de conquistar o partido menor e a aliança se formará.

Leilões fazem parte dos jogos não cooperativos de informação incompleta. Esta classe de jogos permite que jogadores não tenham conhecimento completo sobre o “tipo” dos demais jogadores. Em termos mais técnicos, informação incompleta permite que se modele relações estratégicas nas quais alguma (s) da (s) parte (s) não conhece a função *payoff* das outras. Ao permitir mais realismo – principalmente quando comparada aos jogos de informação completa, os mais comumente encontrados em livros-texto – nas aplicações, tal metodologia utiliza conceitos matemáticos um pouco mais avançados. Em particular, técnicas provenientes da probabilidade são amplamente empregadas, como o Teorema de Bayes, por exemplo. De fato, o conceito de equilíbrio adotado nesses jogos é chamado de Equilíbrio de Nash Bayesiano. Boas referências sobre o assunto são os livros de Fudenberg e Tirole (1991), Gibbons (1992), Myerson (1997) e Rasmusen (2006).

Quando se inclui a fidelidade aliancista no modelo, é necessário que a dimensão temporal fique explícita. Para ser capaz de captar o fenômeno da fidelidade ao longo do tempo, o jogo deve ser dinâmico, em que as decisões de um partido hoje afetarão as decisões futuras de todos os jogadores, incluindo as suas próprias. Além disso, quando incluímos um número maior de partidos, nos afastamos dos modelos básicos de leilão de primeiro preço com um único objeto. Por exemplo, se temos quatro partidos, sendo dois grandes e dois pequenos, os dois maiores disputarão simultaneamente dois leilões, notadamente para conseguir o apoio de cada um dos partidos pequenos. Como um item adicional de complexidade, temos que o comportamento em um leilão está diretamente

⁵³ Este tipo de leilão é aquele em que o preço pago equivale ao lance vencedor, e constitui-se na modalidade mais comum de leilão. No leilão de segundo preço, o preço pago é igual ao segundo preço mais alto apresentado, ou ainda, o preço pago é o preço mais alto entre os participantes perdedores (para detalhes sobre leilões, ver cap.14 de Bierman e Fernandes, 2011).

relacionado com o outro leilão. Nesse sentido, a estrutura de leilões, dentro da classe de jogos não cooperativos com informação incompleta, tem um conjunto de características que o tornam ao mesmo tempo mais complexo e mais realista. Uma referência que explora todos os aspectos de modelos como os citados acima é Krishna (2009).

O modelo aqui apresentado é uma primeira tentativa de explicar a decisão dos partidos de formar alianças e, como tal, faz algumas hipóteses simplificadoras que poderiam limitar a sua força. Algumas delas, tal como a neutralidade ao risco por parte dos partidos, por exemplo, serão discutidas ao final do capítulo. Contudo, de maneira geral, o modelo é suficientemente robusto para gerar *insights* sobre o fenômeno das coligações, em particular no Brasil, onde as abordagens recorrentes nesta literatura parecem não serem suficientes.

3.1 O modelo de um período: o efeito do pragmatismo

Um sistema partidário é composto por três partidos políticos (A, B, C), que estão organizando suas estratégias para disputarem uma determinada eleição. Nenhum deles possui, isoladamente, número de votos suficientes para ganhar, existindo, desse modo, incentivo para a formação de alianças. Como será visto adiante, não é racional manter-se neutro.

Assume-se que os partidos A e B anunciaram sua disposição de disputar a eleição, concorrendo um contra o outro. Ainda, sem perda de generalidade, assume-se também que o partido A é o favorito, tal que o partido B é o azarão. Assim, o partido C é aquele que está sendo disputado pelos outros dois para formar a aliança vencedora. Formalmente, o tamanho do eleitorado N é dividido em: $N_A, N_B < \frac{1}{2}$, sendo $N_A > N_B > N_C$, e $N_A < N_B + N_C$, onde N_K representa o eleitorado fiel ao partido $K = A, B, C$. Pode-se observar que quando C se mantém neutro ou faz aliança com A, A vence B. Contudo, se C prefere B, a vitória é deste último.

Quando o Partido C se alia ao Partido A ou B, apenas uma parcela μ de seus eleitores seguirão votando em C, enquanto que os demais votarão nulo ou não votarão (seus votos não são válidos). Tal hipótese pode ser justificada pelo fato de que quando há uma aliança, nem todos os eleitores do partido aliado (C) aceitam contribuir para a vitória

de um outro partido (A ou B). Pode-se entender, por exemplo, que esses eleitores sejam muito fieis à ideologia de seu partido, de forma que não toleram alianças eleitorais.

Para introduzir incerteza na eleição, lança-se mão da hipótese de que μ é uma variável aleatória que possui distribuição uniforme contínua em $[0,1]$. Dessa forma, o valor de μ é incerto, de modo que nenhum partido conhece previamente qual é a parcela dos eleitores de C que votarão na aliança, caso esta ocorra.

É possível calcular o patamar mínimo de eleitores do partido C que, quando C faz aliança com B, faz com que este último seja o vitorioso. Este patamar é denotado por μ^* . Suponha que B e C aliaram-se, e note que, se os partidos A e B receberem o mesmo número de votos, $N_B + \mu^* N_C = N_A$. Isso permite encontrar $\mu^* = \frac{N_A - N_B}{N_C}$, tal que para qualquer $\mu < \mu^*$, ou seja, se o μ que verdadeiramente ocorreu for menor do que μ^* , o partido B perde, mas se $\mu > \mu^*$, então B vence.

Dadas as características citadas acima, pode-se verificar que $\mu^* \in (0,1)$. Além disso, como N_A, N_B, N_C são de conhecimento comum, μ^* também o é.

Seguem abaixo as probabilidades de sucesso eleitoral de A e B, de acordo com cada arranjo possível:

- Probabilidade do partido A vencer quando aliado ao partido C:

$$PROB(N_A + \mu N_C \geq N_B) = PROB\left(\mu \geq \frac{N_B - N_A}{N_C}\right) = 1 \quad (1)$$

- Probabilidade de B vencer quando aliado com C:

$$PROB(N_B + \mu N_C \geq N_A) = PROB\left(\mu \geq \frac{N_A - N_B}{N_C}\right) = 1 - \left(\frac{N_A - N_B}{N_C}\right) = 1 - \mu^* \quad (2)$$

- Probabilidade de A vencer sem aliar-se com C:

$$PROB(N_A \geq N_B + \mu N_C) = 1 - PROB(N_B + \mu N_C \geq N_A) = 1 - (1 - \mu^*) = \mu^* \quad (3)$$

- Probabilidade de B vencer sem aliar-se com C:

$$PROB(N_B \geq N_A + \mu N_C) = 1 - PROB(N_A + \mu N_C \geq N_B) = 0 \quad (4)$$

Uma observação importante é que essas probabilidades foram calculadas com base na hipótese de que μ possui distribuição uniforme contínua, de maneira que $PROB(\mu \leq k) = k$. Além disso, usou-se a definição de μ^* , qual seja, $\mu^* = \frac{N_A - N_B}{N_C}$. Claramente, as equações acima explicitam o fato de que o partido C é o fiel da balança: quando se une com A, garante a vitória da aliança; quando não se une com B, garante a derrota deste último.

É importante agora analisar o comportamento do partido C, ao decidir se faz aliança com A ou B. Como visto acima, ele garante vitória caso a aliança seja com A, contudo, se a aliança for com B, a probabilidade de vitória é $1 - \mu^*$. A título de simplificação, assume-se que C aceita fazer aliança com o partido que lhe oferecer a maior transferência (T) em caso de vitória. Esta transferência compreende, por exemplo, cargos no governo, apoio ao partido nas eleições em outros pleitos.

Assume-se também, aqui, que o partido transfere, de fato, ao outro o que fora oferecido, ou seja, os partidos “cumprem a palavra”. Dito isto, o partido C alia-se ao partido A se, e somente se, a transferência esperada deste for maior do que aquela do partido B, ou seja, se $T^A \geq T^B(1 - \mu^*)$. Note que a transferência do partido B está multiplicada pela probabilidade de vitória em caso de aliança, para contemplar a incerteza dessa situação.

Deve-se agora estudar como os partidos A e B decidem o quanto irão oferecer e transferir ao partido C em caso de aliança vitoriosa. O partido A maximiza a “renda líquida” de estar no poder. Seja R^A sua “renda bruta”, composta por cargos, salários e outras vantagens, então seu problema de otimização pode ser expresso como⁵⁴:

$$\max_{T^A} PROB(T^A \geq T^B(1 - \mu^*))(R^A - T^A) + PROB(T^A < T^B(1 - \mu^*))\mu^* \cdot R^A \quad (5)$$

O comportamento do partido B é similar, conforme segue:

⁵⁴ A forma funcional das utilidades (*payoffs*) dos partidos incorpora somente o caráter pragmático dos partidos para vencer a eleição e, conseqüentemente, para fazer aliança. A inclusão de ideologia aos partidos alteraria substancialmente o modelo apresentado aqui, mas presume-se que os resultados não seriam afetados a ponto de alterar qualitativamente as conclusões. Esta questão será incorporada em trabalhos futuros.

$$\max_{T^B} \text{PROB}(T^A < T^B(1 - \mu^*)) (1 - \mu^*)(R^B - T^B). \quad (6)$$

Observe que se assume que, ao perder a eleição, o partido tem utilidade zero (ou $R^K = 0$) e não há transferência (ou $T^K = 0$, para $K = A, B$).

A estrutura da relação estratégica entre os partidos políticos é muito similar àquela de um modelo básico de leilão de primeiro preço: existem dois interessados em adquirir um bem, e estes farão seus lances; aquele com maior lance é o vencedor. A diferença é que a oferta do partido B é apenas esperada – não se tem certeza sobre sua validade –, já que a aliança entre B e C pode não vencer e a transferência só é feita em caso de vitória.

Para encontrar o equilíbrio de Nash Bayesiano⁵⁵ em jogos deste tipo, lança-se mão do seguinte conjunto de hipóteses: a) um partido não observa o quanto o outro valoriza (ou ganha) estar no poder. Formalmente, temos que R^A é uma variável aleatória para o partido B, e R^B é uma variável aleatória para o partido A e; b) R^A e R^B possuem distribuição uniforme no intervalo $[0, \bar{R}]$. A primeira hipótese não é forte, uma vez que um partido não tem conhecimento pleno de como o outro utilizará a máquina pública em seu benefício, caso chegue ao poder, por exemplo. De fato, a forma e quanto um agente econômico ou político valoriza algo – nesse caso, vencer a eleição – é sempre informação privada. Assim, aos olhos do partido rival, R^K é uma variável aleatória, de forma que a única informação que este partido possui é sua distribuição de probabilidade. A segunda hipótese assume que esta é uniforme contínua em um intervalo fechado, algo padrão na literatura (Gibbons, 1992) e que facilita a obtenção da solução.

Para resolver os problemas dos partidos A e B, como R^A e R^B têm distribuição uniforme, podemos focar em soluções lineares (idem, 1992), conforme segue, onde α^K e β^K , para $K = A, B$, são parâmetros a serem determinados na solução:

$$T^A = \alpha^A + \beta^A \cdot R^A \quad (7)$$

⁵⁵ Em um jogo bayesiano, define-se um equilíbrio Bayesiano como sendo um equilíbrio de Nash da representação tipo-agente do jogo bayesiano em forma normal. Portanto, um equilíbrio bayesiano especifica uma ação pura ou uma distribuição de probabilidades sobre as ações para cada tipo de cada jogador de forma que cada um desses tipos maximiza sua utilidade esperada quando ele sabe o seu tipo mas não sabe o tipo dos demais jogadores. (Bierman e Fernandez, 2011)

$$T^B = \alpha^B + \beta^B \cdot R^B, \quad (8)$$

As equações acima estabelecem que a oferta que os partidos A e B farão para C, a fim de tentar convencê-lo a formar a aliança, depende do quanto eles valorizam a vitória, isto é, depende de R^K . Essa conclusão é natural, uma vez que um partido que valoriza mais vencer a eleição terá maior disposição a oferecer transferências para o partido C.

Para encontrar o equilíbrio deve-se substituir as equações (1), (2), (3), (4), (7) e (8) em (5) e (6). O que gera para o partido A:

$$\max_{T^A} \text{PROB} (T^A \geq (1 - \mu^*)(\alpha^B + \beta^B R^B))(R^A - T^A) + [1 - \text{PROB}(T^A \geq (1 - \mu^*)(\alpha^B + \beta^B R^B))] \mu^* R^A \quad (9)$$

Esta pode ser representada por:

$$\max_{T^A} \text{PROB} \left(\frac{T^A}{(1 - \mu^*)\beta^B} - \frac{\alpha^B}{\beta^B} \geq R^B \right) (R^A - T^A) + \left[1 - \text{PROB} \left(\frac{T^A}{(1 - \mu^*)\beta^B} - \frac{\alpha^B}{\beta^B} \geq R^B \right) \right] \mu^* R^A \quad (10)$$

Usando o fato de que $\text{PROB} \left(\frac{T^A - \alpha^B(1 - \mu^*)}{(1 - \mu^*)\beta^B} \geq R^B \right) = \frac{1}{\bar{R}} \left[\frac{T^A - \alpha^B(1 - \mu^*)}{(1 - \mu^*)\beta^B} \right]$ (levando em conta a distribuição de probabilidade de R^B aos olhos de A), tem-se uma versão do problema própria para o cálculo da solução:

$$\max_{T^A} \frac{1}{\bar{R}} \left[\frac{T^A - \alpha^B(1 - \mu^*)}{(1 - \mu^*)\beta^B} \right] (R^A - T^A) + \left\{ 1 - \frac{1}{\bar{R}} \left[\frac{T^A - \alpha^B(1 - \mu^*)}{(1 - \mu^*)\beta^B} \right] \right\} \mu^* R^A \quad (11)$$

A condição de primeira ordem do problema, obtida derivando a função objetivo acima em relação à variável de escolha do partido A, notadamente T^A , é a seguinte:

$$-\frac{1}{\bar{R}} \left[\frac{T^A - \alpha^B(1 - \mu^*)}{(1 - \mu^*)\beta^B} \right] + (R^A - T^A) \frac{1}{\bar{R}(1 - \mu^*)\beta^B} - \frac{\mu^* R^A}{\bar{R}(1 - \mu^*)\beta^B} = 0 \quad (12)$$

Esta expressão resume o dilema enfrentado pelo partido A ao decidir o quanto ofertará ao partido C em troca de seu apoio na eleição. Por um lado, ao oferecer um alto T^A , ele garante a vitória, mas terá que transferir recursos para C. Por outro, ao oferecer pouco, suficiente para não ter o apoio de C, pode ainda sim vencer, desde que $\mu < \mu^*$. Nesse caso, não precisaria desembolsar nenhum recurso para C.

A condição de primeira ordem pode ser reescrita de uma maneira mais compacta como:

$$-T^A + \alpha^B(1 - \mu^*) + R^A - T^A - \mu^*R^A = 0 \quad (13)$$

Esta pode ser resolvida para T^A para obter:

$$T^A = (1 - \mu^*) \left(\frac{R^A + \alpha^B}{2} \right) \quad (14)$$

O problema do partido B é similar, exceto pela mudança nas probabilidades de vencer a eleição:

$$\max_{T^B} \text{PROB}(\alpha^A + \beta^B R^A < T^B(1 - \mu^*)) (1 - \mu^*)(R^B - T^B) \quad (15)$$

$$\max_{T^B} \text{PROB}\left(R^A < \frac{T^B(1 - \mu^*)}{\beta^A} - \frac{\alpha^A}{\beta^A}\right) (1 - \mu^*)(R^B - T^B) \quad (16)$$

Novamente, usando o fato de que $\text{PROB}\left(R^A < \frac{T^B(1 - \mu^*) - \alpha^A}{\beta^A}\right) = \frac{1}{R} \left[\frac{T^B(1 - \mu^*) - \alpha^A}{\beta^A} \right]$,

tem-se:

$$\max_{T^B} \frac{1}{R} \left[\frac{T^B(1 - \mu^*) - \alpha^A}{\beta^A} \right] (1 - \mu^*)(R^B - T^B) \quad (17)$$

A condição de primeira ordem – que do mesmo modo explicita o dilema enfrentado pelo partido ao transferir mais recursos e aumentar sua probabilidade de vitória ou transferir menos e ter uma probabilidade menor – agora é:

$$-\frac{1}{\bar{R}} \left[\frac{T^B(1-\mu^*) - \alpha^A}{\beta^A} \right] (1 - \mu^*) + (1 - \mu^*)(R^B - T^B) \frac{(1-\mu^*)}{\bar{R}\beta^A} = 0 \quad (18)$$

Esta pode ser reescrita como:

$$\frac{(1-\mu^*)}{\beta^A \bar{R}} [-T^B(1 - \mu^*) + \alpha^A + R^B(1 - \mu^*) - T^B(1 - \mu^*)] = 0 \quad (19)$$

Resolvendo para T^B , chega-se a:

$$T^B = \frac{R^B}{2} + \frac{\alpha^A}{2(1-\mu^*)} . \quad (20)$$

A solução do modelo ocorre quando encontramos os valores dos parâmetros $\alpha^A, \alpha^B, \beta^A$ e β^B , o que pode ser feito ao resolver o seguinte sistema linear:

$$\begin{cases} T^A = \alpha^A + \beta^A R^A \\ T^B = \alpha^B + \beta^B R^B \\ T^A = \frac{(1-\mu^*)}{2} (R^A + \alpha^B) \\ T^B = \frac{R^B}{2} + \frac{\alpha^A}{2(1-\mu^*)} \end{cases} \quad (21)$$

A solução, que pode ser obtida, por exemplo, por substituição, gera $\alpha^A = \alpha^B = 0$, $\beta^A = \frac{(1-\mu^*)}{2}$ e $\beta^B = \frac{1}{2}$.

Assim, as transferências ótimas que os partidos A e B oferecem ao partido C em troca do seu apoio são dadas por:

$$T^A = \frac{(1-\mu^*)}{2} R^A \quad (22)$$

$$T^B = \frac{R^B}{2} \quad (23)$$

A primeira conclusão que se pode tirar da solução do modelo é a de que, assumindo que A e B valorizam a eleição na mesma magnitude (isto é, $R^A = R^B$), o partido A, o favorito, oferece menos recursos de transferência do que o partido B, o azarão, na disputa pela aliança com C. Isso pode ser visto na expressão (22), já que $(1 - \mu^*) < 1$. Tal resultado é de certa forma esperado, já que A pode vencer mesmo sem a aliança com C, o que não ocorre com B, que perde com certeza se não conseguir atrair C.

Além disso, a transferência oferecida pelo partido B é a metade de tudo aquilo que o partido receberá em caso de vitória. Esse resultado é consequência de vários fatores: o fato de existirem somente dois partidos disputando o apoio de C; a estrutura linear do problema (de fato, os partidos são neutros ao risco), com distribuições de probabilidades uniformes; e, o formato no estilo leilão de primeiro preço. Intuitivamente, contudo, o mais importante é que nenhum dos dois partidos oferece todo (ou quase todo) o seu recurso ao partido C em troca de apoio.

Por fim, se não definirmos os valores de R^A , R^B e μ^* não poderemos dizer com qual dos dois partidos C vai formar aliança. De fato, veja que R^A pode ser tão maior que R^B - ou seja, que o partido A valoriza vencer a eleição muito mais que B - que mesmo sendo favorito, A pode oferecer mais a C do que B ofereceria. Dessa forma, o grau de favoritismo e o quanto de valor os partidos dão à vitória são os determinantes da decisão de C, ou seja, de com quem se aliará.

3.2 Introduzindo dinâmica: como surge a “fidelidade aliancista”

O passo seguinte é imaginar como a decisão de formar alianças em uma primeira eleição afeta a formação de alianças nas seguintes. Nesse sentido, o que se deseja explorar é como surge a “fidelidade aliancista” entre partidos. Para tal, começa-se assumindo que o resultado do primeiro período, explorado na seção anterior, foi que o partido C optou por formar aliança com A⁵⁶. Supondo novamente que os partidos que anunciaram candidatura para esta segunda eleição foram somente A e B, o que se pretende explorar é o que muda na decisão de C, dado o passado de aliança com A.

⁵⁶ O resultado não muda qualitativamente quando se assume que a aliança foi entre B e C.

A hipótese chave agora é a de que, uma vez que C aliou-se a A, parte dos seus eleitores se tornou fiel a esta parceria⁵⁷. Isso pode ter acontecido, por exemplo, porque estes eleitores passaram a acompanhar mais a campanha dos dois partidos aliados (maior visibilidade) e, a partir daí, tiveram mais conhecimentos sobre suas plataformas e ideologias, o que pode fazê-los fiéis a essa aliança; ou porque a aliança ocorreu de forma orgânica, como se fosse uma superaliança⁵⁸, a ponto de eleitores não distinguirem claramente os partidos; ou ainda porque a parceria produziu bons resultados na eleição anterior, o que gerou eleitores satisfeitos e fiéis. De todo modo, é importante salientar que nem todos os eleitores de C votam na aliança com A, somente uma parcela μ .

A hipótese acima diz que uma parte destes eleitores, digamos $\delta \in (0,1)$, só votará (de forma válida) na segunda eleição se ocorrer a aliança entre A e C novamente. Caso contrário, estes eleitores se absterão ou votarão nulo. Assim, ocorrendo novamente a aliança entre A e C, sua proporção de votos é dada por $N_A + \delta\hat{\mu}N_C + \mu(1 - \delta\hat{\mu})N_C$, a qual pode ser expressa como $N_A + \delta\hat{\mu}N_C(1 - \mu) + \mu N_C$.

Repare que uma parcela de votos está garantida quando há a coligação, notadamente $\delta\hat{\mu}N_C$. Se, porém, a parceria agora for entre B e C, sua proporção de votos será inferior àquela da primeira eleição, $N_B + \mu(1 - \delta\hat{\mu})N_C$, onde $\hat{\mu}$ é o valor que de fato μ assumiu na primeira eleição, o qual é observado pelos partidos no início do segundo período. Isso se explica pelo fato de que agora apenas uma parcela $\mu(1 - \delta\hat{\mu}) < \mu$ dos votos de C migrará para B, em caso de aliança. O novo patamar de μ , que separa o resultado de vitória e derrota de B, caso se alie com C, agora será diferente:

$$\mu^{**} = \frac{N_A - N_B}{(1 - \delta\hat{\mu})N_C} \quad (24)$$

⁵⁷ Outra possibilidade é imaginar que parte dos eleitores de A também se tornou fiel à aliança, o que teria um efeito contrário àquele da hipótese básica do modelo. Ainda, é possível pensar que parte dos eleitores de A ou C tornaram-se avessos à parceria, talvez por motivos ideológicos. Mais uma vez, embora a estrutura do modelo mude marginalmente, os resultados qualitativos não se alteram.

⁵⁸ Análogo a ideia de superpartido de Lijphart (2003). O autor usa esse termo para dizer que existem partidos tão combinados, em sintonia, que mais parecem superpartidos, enquanto existem outros tão rachados que parecem dois partidos. Pensando no caso brasileiro, alianças como PT-PSB, PT-PCdoB, PFL/DEM-PSDB, e outras, poderiam ser consideradas superalianças, ao menos em alguns períodos.

Este é claramente maior que μ^* , já que $(1 - \delta\hat{\mu}) < 1$. Observe que agora, dependendo dos valores dos parâmetros, é possível inclusive que $\mu^{**} > 1$, o que significa que B não teria nenhuma chance de vitória, nem mesmo com a aliança com C. Essa mudança também é refletida nas novas probabilidades de vitória:

- Probabilidade de A vencer quando aliado com C:

$$PROB(N_A + \delta\hat{\mu}N_C + \mu(1 - \delta\hat{\mu})N_C \geq N_B) = PROB\left(\mu \geq \frac{N_B - N_A}{N_C}\right) = 1 \quad (25)$$

- Probabilidade de B vencer quando aliado com C:

$$PROB(N_B + \mu(1 - \delta\hat{\mu})N_C \geq N_A) = PROB\left(\mu \geq \frac{N_A - N_B}{(1 - \delta\hat{\mu})N_C}\right) = 1 - \frac{N_A - N_B}{(1 - \delta\hat{\mu})N_C} = 1 - \mu^{**} \quad (26)$$

- Probabilidade de A vencer sem aliar-se com C:

$$PROB(N_A \geq N_B + \mu(1 - \delta\hat{\mu})N_C) = 1 - PROB(N_B + (1 - \delta\hat{\mu})N_C \geq N_A) = 1 - (1 - \mu^{**}) = \mu^{**} \quad (27)$$

- Probabilidade de B vencer sem aliar-se com C:

$$PROB(N_B \geq N_A + \delta\hat{\mu}N_C + \mu(1 - \delta\hat{\mu})N_C) = 1 - PROB(N_A + \delta\hat{\mu}N_C + \mu(1 - \delta\hat{\mu})N_C \geq N_B) = 0 \quad (28)$$

Como agora existe a possibilidade $\mu^{**} > 1$, também existe a chance de A vencer independente da aliança feita entre os partidos. No entanto, para entender o efeito da aliança anterior sobre o resultado da eleição atual, suponha que $\mu^{**} < 1$, ou seja, o resultado da aliança na primeira eleição não foi capaz de tirar as chances de B na segunda.

Contudo, pelo valor dos parâmetros do modelo, temos sempre $\mu^{**} > \mu^*$, de forma que a probabilidade de B vencer aliado a C agora é menor do que era na primeira eleição. Como o restante do modelo é todo o mesmo, toda sua resolução é idêntica àquela do primeiro período, de forma que agora a solução toma o seguinte formato, onde o sobrescrito 2 indica a segunda eleição:

$$T^{A2} = \frac{(1-\mu^{**})}{2} R^A \quad (29)$$

$$T^{B2} = \frac{R^B}{2} \quad (30)$$

As conclusões da segunda eleição são muito similares àquelas da primeira. A única diferença é que agora o partido favorito, A, oferecerá ainda menos ao partido C em troca de seu apoio na aliança. A explicação é simples: depois da aliança na primeira eleição, parte dos eleitores de C se fidelizaram à aliança, de forma que a chance de B vencer via aliança diminuiu, o que favoreceu A. Ainda, como agora a proporção máxima de eleitores de C que B pode conquistar em caso de aliança é menor, sua probabilidade de vitória é também menor – lembrando que $\mu^{**} > \mu^*$, o que implica que $PROB(N_B + (1 - \delta\hat{\mu})N_C \geq N_A) = 1 - \mu^{**} < PROB(N_B + \mu N_C \geq N_A) = 1 - \mu^*$.

Aos olhos de C, portanto, a parceria com B é, tudo o mais constante, menos atrativa. Isso induz B a oferecer muito mais do que A para conquistar C. Ou, por outro lado, induz A a oferecer menos e ainda sim ter uma boa chance de ser a opção escolhida por C. Nesse sentido, acredita-se que o modelo acima fornece uma conjectura plausível de como a “fidelidade aliancista” é desenvolvida ao longo do tempo. De fato, é possível observar que o efeito acima é maior quanto maior o número de eleições.

Considerações finais do capítulo

O objetivo principal deste capítulo foi apresentar um modelo formal da decisão de alianças feita pelos partidos políticos. Ao invés da análise agregada ou em blocos, optou-

se pelo estudo da decisão bilateral, pois permite entender melhor a microeconomia da escolha, particularmente as razões que orientam a decisão de aliança, e observar como os partidos se relacionam entre si. Foram utilizadas técnicas relacionadas à matemática e à Teoria dos Jogos. A decisão de um partido de aliar-se a outro é uma decisão estratégica, pois, em geral, recebe diversas ofertas de aliança, e precisa, de certa forma, estimar as chances de vitória em cada situação. Ao olhar para a decisão de um partido pequeno em se aliar com um grande, há semelhanças com um leilão de primeiro preço, onde o partido menor é o objeto em disputa, e os maiores, os licitantes. O partido que fizer a melhor oferta conquistará o partido pequeno, e a aliança se formará.

O modelo apresentado neste capítulo buscou, num primeiro momento, explicar como um partido menor escolhe com quem se aliar. Considerando uma estrutura simples de três partidos, em que nenhum deles possuía, de maneira isolada, número de votos suficientes para ganhar as eleições, observou-se que não seria racional manter-se neutro em relação à possibilidade de formar alianças.

Apenas os dois maiores partidos (A e B, sendo o eleitorado de A maior do que de B) teriam chances efetivas de vencer nas urnas. Estes estariam interessados apenas em ganhar eleições e receber os benefícios inerentes ao cargo. Por outro lado, o terceiro partido, o menor entre os três (C), seria o fiel da balança, estando interessado em receber a maior transferência possível em troca de seu apoio.

Quando o partido C decide com qual partido formará aliança, apenas uma parcela (μ) de seu eleitorado continuaria votando com ele, sendo que os demais votariam nulo, por serem, por exemplo, avessos a coligações. É neste ponto que reside a incerteza no modelo. Encontrado o patamar mínimo de eleitores de C (μ^*), que, quando este escolhe B, tal aliança vence, estabeleceu-se as probabilidades de vitória de cada um dos arranjos possíveis.

Resolvendo o problema, chegou-se à conclusão de que o grau de favoritismo e o quanto os partidos valorizam estar no poder são determinantes da decisão do partido menor. No entanto, se A e B valorizam a eleição na mesma magnitude, A oferece menos que B em troca do apoio de C, sendo que B oferece a metade de tudo aquilo que receberá em caso de vitória.

Num segundo momento, procurou-se observar como a decisão de formar alianças em uma eleição poderia influenciar na formação de alianças na eleição seguinte, ou seja,

procurou-se explorar a fidelidade aliancista entre os partidos. A hipótese adotada foi que, uma vez que C se aliou a A, parte de seus eleitores se tornaram fiéis a aliança. As conclusões para a segunda eleição foram similares às encontradas na primeira, e a diferença reside no fato de que A, o partido favorito, oferecerá ainda menos ao partido C em troca de seu apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo principal apresentar um modelo formal para a compreensão das alianças eleitorais em eleições majoritárias. No primeiro capítulo resgatou-se os estudos mais relevantes sobre coligações eleitorais no Brasil, enfatizando as questões teórico-metodológicas por trás desta discussão. Em síntese, os estudos têm se debruçado, sobretudo, em torno de duas dimensões analíticas (ideológica e pragmática). Por trás da dimensão ideológica encontra-se o problema da fragilidade identitária dos partidos políticos brasileiros, e, por trás da dimensão pragmática está a ideia de que os partidos buscam maximizar os ganhos com o menor esforço possível. Os estudos partidários da ideia de que os partidos políticos participam de coligações com a finalidade de aumentar suas chances de vitória, tinham como pano de fundo teórico da discussão, implícito na maioria das vezes, a teoria da escolha racional e a teoria dos jogos. Contudo, salvo poucas exceções, as análises privilegiaram os dados em detrimento a um debate teórico-metodológico mais sistemático.

Observou-se que a literatura recente sobre coligações tem dado mais atenção à dimensão ideológica desses arranjos. Encontra-se à disposição dos pesquisadores uma ampla gama de informações acerca dos perfis coligacionistas dos partidos, nas diferentes esferas eleitorais. Grande parte desses estudos apontaram para o crescimento de acordos não ideológicos (pragmáticos) em detrimento dos ideológicos, em meados dos anos 90 e início dos anos 2000 (Borges, Carreirão e Nascimento, 2017; Krause e Godoi, 2010; Machado, 2012; Miguel e Machado, 2007 e 2010). Se, por um lado, a identificação deste perfil é comum nos achados atuais, por outro lado, a perspectiva pragmática não têm sido objeto de análise sistemática.

Cabe reforçar que o trabalho inaugural de Soares (1964), e sua “teoria do esforço mínimo”, já destacava a importância de se compreender as coligações para além da perspectiva ideológica. Este autor, assim como outros (Lima Jr., 1983; Machado, A. 2012; Machado, C. 2012; Machado e Miguel, 2008; Miguel e Machado, 2010; Miranda, 2012, 2013 e 2017; Resende e Epitácio, 2017; Santos, 1987; Soares, 1964 1973a; 1973b; 2001), salientaram que os partidos formam coligações para aumentarem, em alguma medida, suas chances de vitória nas urnas. Porém, como dito, não há trabalhos que explorem esta questão, da mesma forma em que não há modelos teóricos que auxiliem na compreensão

deste fenômeno. É neste contexto que a presente tese objetivou contribuir, já que o modelo apresentado permite conjecturar sobre o comportamento dos partidos no que se refere à decisão de se aliar, o que estão dispostos a oferecer em troca de apoio, e em que medida uma decisão tomada no tempo anterior interfere naquela tomada no presente.

Assim, o segundo capítulo fez-se uma incursão aos paradigmas da Ciência Política, identificando como a teoria da escolha racional foi a estes incorporada. Os conceitos centrais desta teoria foram revisitados (tais como racionalidade, metas, incerteza e informação) e adentrou-se nas particularidades da teoria dos jogos, utilizados para a compreensão dos fenômenos políticos. Esta discussão serviu como instrumental para a apreensão das coligações eleitorais. Os partidos são atores racionais que visam, sobretudo, ganhar eleições, e as coligações são meios possíveis de serem utilizados para alcançar este objetivo. Estes levam em conta o comportamento de cada um dos demais, com a finalidade de escolher a melhor estratégia possível. Quando os partidos decidem se coligar ou não e escolhem com quais parceiros fazê-lo, desconhecem os resultados das eleições que irão competir, e, por isso, precisam estimar algumas variáveis para prever o futuro. Acredita-se que os partidos constroem boa parte de suas expectativas olhando para trás, e, nesse sentido, a fidelidade nas alianças pode ser um instrumento utilizado para a redução da incerteza, ou seja, uma espécie de atalho à disposição dos partidos.

No terceiro capítulo é apresentado um modelo formal para a compreensão das alianças eleitorais, o qual assume-se que os partidos políticos são atores racionais, que objetivam maximizar apoio político, buscando poder, prestígio e renda que acompanham o cargo, e, para tanto, levam em conta o comportamento dos demais partidos envolvidos no jogo. Ou, dito de outra forma, o modelo teórico considera que os partidos políticos são atores racionais que visam ganhar eleições, e utilizam-se das alianças eleitorais como atalho para a consecução desta meta. Quando mais de um período eleitoral é inserido no modelo, buscou-se observar como a decisão de formar alianças em uma determinada eleição pode impactar na formação das alianças na eleição seguinte, ou seja, apresentou-se uma explicação para a fidelidade entre os partidos políticos, a partir da perspectiva de barganha.

De forma resumida, quando apenas um período é analisado, concluiu-se que o grau de favoritismo e o quanto os partidos valorizam estar no poder são determinantes da decisão do partido menor. Na suposição de que A e B valorizam a vitória nas urnas na

mesma magnitude, A oferece menos que B em troca do apoio de C. Quando outro período eleitoral é inserido no modelo, as conclusões encontradas foram bastante semelhantes às anteriores, com a diferença de que A, o partido favorito, oferecerá ainda menos ao partido C em troca de seu apoio. Assim, foi possível observar que este efeito é maior quanto maior o número de eleições.

No entanto, cabe apresentar algumas hipóteses a serem relaxadas e exploradas no futuro. A primeira delas diz respeito à aversão ao risco. Uma hipótese implícita feita ao longo do modelo é a de que os partidos são neutros ao risco. Isso pode ser observado na formulação de suas funções de utilidade (*payoff*), as quais são lineares: $R^K - T^K$, para $K = A, B$, e T^K para C. Intuitivamente, o que a neutralidade ao risco estabelece é que o bem-estar dos partidos é crescente com sua “riqueza” (os ganhos líquidos de ser eleito, no caso de A e B, e a transferência, em caso de C), mas esse crescimento é constante. Em outras palavras, o incremento na medida de bem-estar do partido sempre aumenta à mesma taxa em decorrência de uma unidade extra de “riqueza”.

A hipótese da neutralidade ao risco é padrão na literatura da teoria dos jogos, dada sua propriedade de representar bem as preferências de agentes econômicos bem-comportados (o agente representativo, em última instância). Além disso, a neutralidade é tecnicamente compatível com a estrutura de leilão de primeiro preço adotada no modelo básico acima. De fato, ela permite que se possa encontrar uma solução explícita para o valor das transferências que os partidos A e B oferecerão ao partido C em troca do seu apoio. Contudo, é válido conjecturar como os resultados anteriores se alterariam quando os partidos são avessos ou propensos ao risco.

Considere, inicialmente, como o comportamento dos partidos líderes se alteraria quando estes se tornam mais avessos ao risco. Uma maior aversão ao risco induz os partidos a darem maior peso às escolhas que não envolvem incerteza. Assim, lembrando das probabilidades de cada situação, pode-se concluir que quando o partido A é mais avesso ao risco, ele tenderá a garantir a vitória, o que acontece quando faz aliança com C. Assim, aversão ao risco elevaria a transferência de A para C. No caso de B, algo similar acontece, já que a alternativa que não envolve risco é não coligar e perder a eleição, o que gera *payoff* zero.

Quando se analisa a mudança no comportamento do partido C, é possível observar que, ao se tornar mais avesso ao risco, ele tenderá mais a aceitar a aliança que lhe garanta

a vitória, notadamente aquela com A. Assim, se A e B antecipam essa mudança, eles oferecerão transferências de valor menor e maior, respectivamente. Portanto, o efeito líquido de mudança no grau de aversão ao risco dos partidos sobre os valores das transferências para o partido C, dependerá de o quanto, relativo aos outros, cada partido é avesso ou propenso ao risco. Se, por exemplo, o partido A for muito mais avesso do que o partido B, é possível que, mesmo sendo o favorito, ele ofereça uma transferência a C maior que a do seu oponente.

A segunda hipótese a ser explorada no futuro diz respeito ao fato dos partidos conhecerem as condições das eleições futuras. Outra hipótese implícita do modelo é a de que, ao disputar a primeira eleição, os partidos não antecipam seus efeitos sobre a segunda. De fato, viu-se que a aliança ocorrida na primeira eleição tem impactos sobre a segunda ao restringir o número de eleitores de C que estarão disponíveis à conquista de B, por exemplo. A maneira que o modelo foi resolvido, eleição por eleição, assume que, ao tomar suas decisões na primeira etapa, os partidos ignoram seus efeitos sobre a segunda.

Pode-se justificar a adoção de tal hipótese pelo fato de que os partidos possuem um nível de impaciência muito elevado, o que faz com que eles atribuam pouco valor ao futuro, desconsiderando-o, portanto, nas suas decisões atuais. Também pode ser justificada pela própria característica do ambiente político brasileiro, sendo comum o surgimento de novos partidos de uma eleição para outra, assim com a dissolução ou fusão de outros, e mesmo a mudança no espectro ideológico de alguns. Assim, os partidos tomam a decisão hoje sem ter uma ideia clara de como as eleições futuras serão afetadas.

Novamente, é válido conjecturar como os resultados do modelo mudariam se os partidos, ao tomarem suas decisões de aliança em uma eleição, levassem em conta os seus efeitos em futuras eleições. Nesse caso, vencer a eleição traria não somente o benefício do ganho líquido atual ($R^K - T^K$), mas também incrementaria as chances de vencer a eleição no futuro e, portanto, receber $R^K - T^K$ novamente. Dessa forma, ambos, A e B, teriam um benefício marginal maior em oferecer uma transferência maior para o partido C (o custo marginal permanece o mesmo, já que seu único componente é o valor transferido). Cabe, porém, destacar novamente a importância do nível de impaciência do partido: quanto mais impaciente, menos valor dá ao futuro e, portanto, menor será a transferência oferecida a C.

Por fim, cabe salientar outras conjecturas a serem exploradas no futuro sobre a razão da *“fidelidade aliancista”*. Existem outras possibilidades para explicar como a aliança em uma eleição favorece a uma nova aliança, as quais devem ser exploradas em trabalhos futuros. Uma delas é imaginar que a transferência que é prometida pelo partido líder pode não ser cumprida depois da aliança ter sucesso e vencer a eleição. Assim, pode-se imaginar que antes de decidir com quem aliar-se pela primeira vez, o partido C é incerto sobre o quão “confiável” é o partido líder (A ou B). Ao formar a aliança, ele observa se o outro partido “cumpriu a palavra” e entregou a transferência prometida e, então, atualiza sua crença sobre o perfil de seu parceiro. Na próxima eleição, ele terá uma informação adicional sobre o partido com o qual aliou-se previamente: ou saberá que cumpre a palavra, o que facilitará uma nova parceria, ou saberá que não cumpre, o que dificultará a nova aliança.

Outra possibilidade, ligada à anterior, é a de que os partidos, se forem avessos ao risco, prefiram manter aliança com parceiros conhecidos do que arriscar iniciar uma nova relação com outro⁵⁹, que pode ser ideologicamente diferente ou mesmo “não cumprir com sua palavra”. Nesse caso, tanto a ideia de que o partido C pode atualizar o seu conhecimento sobre os outros partidos ao formar alianças, quanto o grau de aversão ao risco, são variáveis importantes. A estrutura matemática e de teoria dos jogos necessária para abarcar as duas possibilidades discutidas aqui seria bastante diferente daquela explorada nesse texto, de forma que seria necessário um modelo completamente novo. Ainda sim, acredita-se que modelos devam ser desenvolvidos no futuro, por serem fundamentais para o entendimento das complexas relações que envolvem coligações eleitorais, em especial no cenário político brasileiro.

Finalmente, cabe apresentar alguns limites gerais deste trabalho: o modelo apresentado não pode ser generalizados para as coligações eleitorais, sendo válidos

⁵⁹ Downs (2003, p.106) fez a seguinte afirmação para o caso dos eleitores: “alguns homens racionais votam habitualmente no mesmo partido em toda eleição. Em diversas eleições anteriores, eles se informaram cuidadosamente sobre todos os partidos concorrentes e todas as questões do momento, contudo, sempre chegaram a mesma decisão sobre como votar. Portanto, resolveram repetir essa decisão automaticamente sem se tornarem bem informados, a menos que alguma catástrofe os faça perceber que o partido não mais expressa seus maiores interesses. Como todos os hábitos, esse economiza recursos, já que impede que os eleitores invistam em informação que nunca alteraria seu comportamento. Desse modo, trata-se de um hábito racional. Eleitores habituais são ou legalistas, que sempre votam no mesmo partido, ou apáticos, que sempre se abstêm porque creem que os diferenciais partidários são zero para sempre”. Esta mesma lógica poderia ser utilizada para pensar a manutenção de determinadas alianças entre partidos políticos mais avessos ao risco.

apenas no caso das alianças; a estratégia de estudar as coligações de modo desagregado obscurece o número de partidos que compõem a coligação, e também impossibilita uma análise ampla do fenômeno coligacionista; o peso que as coligações das eleições executivas nacionais exercem sobre os diretórios estaduais, e conseqüentemente sobre as coligações, não foi considerado no modelo. Caberá a estudos futuros avançar nestas questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROW, K. J. *Rationality of Self and Others in an Economic System*. In: The Journal of Business, University of Chicago Press: vol. 59, No. 4, Part 2: The Behavioral Foundations of Economic Theory (Oct., 1986), pp. S385-S399.

BIERMAN, H.S.; FERNANDEZ, L. *Teoria dos jogos*. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BORGES, T.; CARREIRÃO, Y.; NASCIMENTO, F. *Os partidos políticos brasileiros e a (in) consistência das coligações para deputado federal em 2014*. In: KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

CARREIRÃO, Y. *Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina*. Opinião Pública, v.12, n.1, pp.136-163, abril/maio 2006.

CARREIRÃO, Y.; NASCIMENTO, F. *As Coligações nas eleições para o Senado brasileiro (1990/2006)*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. Coligações partidárias na nova democracia: perfis e tendências. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Unesp, 2010.

DAHL, R. *The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest*. In: American Political Science Review, 55/04, pp. 736-772, 1961.

DANTAS, H. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos brasileiros nas disputas de 2004 e 2004*. Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo: USP, 2007.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. *Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas eleições municipais de 2000 a 2008*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

DOWNS, A. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

EASTON, D. *Political Science in the United States: Past and Present*. In: *International Political Science Review*, 06/01, pp 487-492, 1985.

ELSTER, J. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

FLEISCHER, D. *Articulação de coligações no Brasil – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 versus 2002 e 2006): impacto sobre os partidos*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

FUDENBERG, D.; TIROLE, J. *Game Theory*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.

GIBBONS, R. *Game theory for applied economists*. Princeton University Press, 1992

GOLDER, S. N. *The logic of pre-electoral coalition formation*. Columbus: Ohio State University Press, 2006.

GREEN, D.P.; SHAPIRO, I. *Teoria da escolha racional e ciência política: um encontro com poucos frutos?* *Perspectivas*, SP, 23: 169-206, 2000.

HALL, P.; TAYLOR, R. *As três versões do neoinstitucionalismo*. *Lua Nova* [online]. 2003, n.58, pp.193-223.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. Francis e Verbena Editora, Brasília, 2009.

KIRKPATRICK, E. *The impact of the Behavioral Approach on Traditional Political Science*. In: RANNEY, A. *Essays on the Behavioral Study of Politics*. Urbana: University of Illinois Press, 1962.

KNIGHT, F. *Risk, uncertainty and profit*. London: Houghton Mifflin, 1921.

KRAUSE, S. *Coligações: o estado e os desafios da arte*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2010.

_____. *O que as pesquisas recentes têm dito a respeito das coligações? Um balanço.* In: *Coligações e disputas eleitorais na nova república: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso.* Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

KRAUSE, S.; GODOI, P. P. *Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências.* In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências.* Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2010.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências.* Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2010.

KRAUSE, S.; GERARDI, A.; SCHAEFER, B. *As coligações do novo PSD: da máquina aos grotões, da métrica aos resultados.* In: KRAUSE, MACHADO e MIGUEL, *Coligações e disputas eleitorais na Nova República.* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. *Coligações e disputas eleitorais na nova república: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso.* Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

KRAUSE, S.; SCHMITT, R. *Partidos e coligações eleitorais no Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

KRISHNA, V. *Auction theory.* Academic press, 2009.

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas.* São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro.* Rio de Janeiro, Rio Fundo/Iuperj, 1991.

LIMA JR., O. B. de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964).* Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIJPHART, A. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países.* Tradução de Roberto Franco. Rio de Janeiro: Civilização Cultural, 2003.

MACHADO, A. *Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade*. Rio de Janeiro, Campus, 2012.

MACHADO, C. *Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no Brasil (2000 a 2008)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

_____. *Coligações revisitadas: metodologias e encruzilhadas*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. 2008. *Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais*. Trabalho apresentado no 6º Encontro da ABCP, realizado em Campinas, de 29 de julho a 1º de agosto, 2008.

MAGALHÃES, M.; LIMA, A. de. *Noções de Probabilidade e Estatística*. São Paulo: Editora USP, 2001.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, vol.11, no.2, Campinas: Oct. 2005.

MARCHETTI, V. *O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e a “verticalização” das coligações*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. *Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004)*. *Dados*, v. 50, n. 4, p. 757-793, Rio de Janeiro, 2007.

_____. *De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008)*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

MIRANDA, G. L. *Coligações Eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010)*. In: Revista de Sociologia e Política, v.21, n° 47, set.2013, pp.69-90.

_____. Tendências e racionalidades das estratégias coligacionistas dos partidos brasileiros (1990-2010). In: Congresso Latinoamericano de Ciência Política, Quito, 2012.

_____. A racionalidade do cálculo coligacionista nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2014). In: KRAUSE, MACHADO e MIGUEL, Coligações e disputas eleitorais na Nova República. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

MYERSON, R. *Game theory*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

NICOLAU, J. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

_____. *Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados*. In: Dados, Rio de Janeiro, n.1, 2004.

OLIVEIRA, I. R. de. *Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)*. In: Dados, Rio de Janeiro, n.10, 1973.

ORENSTEIN, L. *A estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM/IUPERJ, 1998.

PEIXOTO, V. *Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

PERES, P. *Comportamentalismo ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.23, n°68, São Paulo: out.2008.

RASMUSEN, E. *Games and information*. Cambridge, Massachusetts: Wiley-Blackwell, 2006.

REIS, F. W. *Política e racionalidade*. 2. ed. rev. atual. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000

RESENDE, R. C.; EPITÁCIO, S.S.F. “*Fidelidade aliancista*”: *as alianças eleitorais nas eleições majoritárias estaduais e o caso do PSB*. In: KRAUSE, MACHADO e MIGUEL, Coligações e disputas eleitorais na Nova República. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

RHODES, R. *Old Institutions: Legal Perspective*. In: RHODES, BINDER and ROCKMAN, *Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

RIBEIRO, P. F. *Velhos e novos comportamentos: coligações eleitorais nos municípios do G-79*. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

RIKER, W. *The theory of political coalitions*. New Haven: Yale University Press, 1962.

_____. *Bargaining in a Three-Person Game*. In: *The American Political Science Review*, Vol. 61, No. 3, Sep., 1967, pp. 642-656.

RIKER, W. H., ZAVOINA, W. J. *Rational Behavior in Politics: Evidence from A Three Person Game*. In: *The American Political Science Review*, Vol. 64, No. 1, Mar., 1970, pp. 48-60.

ROTHSTEIN, B. *Political Institutions: An Overview*. In: GOODING, R and KLINGEMAN, H. *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford: Oxford University Press, 1996.

SANTOS, W. G. dos. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas Partidários*. Brasília: Ed.UnB, 1982.

SCHMITT, R. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese de doutorado em Ciência Política apresentado ao IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

_____. *Os estudos sobre coligações eleitorais na Ciência Política brasileira*. In: KRAUSE, S.; SCHMITT, R. *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

SHEPSLE, K. A. *Losers in politics (and how they sometimes become winners): William Riker's heresthetic*. *Perspectives on politics*, vol. 1 (2), pp. 307-315, 2003.

SOARES, G. A. D. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. *Alianças e Coligações Eleitorais: notas para uma teoria*. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.17, p.95-124, 1964.

_____. *Alianzas Electorales em el Brasil*. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 35, No. 3, Jul.-Sep., 1973a, pp. 457-492. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3539608>. Acesso em: 05-11-2015.

_____. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973b.

SOUSA, V. *O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962: pleitos majoritários coincidentes com proporcionais*. In: KRAUSE, S.; SCHMITT, R. *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

SOUZA, M. C. C.C de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª Edição, 1983.

TSEBELIS, G. *Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.